

O ESPAÇO DE HABITAR VERNACULAR NO BARROCAL ALGARVIO

O ESPAÇO DE HABITAR VERNACULAR NO BARROCAL ALGARVIO

TIAGO FILIPE LAMPREIA ANTÃO



DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA,
REALIZADA SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DO PROFESSOR DOUTOR JOÃO CANDEIAS SOARES

MAIO 2010

Agradecimentos

À família, porque esteve sempre lá.

Aos amigos de cá e de lá, que me acompanharam durante a realização do trabalho.

Aos *velhotes* do Barrocal, que se vieram a revelar a melhor bibliografia existente.

Ao professor dr.º José Eduardo Horta Correia, pela tarde de conversa enriquecedora que me proporcionou.

À professora arq.^a paisagista Aurora Carapinha, pelo apoio desde a primeira hora e pela sua constante disponibilidade e ajuda.

Por fim, um agradecimento especial ao professor arq.º João Soares, pela orientação, crítica e apoio.

RESUMO \ ABSTRACT

A presente dissertação pretende contribuir para a compreensão dos componentes morfológicos culturais da paisagem, em específico para o caso da unidade de paisagem predominantemente rural do Barrocal Algarvio.

Constata-se que a paisagem do Barrocal é, na sua quase totalidade, uma construção, concebida em função de uma economia agrária, onde a acção contínua do Homem sobre solos pobres e acidentados procurou adaptar, em simbiose entre a actividade humana e a natureza, o espaço às necessidades agrícolas de tipo Mediterrânico que este território suporta.

Assim, interessou estudar as edificações vernáculas em conjunto com a estrutura fundiária, isto é, com a propriedade privada sobre a terra, o suporte dos espaços domésticos e agrícolas, da qual se analisam os seguintes elementos: culturas agrícolas - relativamente às formas e compassos; tipos de limites - valados, valas, muros e sebes; e, por fim, as diferentes tipologias que constituem a rede de circulação.

This dissertation pretends to contribute to the comprehension of the morphological cultural components of the landscape, in particular to the case of the predominantly rural landscape unit of the Algarve's Barrocal.

Barrocal's landscape is almost entirely a construction, designed in function of an agrarian economy, where the continuous action of man on poor soils and slopes tried to adapt, in a symbiosis between human activity and nature, the space to a Mediterranean type of agriculture that this territory supports.

For the purpose, it mattered to study the vernacular edifications in the relationship with private ownership of land, the support of domestic and agricultural spaces, from which the following elements are analyzed: agricultural crops - for the forms and distance between trees; types of boundaries – earth banks, ditches, walls and hedges; and, finally, the typologies that constitute the circulation network.

Palavras chave: Algarve; Barrocal Algarvio; Paisagem; Arquitectura Popular; Arquitectura Vernacular.

Keywords: Algarve; Algarve's Barrocal; Landscape; Vernacular Architecture.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
I - CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ESTUDO	13
1.1 Da Individualidade do Algarve	14
1.1.1 Aspectos Geográficos	14
1.1.2 Aspectos Históricos	16
1.1.3 Acerca das <i>Sub-regiões</i>	18
1.2 Acerca da Paisagem Vernacular do Barrocal	24
II - PROPRIEDADE E EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA - FUNÇÕES E FORMAS	33
2.1 Estruturas Fundiárias	34
2.2 Culturas Agrícolas	36
2.2.1 Os Pomares e as Hortas	36
2.2.2 Acerca do Compasso e das Formas dos Pomares	40
2.3 Limites	46
2.3.1 Os Valados e os Fossos	48
2.3.2 As Sebes Arbóreas e Arbustivas	48
2.3.3 Os Muros de Pedra Solta	54
2.3.4 Os Muros de Alvenaria de Pedra e os Muros de Taipa	60
2.4 Rede Viária	64
2.4.1 O Trilho	65
2.4.2 A Vereda	65
2.4.3 O Caminho	65
III - A CASA POPULAR RURAL - DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS	71
3.1 Os Estudos Sobre Arquitectura Popular Vernácula - Definição de Tipologias	72
3.1.1 A Pesquisa de Meados do Século XX	73
3.1.2 O <i>Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa</i>	76
3.1.3 Algumas Edições Recentes	78
IV - O MONTE DO PENEDO GORDO - CASO DE ESTUDO	81
Conclusão	116
Cronologia	118
Referências Bibliográficas	122

INTRODUÇÃO

A presente dissertação procura contribuir para a compreensão dos componentes morfológicos culturais da paisagem, em específico para o caso da unidade de paisagem predominantemente rural do Barrocal Algarvio.

A paisagem é uma construção, por isso é um facto cultural e o desenho da paisagem do Barrocal é uma construção que resulta da compreensão dos factores naturais e da sua expressão nos factores culturais. Por isso consideramos estes factores culturais como componentes morfológicos do desenho da paisagem. Com este trabalho pretende-se inventariar e compreender as tipologias, as espacialidades geradas por estes componentes.

Assim, interessou estudar as edificações vernáculas (em relação às quais já existem alguns estudos), mas na sua relação com a estrutura fundiária, isto é, com a propriedade privada sobre a terra - o suporte dos espaços domésticos e agrícolas -, da qual se analisam os seguintes elementos: tipos de limites - valados, fossos, muros e sebes; culturas agrícolas - relativamente às formas e compassos; e, por fim, as tipologias que constituem a rede viária.

A metodologia adoptada baseou-se na pesquisa bibliográfica, maioritariamente da área da Arquitectura, da Arquitectura Paisagista e da Geografia; bem como na leitura de Cartas Militares 1/25 000 e Cartas Cadastrais 1/2000, complementada por ortofotos. Contudo, pelo facto de muitos dos conhecimentos não se encontrarem ainda registados (sobretudo os referentes aos elementos da estrutura fundiária acima referidos), foram realizadas entrevistas a antigos trabalhadores rurais com o intuito de conhecer as técnicas construtivas e dimensionamentos, posteriormente confirmadas em pesquisa e levantamentos de campo, que se traduziram em desenhos rigorosos e quadros síntese. Por fim, foram igualmente realizadas entrevistas a pessoas com profundo conhecimento sobre o Algarve e, especificamente, no seu âmbito rural, como é o caso do professor dr.º José Eduardo Horta Correia, da UALG.

Enquanto futuro profissional de arquitectura considero que estes estudos podem contribuir para a compreensão do desenho da paisagem - tanto mais que se utilizou uma metodologia de *layers*, que se cruzam e relacionam - e da sua construção, contribuindo para a clarificação do conceito de carácter do lugar, que se assume como um instrumento operativo fundamental no processo criativo em arquitectura.

Considera-se contudo que para este trabalho ser completo teria de ser feita uma análise e uma síntese de outros *layers* complementarmente aos *layers* estudados, o

que não foi feito pois a presente dissertação inscreve-se num mestrado integrado em Arquitectura e não numa formação de Arquitectura Paisagista. Por isso o estudo se limitou a aprofundar as componentes morfológicas culturais (de várias materialidades), visíveis, palpáveis, que constroem o espaço de habitar vernacular do Barrocal Algarvio.



I CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ESTUDO

1.1 DA INDIVIDUALIDADE DO ALGARVE

1.1.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Situado no extremo meridional de Portugal Continental, o Algarve confina-se a este pelo rio Guadiana, que o separa da região espanhola da Andaluzia, a sul e a oeste é limitado pelo oceano Atlântico e a Norte pela região do Alentejo. É uma faixa de terreno que se estende na direcção este-oeste por cerca de 155 km, tendo de largura máxima perto de 55 km, correspondendo a uma superfície próxima dos 5000 km², o equivalente a 6% da superfície total do país.

O território algarvio não é homogéneo, geralmente é descrito como sendo composto por três grandes *bandas* ou *faixas*. Aparentemente, a primeira referência a esta divisão é encontrada na obra de Silva Lopes, *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve* (1841),¹ onde assinala três faixas associadas a três unidades geológicas distintas: a faixa do *Litoral*, de arenitos; a faixa intermédia do *Barrocal*, calcária; e a *Serra*, de xisto, contudo, nesta há que assinalar a excepção do maciço eruptivo granítico de Monchique. As características distintas entre estas três faixas são tais que parece ser possível tomá-las como pequenas regiões. Como nos diz Medeiros-Gouvêa, em *Algarve: Aspectos Fisiográficos* (1938):

«O Algarve é uma região complexa, constituída por 3 sub-regiões tão características que, se não fora uma pulverização excessiva do território, se poderiam considerar como pequenas regiões autónomas: o Alto Algarve, o Algarve Calcário e o Baixo Algarve.»²

Costuma-se, ainda, fazer a divisão do Algarve entre Barlavento e Sotavento, o que está relacionado com o vento predominante de oeste, a fronteira entre as duas partes encontra-se na zona de Albufeira.³

Climaticamente a região distingue-se pela sua amenidade; os invernos são suaves e os verões menos quentes a moderados relativamente a outras regiões do país. Esta amenidade climática resulta, entre outros factores, da própria localização geográfica da região, assim como da situação de abrigo em relação aos ventos de norte e noroeste que a cadeia de serras lhe proporciona, bem como da proximidade oceânica (o que se reflecte na redução das amplitudes térmicas e no aumento da humidade relativa do ar).⁴

Em relação à temperatura média anual os seus valores situam-se entre os 16 a 17,5°C na zona litoral, sendo superiores a 17,5°C nas zonas mais interiores, quanto à precipitação média anual está entre os 400 mm a 500 mm na zona litoral, até 600 mm no

Página anterior, imagem satélite *golfo Luso-Hispano-Árabe*. Nasa - Visible Earth, 2003.

¹ Silva Lopes, *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve*, 1841, pág. 41.

² Medeiros Gouveia, *Algarve: Aspectos Fisiográficos*, 1938. In. Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1980 (1961), pág. 576

³ Cf. José Victor Adragão, *Algarve*, 1989, págs. 14-15.

⁴ Cf. DGOTDU, *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, 2004, Vol. 5, pág. 200.

Extremo sudoeste da península Ibérica (Algarve).

Christoph Hormann, *Views of the Earth*, 2006.



⁶ Cf. Fernando Pessoa; José Rosa; José Rocha, *Plantas do Algarve com Interesse Ornamental*, 2007 (2004), pág. 17.

⁷ Cf. Idem, *ibidem*, págs. 18-19.

⁸ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1998 (1947), pág. 163.

interior.⁵ Estes valores enquadram o Algarve numa vasta área onde predomina o clima mediterrânico.⁶

A posição geográfica do Algarve, a sua diversidade geológica, e as características climáticas, resultaram num manto vegetal de reconhecido valor que destaca a região, em relação a outras do país, como uma das áreas com maior diversidade de espécies e comunidades vegetais. Entre estas encontram-se várias espécies características da bacia mediterrânica, tais como a azinheira, o sobreiro, o carrasco, o zimbral e o zambujeiro (oliveira brava). Encontram-se ainda um vasto número de espécies de plantas endémicas, para além de outras que em Portugal ocorrem apenas nesta região, como é o caso da palmeira-anã (a única palmeira que ocorre espontaneamente na Europa), o esparto e a violeta-de-sagres. Por fim, destacam-se outras espécies desde há muito introduzidas por acção do homem e que hoje se assumem como parte indissociável desta paisagem, tais como a amendoeira, a alfarrobeira, a oliveira, a laranjeira, o limoeiro e a tangerineira, a romanzeira e a figueira, para além de numerosas espécies de leguminosas e de cereais.⁷

Porém, a compreensão deste espaço só poderá ser plenamente adquirida pela experiência *in situ*. A este propósito deixamos a seguinte citação de Orlando Ribeiro:

«Os claros rochedos de calcário, as construções branqueadas a cal, as manchas escuras do arvoredado, os tufos de aroeira, os loendros à borda de água, os leques rasteiros de palmeira-das-vassouras, tudo debaixo de um céu azul intenso, oferecem imagens que debalde se procurariam noutros lugares. Vir aqui no Inverno, sentir o calor do meio dia, gozar a noite tépida quando as estrelas se fazem grandes e brilhantes, é a melhor forma de compreender o clima e a riqueza dos seus dons.»⁸

1.1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

«O Algarve, isolado da imensidão alentejana pela “Serra”, é constituído por duas sub-regiões, o Barrocal e a estreita faixa litoral que se desenvolve entre a foz do Guadiana e o Cabo de S. Vicente. É este longo varandim meridional, enfrentando a África e preludiando o Mediterrâneo, que explica a diferença essencial desde sempre existente entre a região algarvia e o restante território português,⁹ diferença ditada pela influência de factores afro-mediterrânicos e que mergulha as suas raízes históricas no facto de pertencer ao espaço geográfico centrado no golfo de Cádiz.»¹⁰

Apesar de relativamente isolado em relação a Portugal, o Algarve esteve ao longo da sua história aberto às influências mediterrâneas.¹¹ Foram vários os povos da bacia do Mediterrâneo que contactaram ou habitaram a região ao longo dos séculos, assim como foram, mais recentemente, intensas as relações económicas do Algarve com a região geográfica *luso-hispano-marroquinas* do golfo de Cádiz,¹² e mais longínquas até aquando do início da expansão marítima portuguesa, na qual a região teve um importante papel.

A presença humana no Algarve remonta à Pré-História, podendo-se encontrar vestígios de presença humana desde o período Paleolítico. Durante a Antiguidade, no extremo sudoeste da península Ibérica tinham-se instalado os cónios e talvez os túrdulos, entre outros povos chegados esporadicamente do norte e do centro da península. Ainda durante a Antiguidade o Algarve foi frequentado por navegações de vários povos mediterrâneos, como fenícios, gregos e cartagineses.¹³ Por volta do século X a.C., estabeleceram-se colónias fenícias na região; no século VI a.C. chegaram à península os celtas, cuja presença no Algarve parece ter sido reduzida, por esta altura teriam ainda os cartagineses ocupado algumas das antigas feitorias fenícias.¹⁴

Por volta do século II a.C. os romanos difundiram-se pela península Ibérica, fixando as bases da civilização urbana e do povoamento no Algarve, desenvolvendo uma economia de base exportadora, e introduzindo técnicas de cultivo e de transformação dos cereais, de pesca e de transformação do pescado.¹⁵ Esta civilização perdurou até à queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C.

Desde o século V até ao início da invasão árabe, em 711, o Algarve foi povoado pelos visigodos. O domínio árabe durou até ao século XII, porém só no século XIII é que os portugueses reconquistaram definitivamente e por completo a região. As influências desta civilização perduraram em vários aspectos, como no do cultivo da figueira e da alfarrobeira; no sábio aproveitamento dos talhões de horta; nas técnicas de regadio – como é o caso da noras, que adquiriram grande importância no cultivo das hortas e dos pomares; o próprio nome Algarve deriva de *Al-Gharb*, o país do Oeste.¹⁶

A região do Algarve, já reconhecida como autónoma durante o domínio árabe, mante-

¹⁰ Vasco Mantas, *As Civitates: Esboço da Geografia Política e Económica do Algarve Romano*. In *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, 1997, págs. 283 - 309.

¹¹ Cf. Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização*, 1961, págs. 82-83.

¹² Cf. Joaquim Romero Magalhães, *Algarve Económico Durante o Século XVI*, 1970, págs. 233-234.

¹³ Cf. Jorge Gaspar, *As Regiões Portuguesas*, 1993, pág. 177.

¹⁴ Cf. José Victor Adragão, *ob. cit.*, pág. 15.

¹⁵ Jorge GASPARG, *ob. cit.*, pág. 177.

¹⁶ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1998 (1947), págs. 162-163.

¹⁷ Tratado assinado em 16 de Fevereiro de 1267 por Afonso III de Portugal e Afonso X de Castela, em que se definia a fronteira entre Portugal e Castela. No tratado era reconhecida a integração do Reino do Algarve na coroa portuguesa e dos territórios da margem esquerda do Guadiana na de Castela.

¹⁸ Cf. Dan Stanislawski, *Portugal's Other Kingdom: The Algarve*, 1963, pág. 14.

¹⁹ Cf. José Eduardo Horta Correia, *Arquitectura Algarvia do Século XVI ao Século XIX. Tentativa de Caracterização*. In *Comunicações ao 4º Congresso do Algarve*, 1986, pág. 198. Veja-se, ainda, a este propósito a seguinte obra: Alexandre Costa [et al.], *1755 - Terramoto no Algarve*, 2005.

²⁰ Veja-se a este propósito: José Eduardo Horta Correia, *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Porto, 1997

²¹ Cf. Jorge Gaspar, *ob. cit.*, págs. 179-180.

²² Cf. *Idem*, *ibidem*, pág. 180.

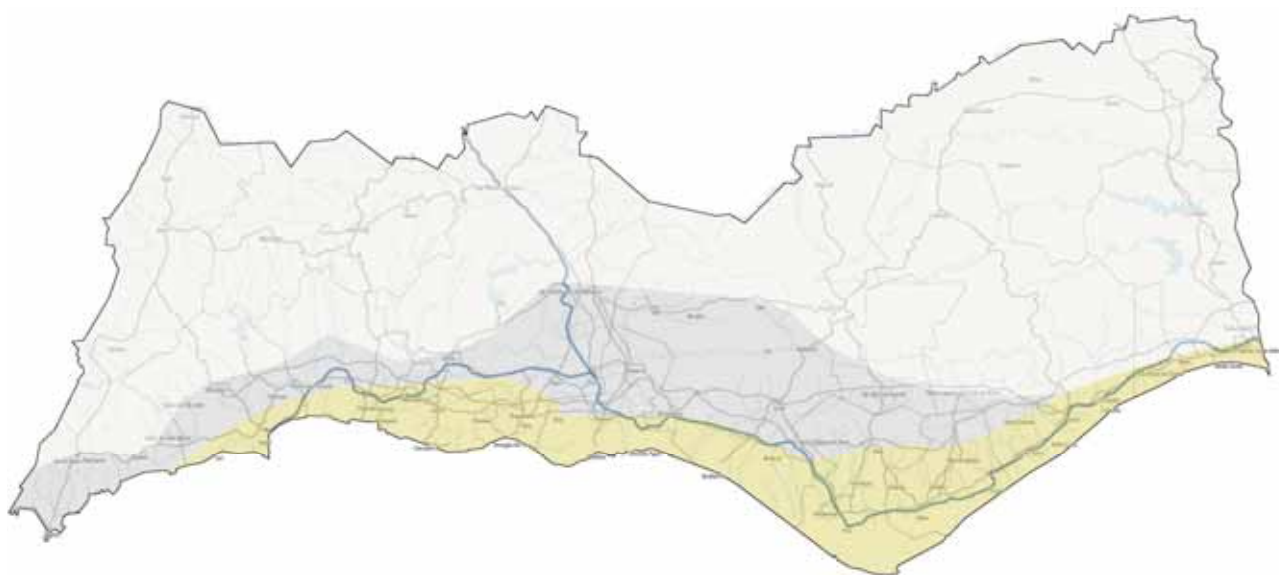
ve-se como semi-autónoma após a sua integração no território português, o que aconteceu com Tratado de Badajoz de 1267,¹⁷ data a partir da qual os monarcas portugueses assumiram definitivamente o título de reis de Portugal e do Algarve. A região teve ainda um governador próprio entre 1595 e 1808 e um sistema particular de imposto até ao fim do século XVIII.¹⁸

Mais tarde, em princípios do século XV, o arranque da expansão marítima portuguesa trouxe nova energia à região e às suas gentes. Lagos e Sagres ficam para sempre associadas ao infante D. Henrique e aos Descobrimentos. Outro marco importante na história do Algarve terá sido o Grande Terramoto de 1755 que causou grandes danos por toda a região, contudo a distribuição dos seus efeitos foi dispar, se houve cidades bastante afectadas, como Lagos, outras houve em que quase não teve consequências.¹⁹ Embora não directamente a ver com o terramoto e mais com questões de definição territorial fronteiriça, em 1774 assinala-se por vontade do Marquês de Pombal o lançamento da primeira pedra de fundação da cidade de Vila Real de Santo António, cujo plano em muito ficou a dever à experiência adquirida com o plano de reconstrução da baixa lisboeta.²⁰

Já em finais do século XIX o Algarve viverá um período de expansão económica, baseado nas novas tecnologias e novos produtos originados em duas matérias-primas tradicionais do Algarve: o peixe e a cortiça (abundante na serra). No seguimento desta evolução, as duas grandes guerras favoreceram também as produções algarvias, através da exportação de frutos secos e conservas de peixe. Contudo, depois da 2ª Grande Guerra a crise acentuou-se e nos anos seguintes a emigração foi considerável.²¹

Será nos anos 60 que se dará uma mudança decisiva no desenvolvimento da região com o início de um novo ciclo – o do turismo em grande escala. O turismo tornou-se em poucos anos na actividade económica mais importante do Algarve, provocando uma enorme alteração em muitos aspectos, não só a nível económico, mas também da paisagem, da estrutura social, e nos comportamentos sociais e culturais da população.²²

Embora muitos destes factos históricos nos sejam distantes e surjam actualmente rarefeitos e misturados em camadas por vezes indistintas, este breve périplo historográfico deve estar presente na leitura do trabalho uma vez que alguns aspectos com eles relacionados emergem ainda nos dias de hoje.



1.1.3 ACERCA DAS SUB-REGIÕES

«A planície alentejana termina nas elevações da serra algarvia. Desta para o sul desce o anfiteatro luminoso da zona calcárea do “Barrocal”, seguido pelas terras planas, intensamente agricultadas, e pelos salgados e sapais junto ao mar. Para o “serrenho” o Algarve é o Barrocal e a planície. A serra pobre e triste, onde apenas no fundo dos vales sinuosos se junta um pouco de terra e há água para regar umas “hortas”, é, com efeito, um mundo áspero, estranho à alacridade do casario disperso entre pomares ou hortas viçosas onde não falta a água, onde tudo é límpido e claro, e onde do chão ressequido e vermelho crescem alfarrobeiras sempre verdes.»²³

Apesar da área relativamente reduzida do Algarve, encontra-se no seu território uma grande diversidade de paisagens, geralmente assinalando-se três grandes unidades ou *sub-regiões* – *Serra, Barrocal e Litoral* - das quais daremos breves apontamentos.²⁴

A serra algarvia desenvolve-se praticamente de forma contínua em toda a extensão norte da região, representando cerca de dois terços do território do Algarve. É constituída por duas grandes cadeias montanhosas: a oeste desenvolve-se a serra de Monchique, na qual se situam os dois pontos mais elevados da região, Fóia (902 m) e Picota (774 m); a este encontra-se a serra do Caldeirão, cujo ponto mais elevado está situado em Pelados (589 m).

Refere-se Orlando Ribeiro à serra algarvia como um *mar de cerros de xistos*,²⁵ onde abundam as estevas, o medronheiro, o sobreiro e a azinheira, que hoje convivem com as explorações silvícolas de eucalipto e pinheiro manso. Na generalidade os seus solos são pobres, facto agravado nos inícios do século XX em consequência dos grandes arrotea-

Sub-regiões ou unidades de paisagem algarvias.
Cinza-Serra; cinza escuro-Barrocal; beje-Litoral.

²³ Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano, Arquitectura. In *A arte Popular em Portugal*, s/d [1959], Vol. 1, pág. 113.

²⁴ Contudo, numa análise mais minuciosa e rigorosa, deve-se assinalar dentro das principais unidades de paisagem do Algarve as seguintes sub-unidades: *Ponta de Sagres e Cabo de S. Vicente; Litoral Alentejano e Vicentino; Barlavento Algarvio; Barrocal Algarvio; Litoral do Centro Algarvio; Ria Formosa; Foz do Guadiana; Serra do Caldeirão; Serra de Monchique; Vale do Baixo Guadiana e afluentes*. Cf. Direcção-Geral do Território e Desenvolvimento Urbano - *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, 2004, Vol.5

²⁵ Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, pág. 161.

²⁶ Cf. José Victor Adragão, *ob. cit.*, pág. 13.

²⁷ Mariano Feio, *ob. cit.*, págs. 107-111.

²⁸ Vasco Mantas, *Os Caminhos da Serra e do Mar. Ob. cit.*, pág. 311.

²⁹ Cf. José Victor Adragão, *ob. cit.*, págs. 13-14.

³⁰ Cf. *Idem, ibidem*, págs. 13-14.

mentos efectuados em muitos destes terrenos para o cultivo de cereais, o que se veio a revelar desadequado, resultando na desertificação crescente dos solos. O povoamento nesta área é escasso e esparso, limitando-se a ocupação aos vales, ou seja, aonde se pode encontrar alguma água e solos produtivos para o cultivo de pequenas hortas.²⁶

Até há relativamente poucos anos, antes da transposição ser facilitada pela criação da rede ferroviária e pela crescente modernização das redes viárias, a Serra dificultou e limitou as comunicações do Algarve com o resto do país. A título ilustrativo, veja-se a seguinte análise, de Vasco Mantas, acerca do percurso entre o Alentejo e o Algarve, que mostra o papel da serra algarvia na separação dos dois territórios:

«Quem alguma vez teve oportunidade de viajar, décadas atrás, através do Alentejo e da serra algarvia em direcção ao litoral do Antigo Reino do Algarve não era sem emoção e com algum alívio, sobretudo se a viagem se efectuava no Estio, que atingia a costa. Com efeito, depois da imensidão alentejana e da severidade da Serra, apenas atenuada no Barrocal,²⁷ a presença do mar transformava a parte final da viagem numa quase marcha triunfal. A sensação de que se entra numa região em tudo diferente era inevitável, quase física, contribuindo para melhor compreender quer o título que outrora enobreceu o Algarve, quer o isolamento natural da região [...]»²⁸

Por sua vez, o Barrocal corresponde à faixa de calcário da região algarvia, situada entre a Serra e o Litoral. É uma área predominantemente agrícola de relevo acidentado por entre o qual se abrem largos vales. Nas suas colinas encontram-se as figueiras, as amendoeiras, as alfarrobeiras e as oliveiras, já nos vales predominam, actualmente, os pomares irrigados de citrinos e as culturas hortícolas. A densidade populacional do Barrocal é inferior à da faixa Litoral, mas superior à da Serra, desenvolvendo-se o seu povoamento ao longo dos caminhos e estradas que partem dos povoados e das vilas, de forma, maioritariamente, disseminada ou de pequenos grupos de casas isolados.

A distinção entre a faixa do Barrocal e do Litoral não é regular, dado por vezes as colinas calcárias aproximarem-se quase até junto da costa, como acontece na zona de Boliqueime, Almansil e Moncarapacho; outras vezes recuam e deixam mais larga a zona plana e facilmente irrigada do litoral – como encontramos no vale da ribeira de Pêra, ou da de Odelouca.²⁹

Os solos do Litoral não são tão rochosos como os do Barrocal, encontram-se ainda zonas de solos de aluvião bastante férteis. Nesta faixa plana e com bons razoáveis recursos aquíferos, abundam os pomares irrigados e a produção hortícola, assim como as vinhas, as figueiras e as amendoeiras. Aqui concentra-se a maior parte da população do Algarve, assim como as principais cidades, das sete maiores cidades algarvias apenas Loulé e Silves não se situam no Litoral.³⁰ Na orla marítima, para além da produção agri-

cola, o sector das pescas e das indústrias dela derivadas também assumem um papel importante, porém, actualmente, o principal sector de actividade é o terciário (comércio e serviços), resultante da principal actividade económica – o turismo.

Em 1962, a decisão do governo sobre a construção do Aeroporto de Faro, parece ter constituído um marco decisivo na mutação turística do Algarve.³¹ Foi nesta década que o fenómeno do turismo de massas³² começou a ganhar expressão na região, tendo sido a paisagem do Litoral profundamente alterada com a crescente pressão urbanística decorrente do desenvolvimento turístico.

A indústria do turismo corresponde hoje no Algarve, directa ou indirectamente, a perto de 60% do total de emprego e 66% do PIB regional, recebendo o distrito cerca de 5 milhões de turistas anualmente.³³

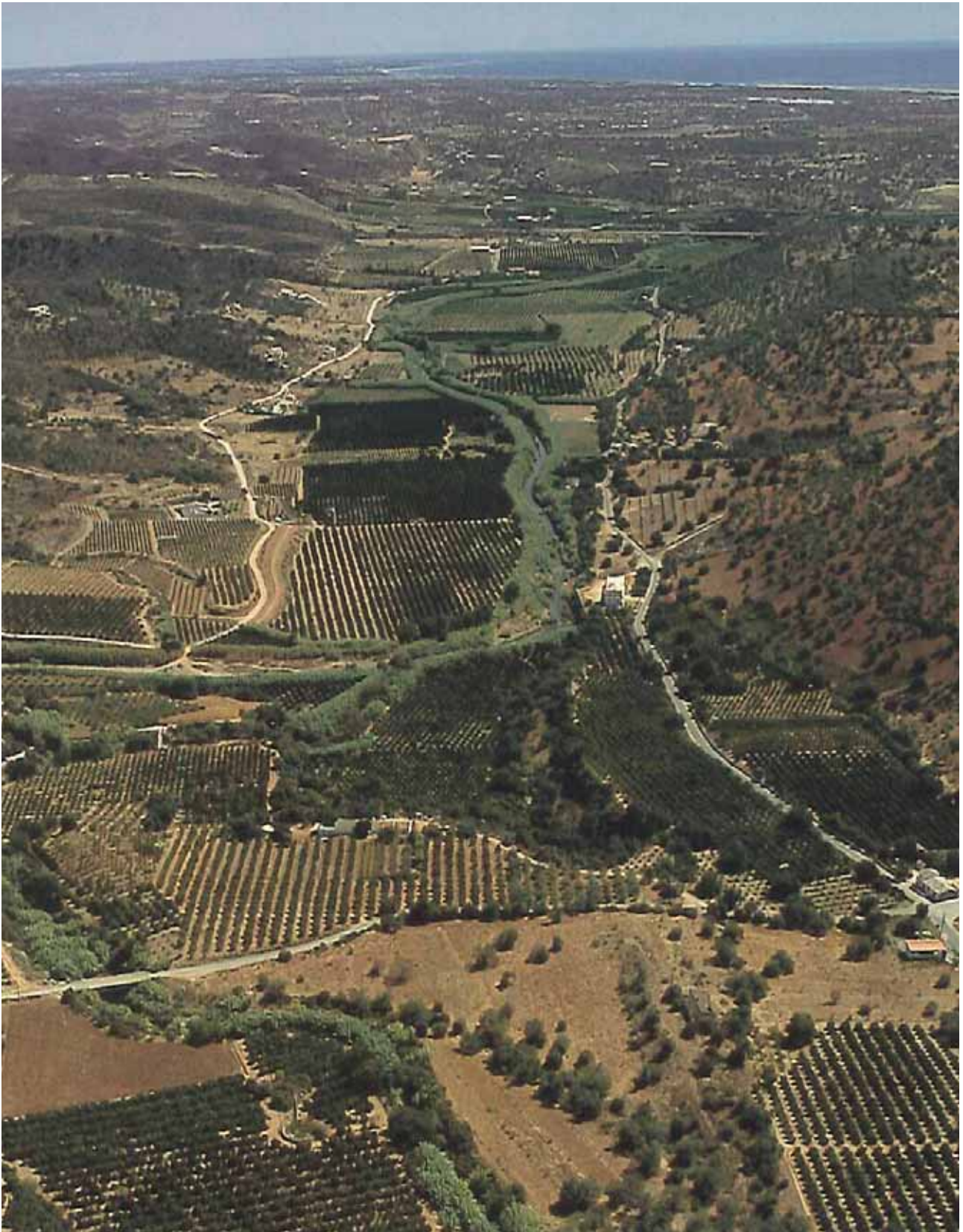
³¹ Cf. Sérgio Palma Brito, *Território e Turismo no Algarve*, 2009, pág. 13.

³² O turismo de massas começou a desenvolver-se na década seguinte à II Guerra Mundial, com a generalização das férias às classes trabalhadoras, no quadro de recuperação económica europeia do pós-guerra. «O “sul” ganha um renovado fascínio e a triologia sun, sand & sea passa a estar ao alcance de todos, em pacotes de férias organizados. Surgem novos empreendimentos turísticos, moldados pela crescente pressão urbanística sobre o litoral, abrindo a oportunidade de se explorarem diferentes conceitos no planeamento de núcleos de veraneio». (Lobo, 2008: 18)

³³ Dados indicados pela Região de Turismo do Algarve, em: www.visitalgarve.pt.



Vista aérea da Serra. Imagem adaptada de Filipe Jorge, *Algarve Visto do Céu*, 2005.



Vista aérea do Barrocal. Imagem adaptada de Filipe Jorge, *Algarve Visto do Céu*, 2005.



Vista aérea do Litoral. Imagem adaptada de Filipe Jorge, *Algarve Visto do Céu*, 2005.

1.2 ACERCA DA PAISAGEM VERNACULAR DO BARROCAL

O Barrocal corresponde à zona calcária do Algarve situada entre a Serra e o Litoral. Desenvolve-se ao longo de uma faixa paralela à linha costeira sul, na direcção este-oeste, por uma extensão de 85 km. A sua dimensão na direcção norte-sul é variável, chegando a atingir os 12 km na parte mais larga, a qual se encontra nos concelhos de Silves e Loulé. Tem por área o Barrocal cerca de 687 km², o que representa 13,5% da área do distrito.³⁴

Igualmente conhecido por Algarve Calcário, o Barrocal é considerado a segunda maior área cársica do país.³⁵ Os afloramentos rochosos são abundantes à superfície, assumindo a sua cor clara grande destaque na paisagem ao contrastar com o vermelho escuro dos solos (a *terra rossa*).³⁶ A morfologia do terreno parece-nos explicar a sua denominação, dado *barrocal* significar *cordilheira de barrocas*,³⁷ traduzindo-se *barrocas*, por sua vez, em duas ideias: na de *montes*; e na de *piçárras*, ou seja, *terra misturada com pedregulhos*.³⁸

Devido, em grande parte, às características geológicas, em conjunto com as fracas precipitações e elevado índice térmico, o Barrocal apresenta-se como uma área rica e variada ao nível da composição florística, sendo inúmeras as plantas aromáticas que a compõem, bem como em relação aos tipos de agrupamentos muitas vezes exclusivos desta área.³⁹

As culturas agrícolas aqui praticadas assumiram igualmente feições características. A predominância natural da azinheira, do carrasco e da aroeira, foi substituída pela do pomar de sequeiro (que inclui a figueira, a oliveira, a amendoeira e a alfarrobeira).⁴⁰ Porém, nos últimos anos este tem vindo a apresentar alguma regressão e abandono face ao avanço dos pomares irrigados (sobretudo de citrinos); facto em muito ligado à construção de grandes barragens por volta dos anos 60, o que veio a proporcionar água para a irrigação de vastas áreas.⁴¹

Nos vales situam-se os terrenos mais produtivos e as propriedades de maiores dimensões, contudo, as zonas com relevo foram, também, intensamente trabalhadas por forma a permitir a prática agrícola, sendo o Barrocal já em meados do século XX uma estrutura agrária praticamente contínua. Esta estrutura caracteriza-se, para além das culturas agrícolas já mencionadas, pelo mosaico intrincado resultante da predominância da pequena e média propriedade (entre 1 a 10 ha),⁴² muitas vezes limitadas por muros de pedra solta, à qual se associa a casa isolada do proprietário.

Atendendo aos registos históricos acerca do estado da área agricultada algarvia, encontramos notas de finais do século XVIII, por parte de Link e Hoffmannsegg (botânicos

³⁴ Toma-se como referência os limites indicados para a sub-unidade de paisagem do Barrocal em *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU, 2004, Vol. 5.

³⁵ Área Cársica: Fenómeno que resulta da dissolução lenta dos calcários por acção da água da chuva, cujo escoamento se dá fundamentalmente por infiltração, levando ao aparecimento de aberturas naturais verticais, por vezes com dezenas de metros e que por vezes se desenvolvem em profundidade por sistemas de galerias, salas e poços que, no seu conjunto, formam aquilo a que chamamos grutas.

³⁶ Terra rossa é um solo residual resultante do depósito detrítico e acumulação de argilas, areia fina e óxidos de ferro em virtude da dissolução dos calcários.

³⁷ Antonio de Moraes Silva - *Dicionário da língua portuguesa - recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA, 1813, Vol.1, pág. 267.

³⁸ Idem, *ibidem*, pág. 267.

³⁹ Cf. Carlos Pinto Gomes; Rodrigo Paiva Ferreira, *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira – Portimão)*, 2005, pág. 17. Acerca das plantas da área do Barrocal veja-se também a seguinte obra: Fernando Pessoa; José Rosa; José ROCHA, *Plantas do Algarve com Interesse Ornamental*, 2007 (2004).

⁴⁰ Cf. DGOTDU, *ob. cit.*, pág. 187.

⁴¹ Em 1956 concluiu-se a barragem do Aráde (Silves), dois anos depois, em 1958, foi a vez da barragem de Odeáxere (Lagos).

⁴² Cf. DGOTDU, *ob. cit.*, pág. 190.

Vista aérea do Barrocal. Imagem adaptada de Filipe Jorge, *Algarve Visto do Céu*, 2005.



⁴³ Cf. Maria Carlos Radich, *O Algarve Agrícola: Notícias Oitocentistas*, 2007, pág. 8.

⁴⁴ Péry considera a região algarvia dividida apenas em duas zonas distintas: o *litoral* e a *serra*; aparentemente ao referir-se a litoral engloba também a faixa do Barrocal.

⁴⁵ In. Manuel Villaverde Cabral, *Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal – Séc. XIX e XX*, 1974, pág. 276.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, pág. 280.

⁴⁷ Valor publicado em 1911 pela Direcção Geral da Carta Agrícola no *Boletim da Direcção Geral de Agricultura* em uma *Memória*, datada de 20 de Março de 1911 e assinada por Carlos Romeu Correia Mendes.

⁴⁸ Plano de Fomento Agrário, *A Utilização do Solo na Província do Algarve*, 1951, pág. 22.

⁴⁹ Cf. Maria Carlos Radich, *ob. cit.*, pág. 83.

alemães), referindo que grande parte deste território permanecia então inculto, registando a prática agrícola expressão considerável apenas nos arredores das povoações da faixa Litoral e não se estendendo mais do que duas léguas para o interior. Porém, à medida que se avança no século XIX, são várias as referências que indicam o recuo dos incultos tanto costeiros como interiores.⁴³ Em 1875, segundo Gerardo Péry na obra *Descrição da Agricultura em Portugal*, a faixa *litoral*⁴⁴ encontra-se já, numa largura variável entre os 5 e os 15 km, toda cultivada.⁴⁵ Estimando ainda a superfície inculta do Algarve em 236 000 hectares,⁴⁶ ou seja, 47,2% da área do distrito. Em 1911 a área de incultos estava já reduzida a 20,50%,⁴⁷ enquanto que quarenta anos depois não ultrapassava os 12%, encontrando-se esta última percentagem de incultos sobretudo na Serra.⁴⁸ Constata-se que no espaço de um século a imagem de um Algarve quase todo inculto deu lugar a outra em que os incultos podiam não representar muito mais do que um quinto da área administrativa do distrito.⁴⁹

Em relação ao Barrocal, se tivermos em conta estes mesmos dados, parece-nos assinalável o aparente curto espaço de tempo em que se construiu parte significativa da

sua estrutura agrária. Ao qual acrescem os factos de nesta área os afloramentos rochosos nos solos serem uma presença constante e o de vastas áreas apresentarem um relevo acentuado, pelo que se tornou necessário realizar intensos trabalhos de despedregagem dos terrenos e criar muros de suporte e socalcos, sobretudo à força de braço e animal, embora se possa assinalar, por vezes, o uso da pólvora.

A expansão do espaço agrícola do Barrocal para novas áreas afastadas dos aglomerados populacionais terá sido acompanhada pelo seu povoamento, este geralmente disseminado. Surgem, na sua maioria, habitações associadas ao seu próprio terreno de cultivo, à qual se podiam agregar outras construções de apoio à actividade agro-pecuária.

Acerca do tipo de povoamento disseminado na região do mediterrâneo, esclarece o geógrafo Orlando Ribeiro:

«A disseminação anda ligada à fertilidade da terra e à cultura intensiva, a uma intimidade maior da casa com o campo. Desde a Idade Média, mas, sobretudo, em data muito recente, a colonização das terras ganhas para a cultura fez-se sempre por meio de habitações dispersas, que progridem ao longo dos caminhos animados pelo trânsito, enquanto, no cimo dos montes, as povoações velhas decaem e se arruinam.»⁵⁰

A partir dos anos 60 as actividades primárias tradicionais entraram em declínio no Barrocal, em benefício das actividades hoteleiras ou construtivas que se desenvolviam na faixa litoral. Embora a ocupação turística verificada na zona costeira não se tenha propagado de igual forma ao barrocal, a perda de importância das actividades primárias levou ao inevitável declínio da paisagem agrária vernacular, onde alternam hoje os matos de carrascais com os pomares de sequeiro, em exploração ou em abandono.

Parte da população, ocupando-se agora em novos ramos de actividade - que vieram a alterar os seus consumos, formas de viver, e de uso do tempo - continuou a habitar o mesmo local, que antes constituía a base para a economia agrícola dos seus pais ou ainda a sua.⁵¹ Algumas das antigas casas rurais foram recuperadas para ocupação de veraneio, outras foram substituídas por novas moradias. Ultimamente têm-se ainda verificado a construção de muitas novas casas disseminadas pelas encostas viradas ao mar, o que tem vindo a alterar o padrão de ocupação anterior.⁵²

Não obstante, nos últimos anos tem vindo a ser reconhecido, pelas entidades responsáveis e intervenientes no planeamento e gestão do território, o valor identitário da paisagem vernacular do Barrocal, bem como o seu interesse e importância para as novas estratégias de desenvolvimento da região, que assentam na valorização das características específicas da cultura e do património local.⁵³

Em *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (2004), estudo encomendado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e

⁵⁰ Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, pág. 35.

⁵¹ Cf. Jorge Gaspar, *A Ocupação e Organização do Território: Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas – Portugal*, 1987, Vol. 1, pág. 109.

⁵² Cf. DGOTDU, *ob. cit.*, pág. 200.

⁵³ Veja-se, a título de exemplo, o *Plano Estratégico Para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve* (2002), referente ao Barrocal e à Serra algarvia.

Pomar de sequeiro em encosta com socalcos. Estela Monte, Loulé.



Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), constata-se que no Barrocal Algarvio o progressivo abandono será a maior ameaça para a degradação ou mesmo para o desaparecimento da policultura tradicional e da paisagem por ela criada.⁵⁴ Apontando, assim, que:

«a gestão da paisagem deverá basear-se numa maior e melhor articulação intersectorial, nomeadamente do turismo com a agricultura, com a pesca e com outras actividades económicas tradicionais, que se baseiam em produções de qualidade (por exemplo citrinos, frutos secos, cultura de primores), associados a uma reconhecida qualidade ambiental dos meios de produção. Por outro lado, a paisagem no seu conceito mais alargado deverá estruturar a oferta de novos produtos turísticos, nomeadamente aqueles que se encontram mais ligados a recentes correntes de procura turística, numa lógica de integração espacial e de actividades de natureza, cultura e desporto.»⁵⁵ Sendo que «as opções relativamente à instalação de novas culturas devem ajustar-se, sempre que possível, à recuperação e valorização dos aspectos que determinam a identidade do Barrocal, nomeadamente os muros de pedra e a utilização das espécies tradicionais referidas, ainda que sob a forma de sebe ao longo dos caminhos e dos muros de compartimentação das parcelas agrícolas. A continuação da tendência para a instalação de novos pomares de regadio (citrinos) deverá acautelar o carácter local (preferência pelas zonas pouco declivosas, redução de alterações de relevo ao mínimo indispensável, manutenção de muros com as adaptações essenciais).»⁵⁶

⁵⁴ Cf. DGOTDU, *ob. cit.*, pág. 201.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, pág. 188.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, pág. 202.

Já no mais recente *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (2007)*, lançado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, «considera-se necessário que a identidade do tradicional Barrocal seja pre-

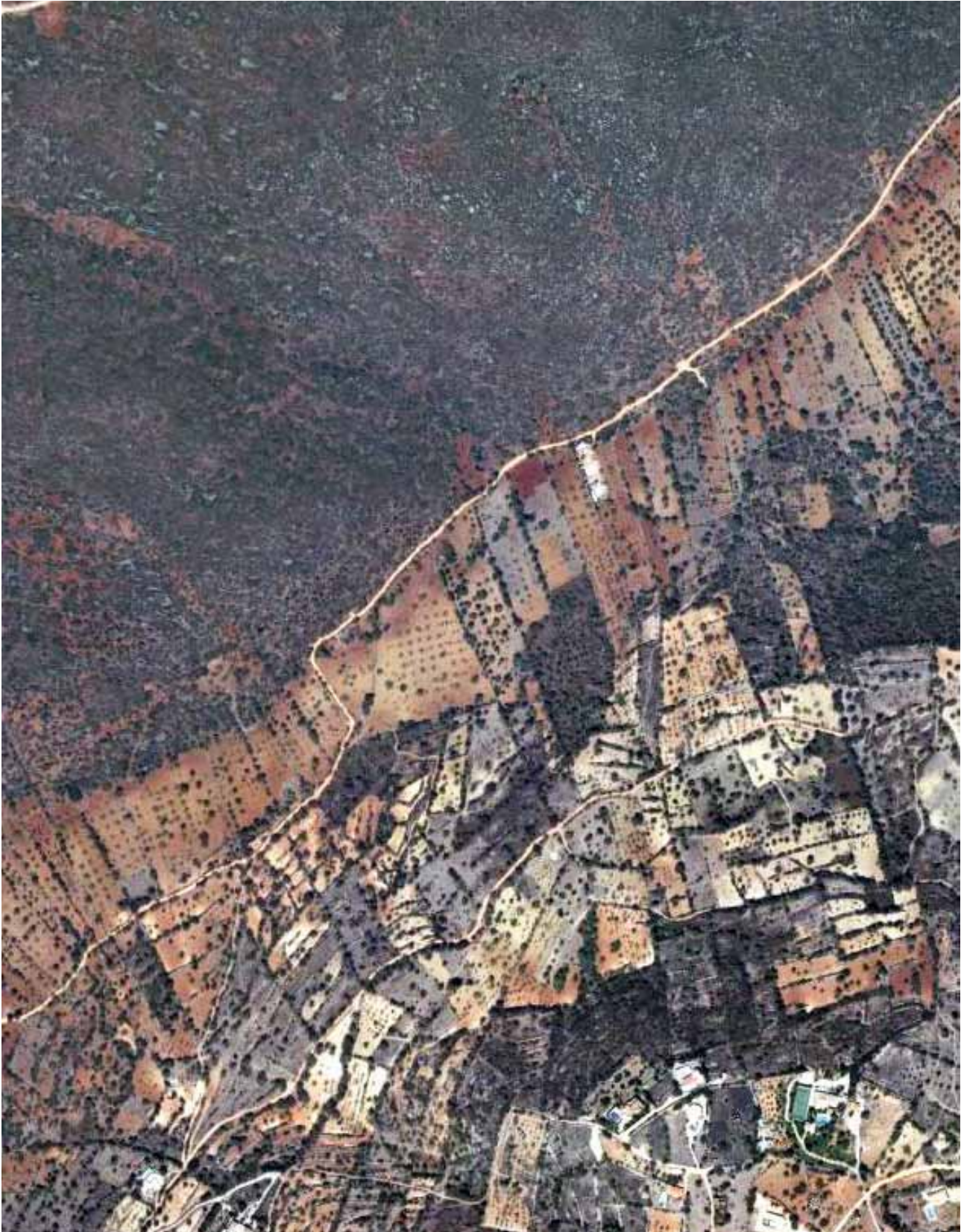
servada»,⁵⁷ chamando a atenção para a «necessidade de combater e inverter os processos que transpõem os modelos urbano-turísticos do Litoral para o Barrocal. Há necessidades de encontrar novos modelos integráveis e adaptados ao Barrocal, mas que não passam pela transposição ou imposição de modelos de “vida rural” a populações que, cada vez menos, com eles se identificam. Contudo, estes modelos não deverão pôr em causa os modelos viáveis e sustentáveis de agricultura ou de outros usos que ocorram na zona do Barrocal».⁵⁸ Referindo, ainda, a necessidade de se proceder à identificação das áreas de maior interesse paisagístico existentes no Barrocal, com o intuito de estabelecer regimes de protecção específicos para os valores em causa - matos de encosta e áreas de policultura com muros de despedrega, hoje em abandono.

⁵⁷ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*, 2007, Vol. 1, pág. 57.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, pág. 58.



Em cima, paisagem primitiva. Mato do Escarpão, Albufeira. Em baixo, pomar de sequeiro em socalcos. Estela Monte, Loulé.



Ortofoto, campos tradicionais de pomar de sequeiro em contraste com áreas não arroteadas. Monte Seco, Loulé. Virtual Earth, 2009.



Ortofoto, paisagem agrária de sequeiro. Monte Seco, Loulé. Virtual Earth, 2009.



II PROPRIEDADE E EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA-FUNÇÕES E FORMAS

2.1 ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS

«A propriedade, consequência do trabalho exercido sobre o solo, adaptar-se-á antes de tudo às circunstâncias particulares de cada zona, recebendo em seguida a impressão do modo de ser moral dos homens, mais ou menos modificados pelos acontecimentos históricos.»¹

Atendendo ao padrão formado na paisagem pelo compasso das árvores dos pomares e pelos limites das propriedades a partir da simples observação dos campos do Baixo Algarve através de fotografia aérea, constatamos uma forte fragmentação da propriedade.² Todavia, a partir da leitura das cartas cadastrais 1.2000 deste território, constatamos um grande contraste da estrutura fundiária.

A dimensão da propriedade no Algarve é, em geral, considerada pequena e média, de acordo com as classes dimensionais de maior frequência. Já em 1841, Silva Lopes constava que a propriedade no Algarve era bastante repartida, mesmo as suas grandes propriedades eram aforadas e sub-aforadas em pequenas parcelas.³

Porém, ao longo do século XIX, a prática do aforamento foi perdendo destaque, F. Weinholtz, em 1891, considerava que grande parte da propriedade algarvia já era *plena*, tendendo a figura do enfiteuta a desaparecer, derivado às vendas dos foros do Estado, das corporações e de particulares. Simultaneamente, multiplicavam-se os contratos de arrendamento, a par do movimento no sentido de ultrapassar formas imperfeitas de propriedade da terra impulsionado pelo liberalismo.⁴

Já em 1918, Tomás Cabreira ao escrever sobre a economia da região,⁵ considera-a, em relação às restantes do país, como a que apresenta a divisão da propriedade mais equilibrada - média de 5 hectares.⁶ Actualmente, a estrutura fundiária predominante, estima-se entre 1 a 10 hectares.⁷

No caso específico do Barrocal encontramos em grande parte das suas zonas de colinas, a persistência das estruturas agrícolas tradicionais, cuja desordem e fragmentação acentuada, muitas vezes derivada da partilha por herança da geração seguinte, invalidam a sua exploração intensiva. Porém, nos vales, planos e férteis, esta tendência parece ter vindo a ser progressivamente alterada nas últimas décadas, com o emparcelamento dos terrenos e a expansão de culturas intensivas irrigadas.

A dimensão e o tipo de exploração agrícola reflectem-se, ainda, na diversidade de designações dos vários tipos de propriedade agrícola existentes no Algarve, nomeadamente: a *horta*, a *fazenda*, o *monte*, o *morgado*, e a *quinta*.⁸ Cada uma destas designações corresponde a um tipo de propriedade com características específicas, embora por

Página anterior, ortofoto a norte de Tavira onde se destaca o mosaico intrincado dos campos de sequeiro do Barrocal, em contraste com a Serra no topo. Adaptada da fotografia 4996, folha 608, do levantamento 1/26 000, da USAF (1958). In: Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*.

¹ Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*. In: Amorim Girão, *Divisão da Propriedade Rústica*, 1951.

² Cf. Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental: as Vilas, o Campo e o Mar*, 1976, Vol. I, pág. 125.

³ Aforamento é o contrato pelo qual o proprietário transfere o domínio útil de um imóvel em enfiteuse a outra pessoa (enfiteuta), ficando esta obrigada a pagar-lhe anualmente o foro (quantia em dinheiro ou em espécies, ou ambas). Os aforamentos podiam ser concedidos por pessoas públicas (por exemplo, mosteiros, ordens religiosas, etc.) ou privadas (casas senhoriais, por exemplo). Era um acto jurídico que se foi praticado até à década de 1960 em Portugal.

⁴ Cf. Maria Carlos Radich, *O Algarve Agrícola: Notícias Oitocentistas*, 2007, pág. 41.

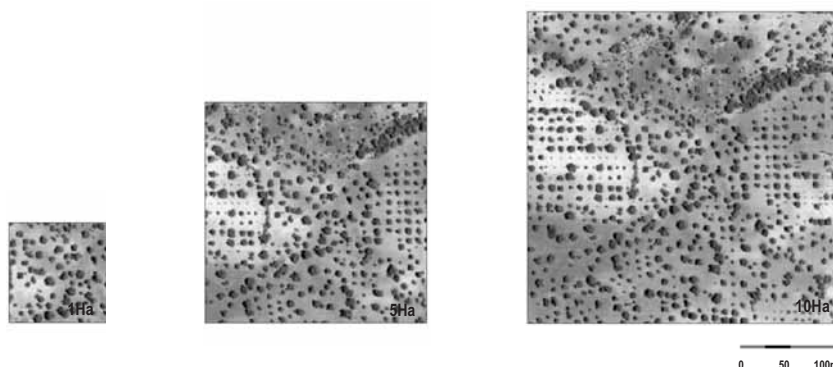
⁵ Tomás Cabreira, *O Algarve Económico*, 1918.

⁶ Cf. Jacinto Palma Dias, *Caras e Coroas: Acerca das Platibandas na Arquitectura Popular do Algarve*, *Arte Ibérica*, págs. 29-30.

⁷ Cf. DGOTDU, *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, 2004, Vol. V, pág. 190.

⁸ Cf. Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1980 (1961), pág. 593.

Dimensões médias predominantes da propriedade no Algarve.



⁹ Cf. João Vieira Caldas, *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, 2007, pág. 296.

¹⁰ Reguengo (ou terra reguengueira) era a denominação atribuída às propriedades que, desde a fundação de Portugal e até à extinção do Antigo Regime, pertenciam à Coroa e pela qual quem os arrendatários pagavam direitos e foros.

¹¹ Cf. João Vieira Caldas, *ob. cit.*, págs. 296-297.

¹² Cf. *Idem, ibidem*, pág. 297.

¹³ Cf. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. II, 1936, pág. 280. Acerca da definição de *sítio* ver na mesma obra pág. 265.

¹⁴ *Idem, ibidem*, Vol. VI, 1975, pág. 238.

vezes possam apresentar uma certa ambiguidade, como no caso do *monte*.

Assim, a *horta* corresponderá a uma terra com bons recursos aquíferos, geralmente de pequena a média dimensão. Pelo contrário, a *fazenda* é a propriedade onde tradicionalmente predomina o pomar de sequeiro, embora possa incluir pequenas parcelas de regadio.⁹

Já o *morgado* era geralmente a propriedade rústica mais vasta, cuja origem remonta aos reguengos.¹⁰ Os morgados encontram-se maioritariamente no Litoral, mas podem também ser assinalados casos no Barrocal. As suas produções eram abrangentes e diversificadas, podendo incluir grandes explorações de gado e até mesmo salinas.¹¹

A *quinta*, segundo João Vieira Caldas, parece não corresponder no Algarve a nenhum tipo de propriedade específico. Porém, regista-se que desde o século XVIII esta designação se vai sobrepondo às tradicionais.¹²

Por fim, *monte* é o termo mais corrente e, também, o que apresenta mais sentidos possíveis entre todas as designações de propriedade referidas. Um pouco à semelhança do Alentejo, *monte* no Algarve tanto pode referir-se à casa isolada que se constitui como pólo central de uma unidade de lavoura, como ao conjunto da casa com a sua propriedade. Tal como refere José Leite de Vasconcelos, *monte* no Algarve tanto pode designar a casa de uma fazenda, de uma quinta e de um sítio,¹³ como «a casa de uma pequena “fazenda” e também o conjunto da “fazenda” e da casa.»¹⁴

2.2 CULTURAS AGRÍCOLAS

2.2.1 OS POMARES E AS HORTAS

A conjugação das características geográficas e climáticas, a existência de razoáveis recursos aquíferos no subsolo, a ocorrência de solos de aluvião ou de solos de terra rosa (resultante da dissolução de calcários), que se encontram no fundo de algumas depressões, mais ou menos extensas, possibilitaram a implantação no Barrocal de uma agricultura de pomares, complementar à produção hortícola ou à cerealífera nas terras de sequeiro.¹⁵

Entre as culturas agrícolas tradicionais do Barrocal destaca-se, pela sua extensão e especificidade, o pomar de sequeiro - composto por figueiras, oliveiras, amendoeiras e alfarrobeiras. Sob as suas copas plantam-se cereais (trigo sobretudo), leguminosas (ervilhas e favas) e recolhe-se forragem. No caso das culturas de irrigadio predominam os pomares de citrinos, as culturas hortícolas, e a vinha. São inúmeras as espécies encontradas nos campos hortícolas irrigados, entre as quais se encontram o milho, a batata, a batata-doce, o feijão, o tomate, a couve, o pimento, o pepino, a ervilha, a fava, o melão e a melancia, entre outros. No caso das árvores irrigadas encontramos várias espécies como a laranja, o limão, a tangerina, o pêssigo, a pêra, a ameixa e o damasco.

Estes sistemas agrários assumiram feições muito específicas,¹⁶ tanto pelo próprio elenco vegetal que os compõem, como pela sua organização, tanto no caso do sequeiro como no do regadio, caracterizada pela sua densa promiscuidade. Outra característica importante destes sistemas é a da quase inexistência de pousios.

O elenco das plantas cultivadas é constituído por várias espécies assimiladas ao longo dos séculos, desde plantas mediterrânicas, a outras oriundas das mais diversas proveniências, e que assumiram uma destacada importância nas produções e na dieta algarvia. De origem mediterrânica encontramos a oliveira, a figueira, a alfarrobeira, as lentilhas, a ervilha, a fava, o grão, o linho de sementes grossas e a beterraba. Da Ásia, o linho de sementes finas, o trigo mole, vários legumes, a vinha e a maioria das árvores de fruto que se encontram nos pomares, como exemplo: a noqueira, a amendoeira, a macieira, a pereira, o marmeleiro, o pessegueiro, o damasqueiro, a romanzeira e a cerejeira. Da época dos Descobrimentos podemos encontrar o milho, a batata, a batata-doce, o tomate, o amendoim, o pimento, a malagueta, a abóbora, o feijão e a laranja doce - esta última trazida pelos portugueses da China, constituindo hoje uma das principais culturas algarvias.¹⁷

Ao observarmos o calendário agrícola, podemos constatar que na combinação destas várias espécies se conseguiu um equilíbrio na relação entre trabalhos de cultivo e de



Horta - Policultura e cultura promiscua. Imagem extraída de Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar.*

¹⁵ Cf. Jorge Gaspar, *As Regiões Portuguesas*, 1993, pág. 176.

¹⁶ Cf. DGOTDU, *ob. cit.*, pág.187.

¹⁷ Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1998 (1947), págs. 7-8; Dan Stanislawski, *Portugal's Other Kingdom: The Algarve*, 1963, págs. 56-57.

¹⁸ Cf. Dan Stanislawski, *ob. cit.*, p. 57.

¹⁹ Cf. Aurora da Conceição Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, 1995, Vol. I, pág. 65.

²⁰ Nuno Mendonça, *Para uma Poética da Paisagem*, 1989, pág. 312.

²¹ Cf. Jorge Gaspar, *ob. cit.*, pág. 176.

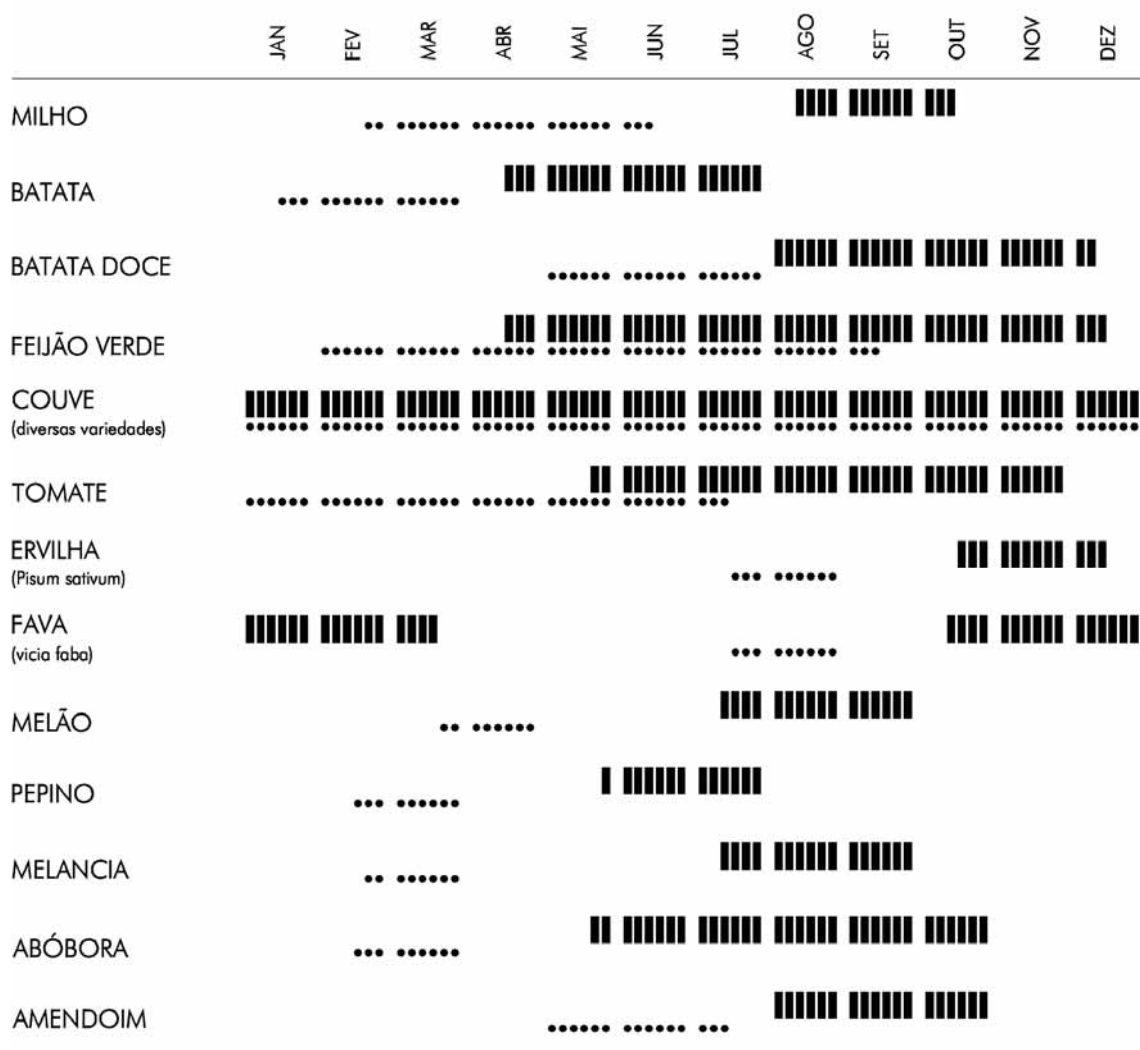
colheita, fornecendo numa dieta rica e variada ao longo do ano. A colheita dos frutos da maioria das árvores de pomar, tanto de sequeiro como de irrigadio, começam no Verão e vão sendo recolhidos até finais de Outono. Apenas a colheita de citrinos ocorre mais tarde, uma vez que são colhidos desde o princípio de Outubro até Fevereiro. Por fim, em relação aos produtos hortícolas irrigados, cultivados na Primavera e princípios do Verão, são colhidos durante o Outono, altura pela qual voltam a ser cultivados da mesma forma os campos, renovando-se deste modo o ciclo.¹⁸

Na compreensão das características espaciais dos pomares e das hortas deverão ser tidos em consideração, para além dos seus próprios elementos morfológicos e da sua organização, os elementos ligados às *ambiências*, ou seja, elementos como a luz, a sonoridade, o aroma e a tactilidade, cuja compreensão apenas poderá ser plenamente atingida através da vivência do próprio espaço.¹⁹ Acerca destes elementos, refere Nuno Mendonça:

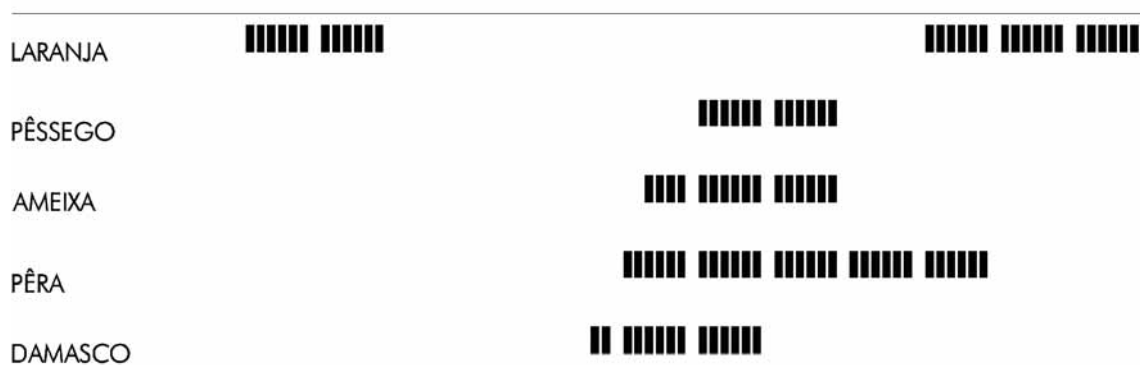
«O elemento luz será observado substancialmente mais pela luminosidade e coloração do ar, que pela cor da matéria iluminada; a sonoridade e o movimento (vibração), que a gera como expressão audível da paisagem e dos seres que a habitam, referindo espaços e distâncias; o aroma e o ar que o transporta dando-nos qualidades, momentos da paisagem, das estações e do dia; a tactilidade, não como palpação da matéria mas, como percepção epidérmica de temperaturas, aragens, humidades, dando-nos mudanças, tempos e estados atmosféricos.»²⁰

Contudo, nos últimos, anos as modernas culturas de irrigadio têm-se vindo a expandir,²¹ enquanto que, por outro lado, o pomar de sequeiro se encontra em regressão, com tendência a confinar-se às zonas com relevo, onde o solo é mais escasso, logo menos produtivo relativamente aos férteis terrenos dos vales. As tradicionais formas agrícolas de policultura - que cobriam grande parte do Barrocal - tem vindo, assim, a perder destaque face à monocultura intensiva. Esta situação reflectir-se-á, como veremos, numa transformação das espacialidades e ambiências desta paisagem.

PRINCÍPAIS CULTURAS HORTÍCOLAS IRRIGADAS

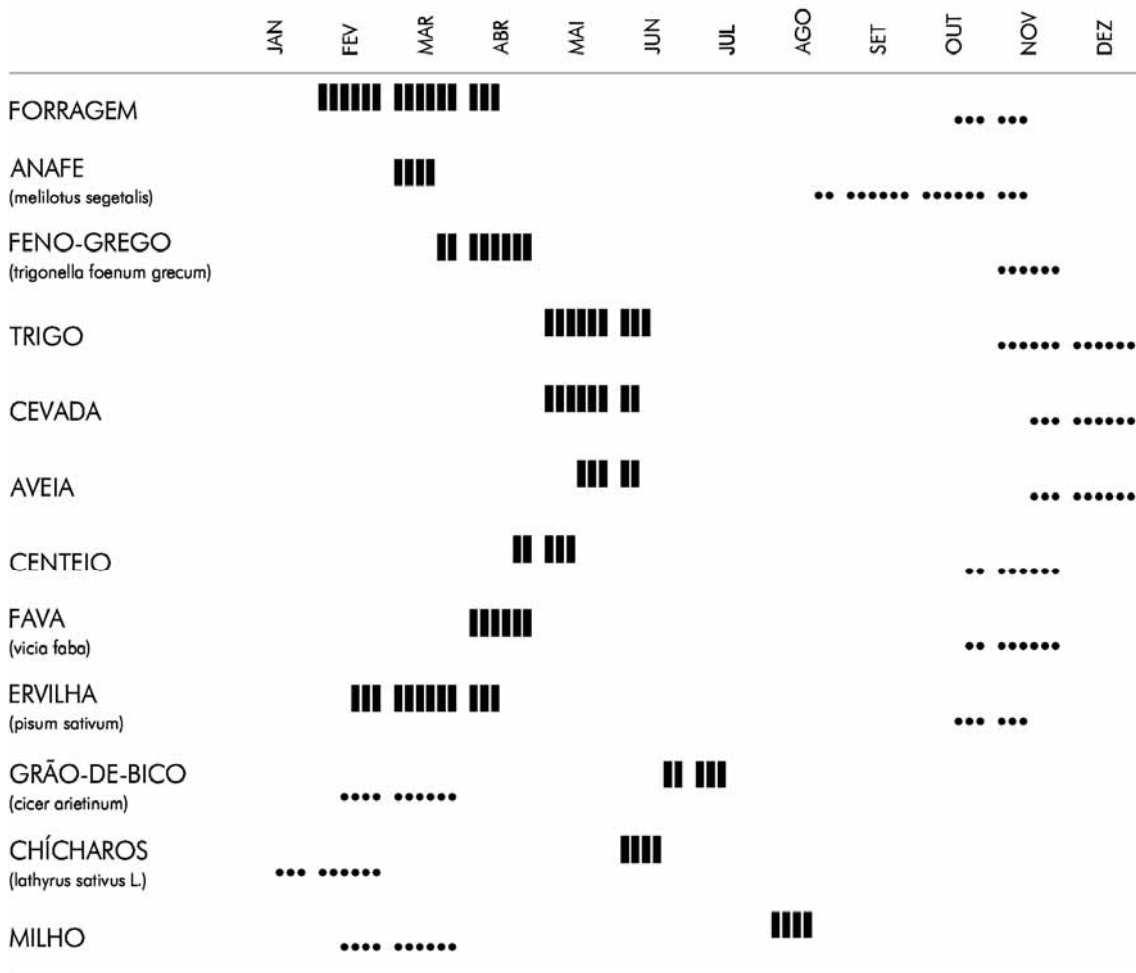


PRINCÍPAIS CULTURAS ARBORENSES IRRIGADAS

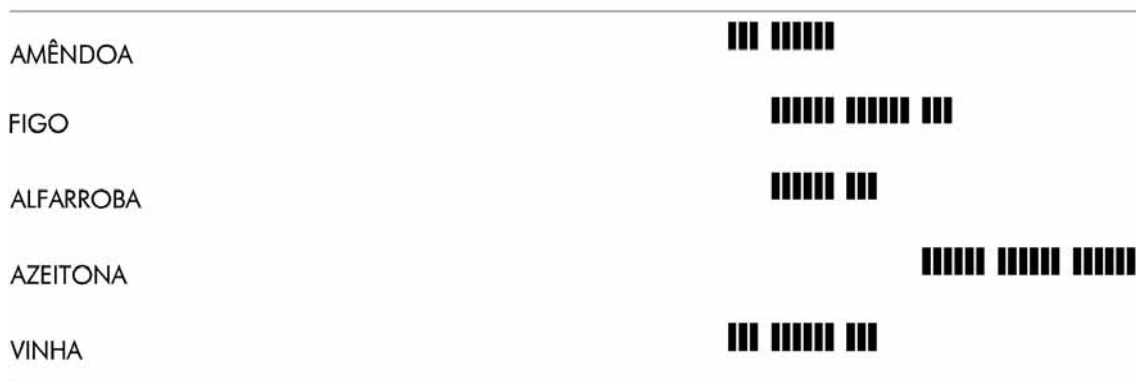


Calendário agrícola do Sotavento-culturas irrigadas. Pontos representam as plantações, as barras as colheitas. (Cf. STANISLAWSKI, 1963: 63)

PRINCÍPAIS CULTURAS DE CAMPOS NÃO IRRIGADOS



PRINCÍPAIS CULTURAS ARBORENSSES E DE VINHAS NÃO IRRIGADAS



2.2.2 ACERCA DO COMPASSO E DAS FORMAS DOS POMARES

As árvores devem ser distanciadas convenientemente para possibilitar um correcto desenvolvimento das suas copas e raízes. O compasso, ou seja, o espaçamento entre as árvores, que se dá no momento da plantação, deverá já ter em conta o seu desenvolvimento futuro. O compasso será ainda importante na medida em que poderá permitir, ou não (conforme o pretendido), o cultivo de outras espécies sob as suas copas.

Com o intuito de encontrar os compassos utilizados nos pomares do Barrocal, foram efectuados levantamentos de campo, confirmados posteriormente em entrevista a um trabalhador rural da área,²² bem como através de bibliografia.²³ Prestou-se especial atenção ao compasso do pomar de sequeiro, dado este ser o mais característico e que ocupa maior extensão no Barrocal, bem como ao do pomar de citrinos, que ganha cada vez mais expressão neste território.

O compasso dado às árvores do pomar de sequeiro tradicional - que inclui a oliveira, a figueira, a alfarrobeira e a amendoeira - para além de procurar o espaçamento correcto para o desenvolvimento das árvores, deriva também do facto de sob as suas copas serem associados outros tipos de cultivos, nomeadamente o de cereais (o trigo, a cevada, a aveia e o centeio) e o de leguminosas (das quais se destacam a ervilha e a fava). Assim, o compasso tradicional para as árvores do pomar de sequeiro é de cerca de 8 m. Para o pomar de citrinos, geralmente não associado ao cultivo de outras espécies sob as copas, é dado por compasso 5 m.

Todavia, existem excepções para a amendoeira e para a figueira, nas quais se encontram outros compassos que possibilitam igualmente o cultivo sob as suas copas. No caso da amendoeira, devido à caducidade da sua folhagem (o que permite a passagem de radiação solar até ao solo), encontram-se casos com compasso de 5 m ou utilizadas em fiadas intercalares a outros tipos de árvore; já no caso da figueira, dado esta ser uma árvore rasteira e de copa larga, dava-se, por vezes, um maior espaçamento, entre 10 e 12 m.

Porém, podem ser encontrados pomares que se caracterizam pela combinação de vários tipos de árvores combinados numa mesma área, geralmente correspondentes a propriedades de pequena dimensão. Deve-se, ainda, assinalar excepções na regularidade dos compassos, derivado à possível assimilação de árvores de ocorrência espontânea.

Mais recentemente, passou-se a utilizar o compasso de 5 m para todas estas árvores, numa prática de monocultura intensiva, o que veio a permitir o cultivo de um maior número de árvores para uma mesma área. Contudo, este compasso para além de excluir o cultivo combinado de outras espécies sob as suas copas, impede o desenvolvimento pleno das árvores.

Na obra *A Árvore em Portugal* (1960), é recomendado que o compasso de plantação das árvores nunca seja inferior a 2/3 do diâmetro máximo da copa.²⁴ Encontramos tam-

²² Entrevista a Manuel das Dores Brás (ex-trabalhador-rural), nascido em 1927. Algoz, Silves.

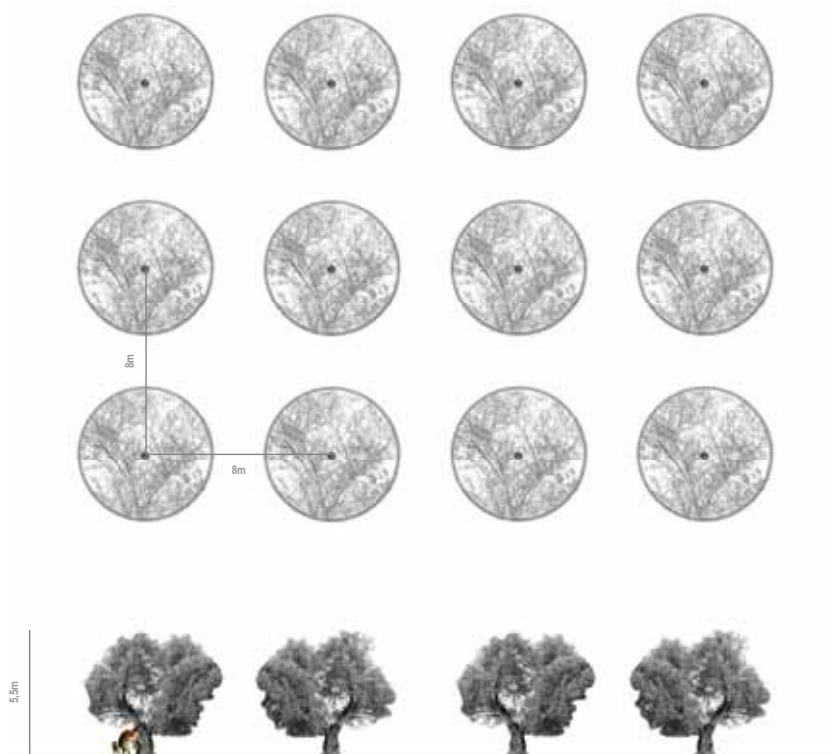
²³ Maria Carlos Radich, *ob. cit.*, pág. 41.

²⁴ Francisco Caldeira Cabral; Gonçalo Ribeiro Telles, *A Árvore em Portugal*, 1999 (1960), págs. 151-152.

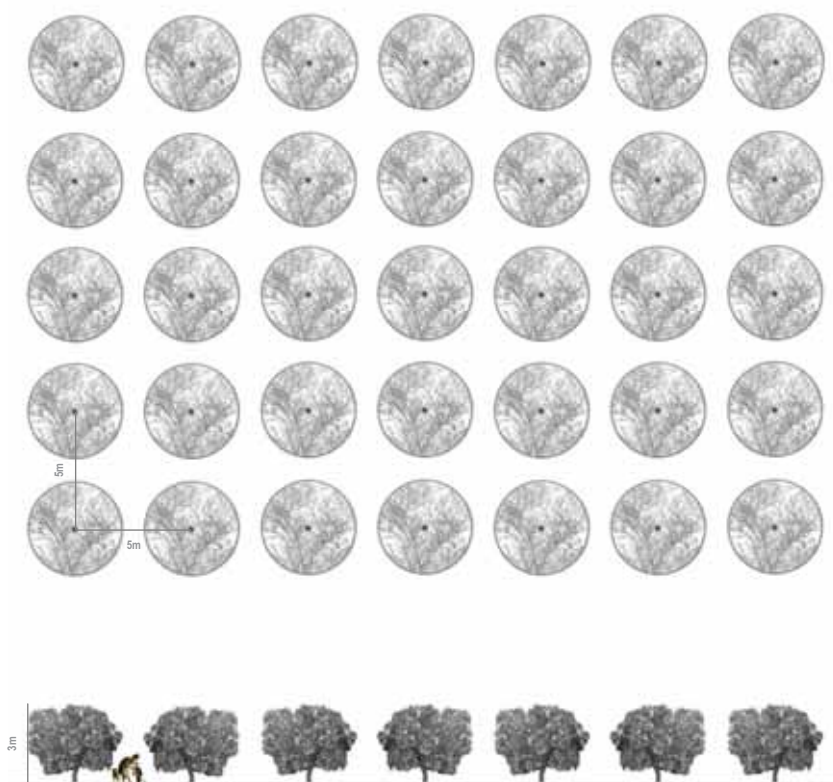


Pomar de sequeiro, neste caso com amendoeiras, oliveiras e trigo sob as copas. Imagem extraída de Dan Stanislawski, *Portugal's Other Kingdom: The Algarve*, 1963.

bém nesta obra as dimensões máximas para algumas das árvores existentes na paisagem portuguesa. Das árvores relativas ao pomar de sequeiro e de citrinos, temos as seguintes: oliveira, com 6 x 10 m; figueira, com 20 x 7 m; alfarrobeira, com 15 x 20 m e, por fim, a laranjeira com 7 x 12 m. Parece ser possível, deste modo, constatar que o compasso tradicional é o que mais se aproxima desta recomendação.



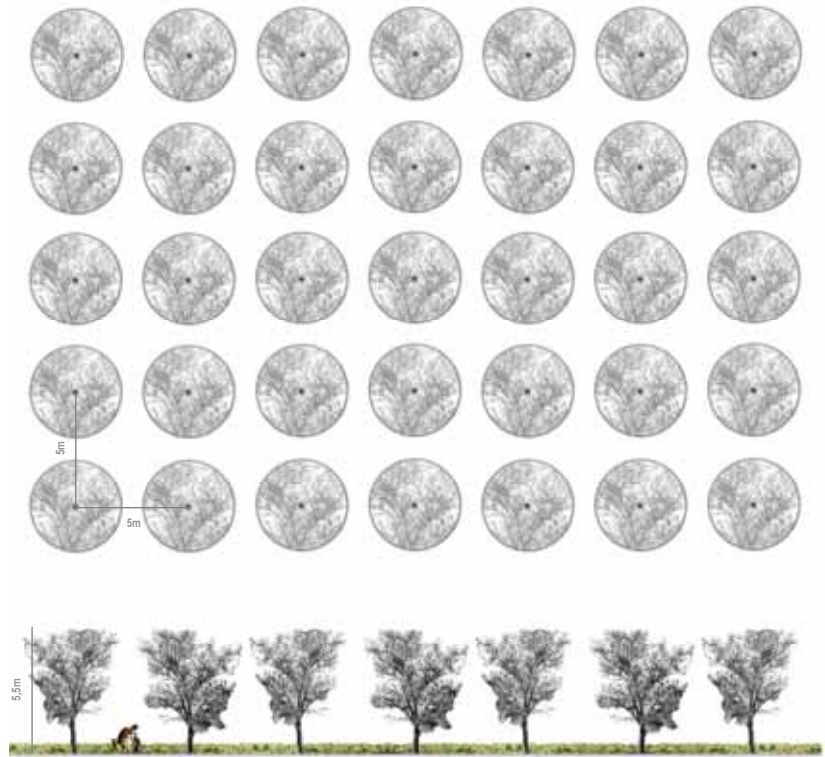
Compasso do pomar de sequeiro tradicional - 8x8m. Engloba a alfarrobeira; a oliveira; a amendoeira; a figueira. Surge combinado com o cultivo sob as suas copas com cereais e leguminosas.



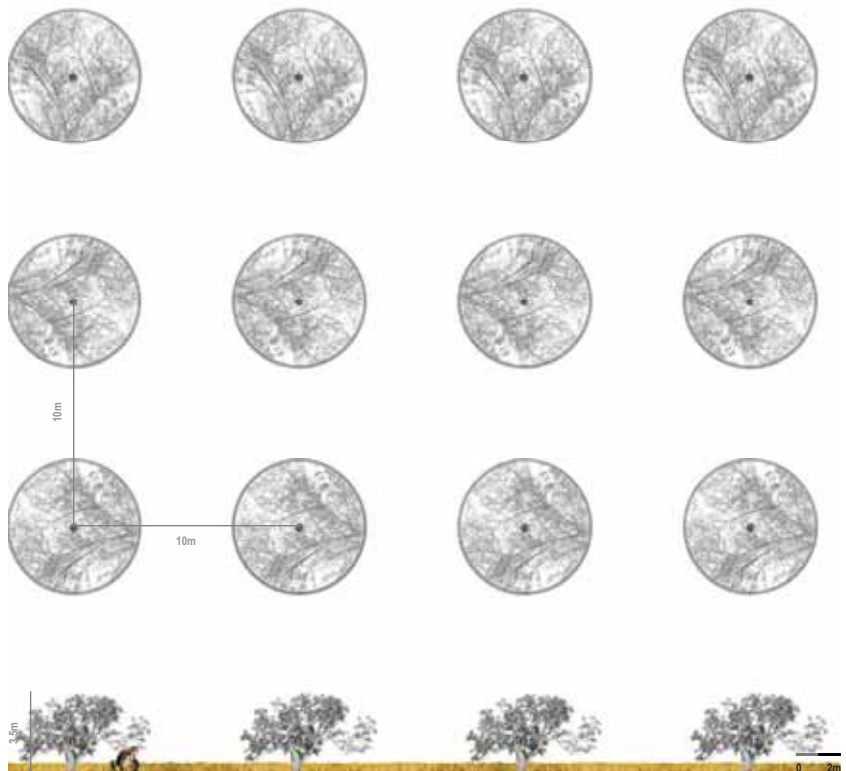
Compasso do pomar de citrinos moderno - 5x5m. O mesmo compasso aplica-se às árvores do pomar de sequeiro moderno.

Compasso tradicional e compasso moderno.

Varição do compasso tradicional - compasso da amendoeira a 5x5m. Devido à caducidade da sua folhagem, permite a combinação do cultivo sob as suas copas de cereais e leguminosas.

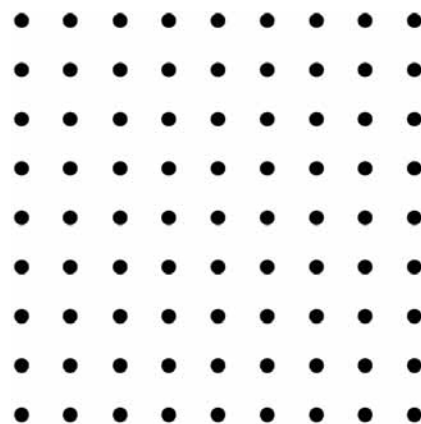


Variações do compasso tradicional - compasso da figueira a 10x10 ou 12x12m. Permite a combinação do cultivo sob as suas copas de cereais e leguminosas.

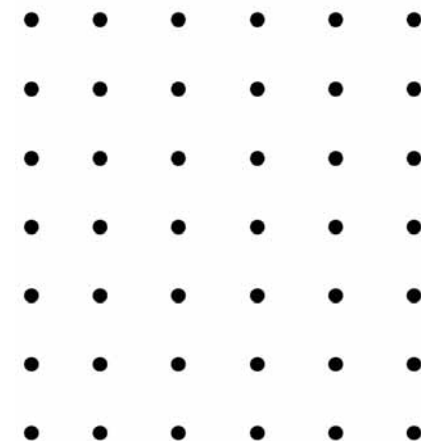


Variações do compasso tradicional.

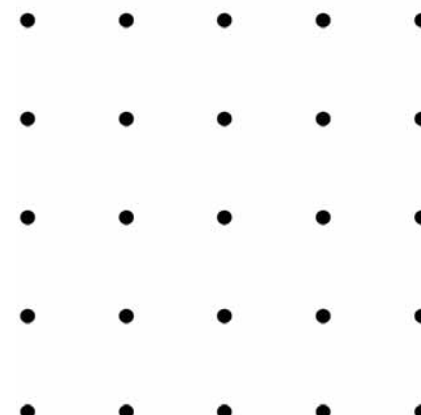
Compasso 5x5m: alfarrobeira; oliveira; amendoeira
 [Permite o cultivo sob as copas de cereais e leguminosas]; figueira; citrinos.



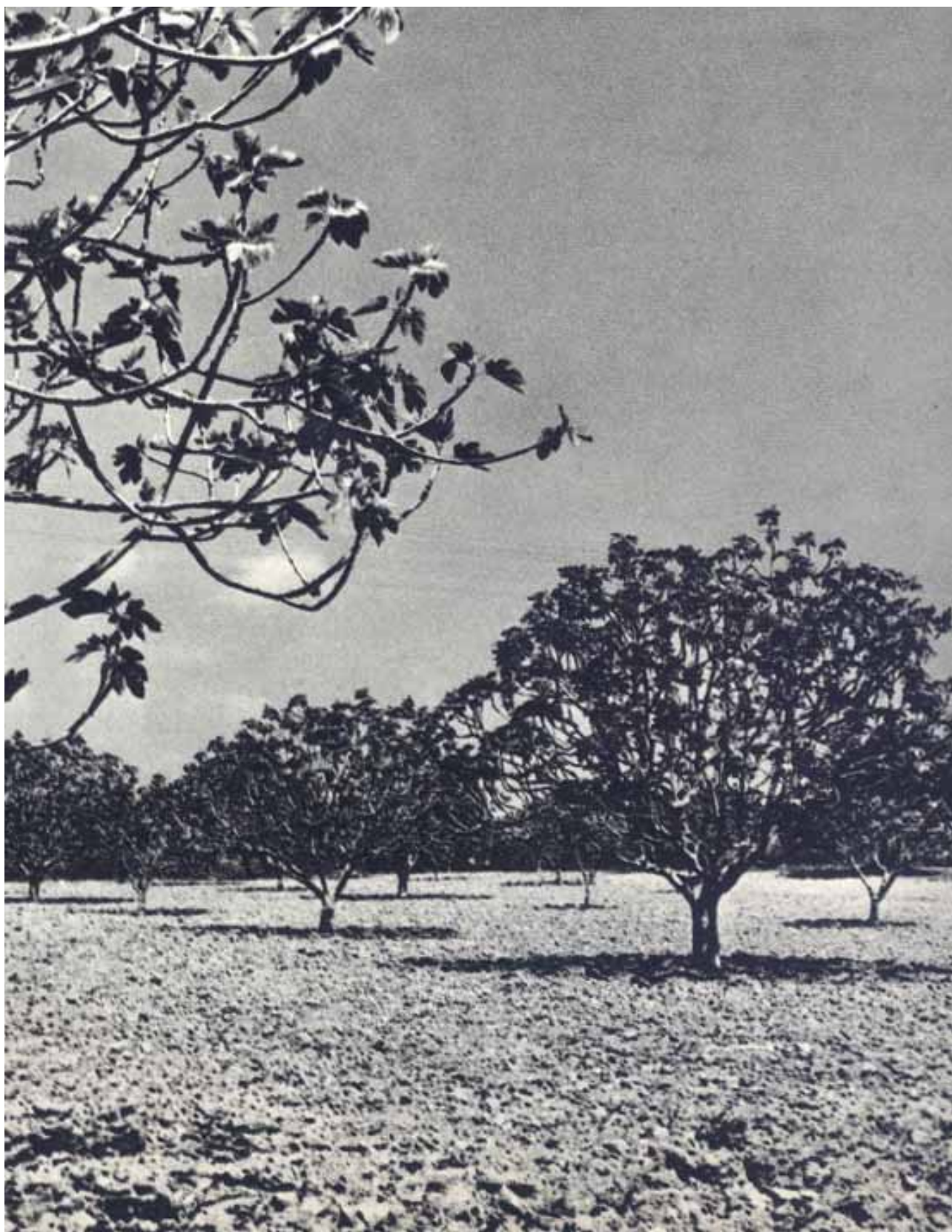
Compasso 8x8m: alfarrobeira; oliveira; amendoeira;
 figueira. Permite o cultivo sob as copas de cereais e leguminosas.



Compasso 10x10 ou 12x12m: figueira. Permite o cultivo
 sob as copas de cereais e leguminosas.



Quadro síntese - compassos.



Figueiral. Imagem adaptada de Artur PASTOR - *Algarve*, 1965.

2.3 LIMITES

«A definição de um limite, natural ou inerte, reflecte a vontade de afastamento, autonomização, recato em relação ao meio envolvente. Esta definição anula uma anterior relação de continuidade, reforça o facto de que o espaço, que agora se define, se rege por leis próprias.»²⁵

Procurando garantir a integridade e inviolabilidade dos campos à intromissão de homens e gados estranhos, criam-se limites físicos que vedam e definem a propriedade, individualizando-a.²⁶

Na área do Barrocal são vários os tipos de vedação, ou *tapumes*, de origem mineral ou vegetal, utilizados tradicionalmente para definir os limites dos campos de cultivo. A escolha do tipo de vedação para cada terreno, para além da vontade e das possibilidades económicas do proprietário, deveria ter em conta os seguintes factores: a disponibilidade na sua proximidade dos materiais que a compõem; as próprias características e localização do terreno; os géneros de cultura a que eram destinados os terrenos a vedar.²⁷

Encontramos quatro tipos principais de vedação tradicional, que englobam diferentes formas, mais concretamente: em terra - para valados²⁸ e fossos; em sebe viva - para piteiras (*Agave americana* L.), figueiras-da-india (*Opuntia ficus-indica* L. Miller), carrascos (*Quercus coccifera* L.), aroeiras (*Pistacia lentiscus* L.), madresilvas (*Rubus ulmifolius* Schott), canas (*Arundo donax*), e diferentes tipos de espécies arbóreas; em muro de pedra solta;²⁹ e, por fim, em muro de alvenaria ou de taipa.

Devido às suas características intrínsecas, os diferentes tipos de vedação conferem ambiências distintas aos espaços que limitam.

²⁵ Aurora da Conceição Carapinha, *ob. cit.*, pág. 53.

²⁶ Cf. Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, pág. 66.

²⁷ Cf. Sebastião Trigo, Sobre os Terrenos Abertos, o Seu Prejuizo na Agricultura, e Sobre os Diferentes Methodos de Tapumes. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e as suas conquistas*, 1815, Tomo 5, págs. 86-87.

²⁸ Na área do Barrocal encontramos igualmente a utilização da palavra *valado* para designar muros de pedra solta.

²⁹ Os muros de pedra solta englobam vários tipos, como veremos, que à falta de denominação para alguns, classificaram-se da seguinte forma: *muros de limite*; muros de suporte ou contenção; *muros combinados*; e *muros híbridos*.



Ortofoto - Muros de limite e de suporte em encosta. Alte, Loulé. Algarve Digital, 2008.

2.3.1 OS VALADOS E OS FOSSOS

O valado é um tipo de vedação em terra, muitas vezes associado a uma sebe, que se assume como uma solução de vedação económica e prática nos terrenos onde escasseia material para a construção de muros.

Para a sua construção, o *valador* faz ao longo da linha, por onde se quer o valado, uma espécie de concavidade - a *alcorca*; a terra daí retirada por meio de um balde, ou de uma pá, é depositada no sítio do valado; o qual à medida que se eleva se vai compactando com o mesmo balde, e cortando em plano inclinado, de ambos os lados, criando uma convexidade. Atingida a altura, que parece conveniente, é feita a plantação da sebe, habitualmente de piteira ou de figueira-da-índia.³⁰

O fosso, ou vala, tem em comum com o valado o facto de se construir em terra. Apesar de ter como função primordial a drenagem dos terrenos, pode igualmente assumir a função de vedação de propriedades. Sendo um método vantajoso em terrenos alagadiços e pantanosos, onde servem desde o momento da sua construção, tanto para vedá-los como para drená-los.³¹

2.3.2 AS SEBES ARBÓREAS E ARBUSTIVAS

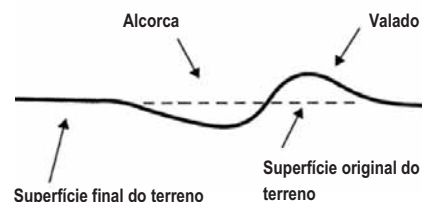
As sebes constituem-se, igualmente, como um método de vedação económica e prática nos terrenos onde escasseia material adequado para a construção de muros. Para além da função de protecção dos campos de cultivo contra pessoas e animais intrusos, podem ainda desempenhar outras funções importantes, tais como: protecção contra o vento; protecção contra as geadas; defesa da água; combate à erosão; equilíbrio da biocenose e produção de madeiras e lenhas.³²

Duas plantas características e utilizadas para formar sebes na área do Barrocal são a piteira e a figueira-da-índia. Ambas as espécies são exóticas, oriundas da América Central, tendo chegado ao nosso território após os Descobrimentos.³³ A utilização da piteira para fins de vedação na região parece já generalizada em meados do século XIX, como nos indica Silva Lopes (1841): «Servem as piteiras no Algarve para formar os vallados das fazendas quasi geralmente: ha dellas grande quantidade.»³⁴

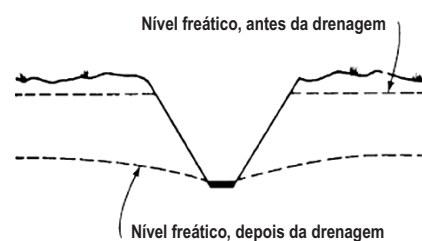
As piteiras, quando usadas para formar sebes, são plantadas em linha com espaçamento entre 1 e 2 m, de modo a formarem uma barreira quando adultas, chegando a atingir cerca de 2 m de altura, contudo a sua flor pode chegar aos 8 a 12 m de altura. Já as figueiras-da-índia formam um arbusto que pode atingir entre 5 e 6 m de altura.

Das folhas de piteira extraíam-se, ainda, fibras têxteis para o fabrico do fio de pita, assim como a sua polpa para o emplastro em feridas;³⁵ da figueira-da-índia colhiam-se os frutos para consumo humano, e as folhas, que após retirados os picos, serviam para a alimentação dos animais.³⁶

Encontramos, também com frequência, sebes de carrascos e aroeiras, duas plantas arbustivas espontâneas. O primeiro é espinhoso e atinge cerca de 3 m, enquanto que o



Valado. Cf. Foster, G. R. - Terraces and Terracing. *Encyclopedia of Soil in The Environment*, 2004. 4 Vol. pág.135-143.



Fosso ou vala. Cf. Fausey, N. R. - Drainage, Surface and Subsurface. *Encyclopedia of Soil in The Environment*, 2004. 1 Vol. pág.409-413.

³⁰ Cf. Sebastião Trigo, *ob. cit.*, págs. 87-88.

³¹ Cf. *Idem*, *ibidem*, pág. 92.

³² Cf. Francisco Caldeira Cabral; Gonçalo Ribeiro Telles, *ob. cit.*, págs. 119-120.

³³ Cf. Mariano Feio, *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, 1983 (1949), pág. 108.

³⁴ João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou Memoria Economica, Estadística e Topografica do Reino do Algarve*, 1841, pág.152.

³⁵ Cf. AA.VV., *Baixo Guadiana - Caminhos do Património*, 2004, págs. 122-123.

³⁶ Informações recolhidas em entrevista a Manuel das Dores Brás.

Limite em muro de pedra solta combinado com sebe de figueiras-da-índia. Imagem adaptada de Ernesto

Veiga de Oliveira; Fernando Galhano, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 1992.



³⁷ Cf. AA.VV., *Guia de Campo – As Árvores e Arbustos de Portugal Continental*, 2007, Vol. 9, pág. 236.

³⁸ Idem, *ibidem*, pág. 319.

³⁹ Cf. AA.VV., *Baixo Guadiana - Caminhos do Património*, 2004, págs. 113-117.

segundo pode chegar aos 4 m, ambas formam sebes densas.

O carrasco era também utilizado para outros fins, como exemplos: na extração do corante carmim; na produção de carvão; na medicina popular; na curtimenta de peles; na alimentação dos pequenos herbívoros domésticos.³⁷ Da aroeira extraíam-se produtos farmacêuticos e madeira para a produção de mobiliário.³⁸

Associadas, geralmente, a solos húmidos, encontramos a utilização para sebes (ou o aproveitamento, quando a sua ocorrência é espontânea) de madresilvas e de canas. A madresilva forma um arbusto espinhoso com cerca de 2 m de altura, enquanto que a cana pode chegar a atingir entre 3 e 7 m de altura e formar canaviais com 5 m de largura.

A cana tinha várias utilizações, como exemplos: na agricultura para construir suportes de certas plantas hortícolas, como o feijoeiro ou o tomateiro; na construção de sebes em forma de esteira para proteger a horta; em material de construção para edifícios - tabiques e forros de cana em coberturas; em cestaria; na medicina popular.³⁹

Por fim, encontram-se sebes por fiadas de árvores situadas nas extremidades das propriedades ou a ladear caminhos, onde predomina o recurso às árvores produtivas dos próprios pomares de sequeiro ou de irrigadio. Não raras vezes, este tipo de sebe encontra-se combinado com valados, fossos, sebes arbustivas, ou muros. O espaçamento entre as árvores para formar sebe costuma ser reduzido, rondando geralmente os 5 m.



Fossa ou vala. Tunes, Silves.

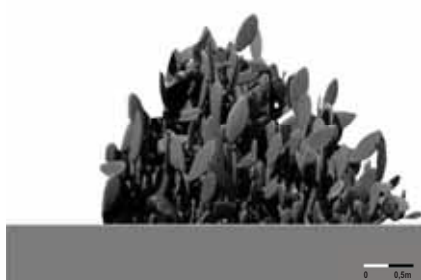


Valado com sebe de piteiras. Tunes, Silves.





Sebe de piteiras. Pêra, Silves.



Sebe de figueiras-da-índia. Guia, Albufeira.

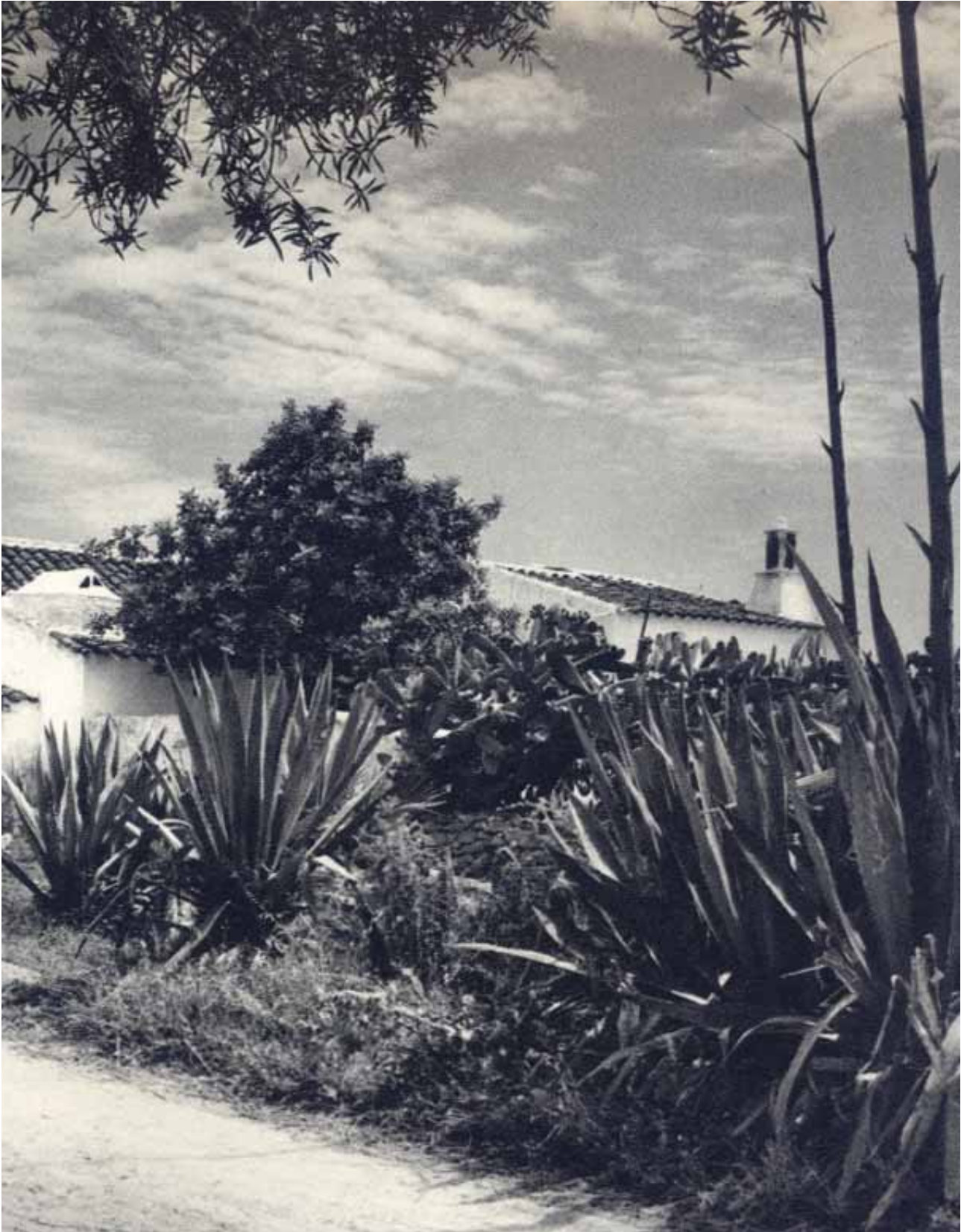


Sebe de madresilvas combinada com muro de alvenaria de pedra. Algoz, Silves.



Sebe de canas. Tunes, Silves.





Primeiro plano, valado com sebe de piteiras. Segundo plano, sebe de figueiras-da-índia e muro de pedra solta. Imagem adaptada de Artur Pastor, *Algarve*, 1965.

2.3.3 OS MUROS DE PEDRA SOLTA

De entre os tipos tradicionais de vedação de propriedade utilizados no Barrocal predominam os muros de pedra solta. Actualmente, estes muros para além do seu reconhecido valor histórico, patrimonial e estético, têm vindo a ser, igualmente, reconhecidos pelo valor ecológico, na medida em que proporcionam condições favoráveis ao desenvolvimento e abrigo de fauna e flora.⁴⁰

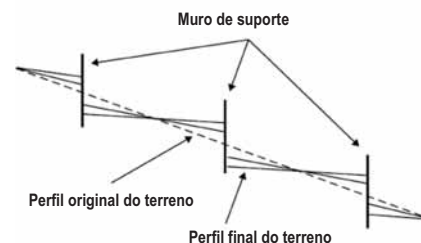
A sua predominância poderá ficar-se a dever à abundância de afloramentos rochosos nos solos desta área, tornando-se necessário, de modo a permitir e facilitar a lavoura, proceder à sua remoção. Efectua-se para tal a despregada do terreno - processo que consiste na fragmentação das rochas expostas à superfície, de forma manual ou com recurso à pólvora - os fragmentos de rocha são então utilizados na construção de muros de limite e de muros de contenção de terras.

Em relação aos muros de limite destacam-se os de duas fiadas de pedra exteriores preenchidas por pedra miúda no seu interior. O seu processo de construção consiste, geralmente, em abrir um sulco com cerca de 20 a 30 cm de profundidade ao longo do limite do terreno, podendo por vezes assentar directamente sobre este.⁴¹ A largura dada ao muro terá em conta a altura que se prevê que este venha a ter, de modo a garantir a estabilidade. Ao longo do sulco são feitas duas fiadas exteriores com as pedras de maior dimensão, à medida que se levantam as paredes exteriores, que terão um ligeiro ângulo por forma a garantir a estabilidade do muro, as pedras vão diminuindo de dimensão e o seu interior vai sendo preenchido de forma irregular com pedras miúdas. As pedras das fiadas exteriores são sobrepostas por encaixe, ajustando-se da melhor maneira ao espaço existente, e por forma a garantir que fiquem bem presas e não oscilem usam-se pequenas pedras como cunho.⁴² Por vezes, no caso dos muros de limite mais estreitos assinala-se o uso de capeamento, o que é feito através de uma pedra maior em toda a sua largura, procurando-se, assim, conferir ao muro uma maior estabilidade e resistência. Embora pouco comuns, são ainda de assinalar os muros de limite de uma única fiada de pedra.

As dimensões dos muros de pedra solta de limite são bastante variáveis, contudo as medidas mais comuns encontradas estão entre os 0,60 a 1,5 m de largura por 0,60 a 1,20 m de altura.

Já o muro de pedra solta para contenção de terras tem por finalidade tornar o terreno, nas zonas com declive acentuado, mais favorável à prática agrícola. Formando para tal socalcos, por forma a reduzir a pendente do terreno, evitando, assim, a perda do solo das cotas mais elevadas para as partes mais baixas. Quando um muro de contenção está situado no limite entre duas propriedades distintas assume igualmente a função de vedação, sendo neste caso a sua construção realizada pelo proprietário do terreno mais elevado.⁴³

O seu processo de construção consiste, igualmente, na criação de um sulco pouco



Corte esquemático da construção de socalcos em encostas. Cf. Foster, G. R. - Terraces and Terracing. *Encyclopedia of Soil in The Environment*, 2004. 4 Vol. pág.141.

⁴⁰ Cf. João Chagas, Alerta: Muros de Pedra, *A Avezinha*, (08 Mai. 2008).

⁴¹ Informações recolhidas em entrevista a Manuel das Dores Brás.

⁴² Cf. Gabriella Casella, *Gramáticas de Pedra: Levantamento de Tipologias de Construção Murária*, 2003, págs. 76-85.

⁴³ Informações recolhidas em entrevista a Manuel das Dores Brás.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.



Muros de pedra solta. Imagem extraída de Dan Stanislawski, *Portugal's Other Kingdom: The Algarve*, 1963.

profundo no terreno, com cerca de 20 a 30 cm de profundidade. As pedras vão sendo sobrepostas numa única fiada exterior, o muro vai crescendo com um ligeiro ângulo, de modo a contrariar as forças provocadas pela massa de terra que suporta. À medida que este sobe é feito atrás o enchimento com terra ou pedra miúda, podendo, ainda, o seu enchimento ser realizado, ou consolidado, ao longo dos anos através do arrastamento de terra por agentes naturais, com especial destaque para a água, assim como pela direcção e sentido da lavoura aplicada no terreno.⁴⁴

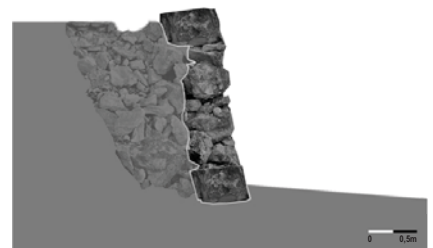
Registamos como dimensões máximas para estes muros de contenção, casos cuja altura atingia entre os 2,5 a 3 m, porém encontramos variações híbridas desta tipologia, em que ao muro de contenção é adicionada a forma de muro de limite, neste caso assinalam-se casos de muros que atingem entre os 3 a 4 metros de altura por 3,5 a 4,5 m de largura.



Muro de *limite*. Tunes, Silves.

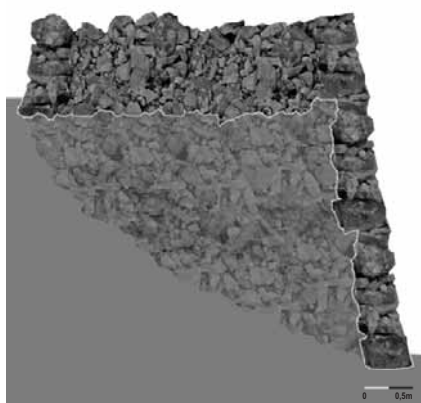


Muro de contenção de terras. Tunes, Silves.



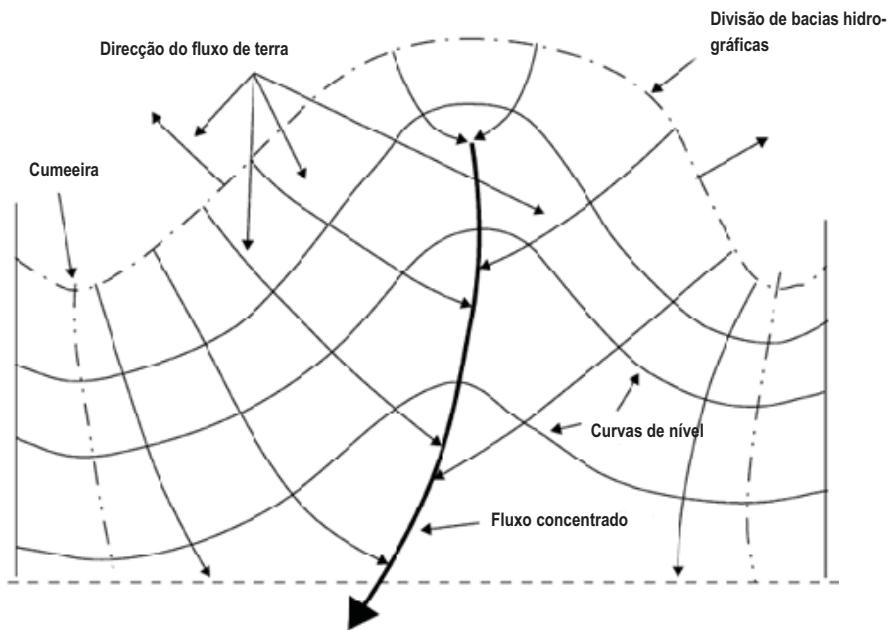


Muro combinado. Tunes, Silves.

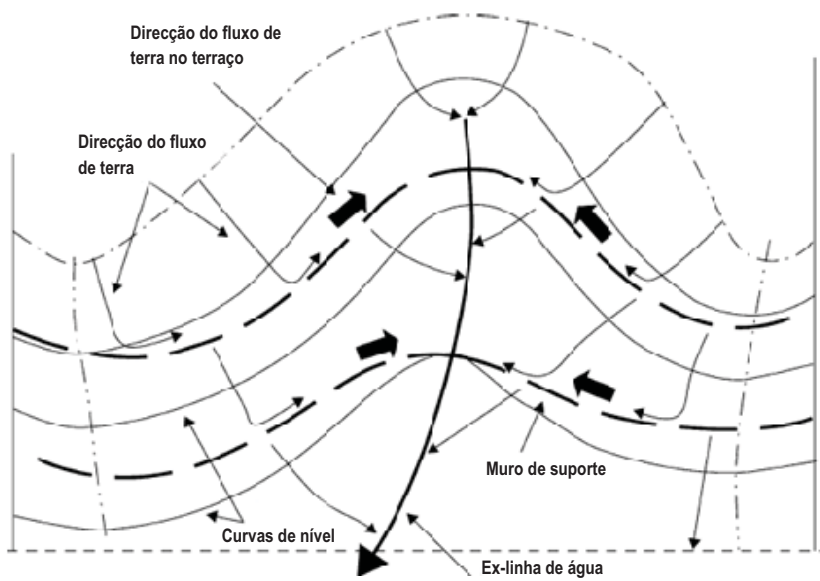


Muro híbrido. Tunes, Silves.

Fluxos de terra em vertente sem terraços Cf. Foster, G. R. - Terraces and Terracing. *Encyclopedia of Soil in The Environment*, 2004. 4 Vol. pág.136.



Fluxos de terra em vertente com terraços. Cf. Foster, G. R. - Terraces and Terracing. *Encyclopedia of Soil in The Environment*, 2004. 4 Vol. pág.136.





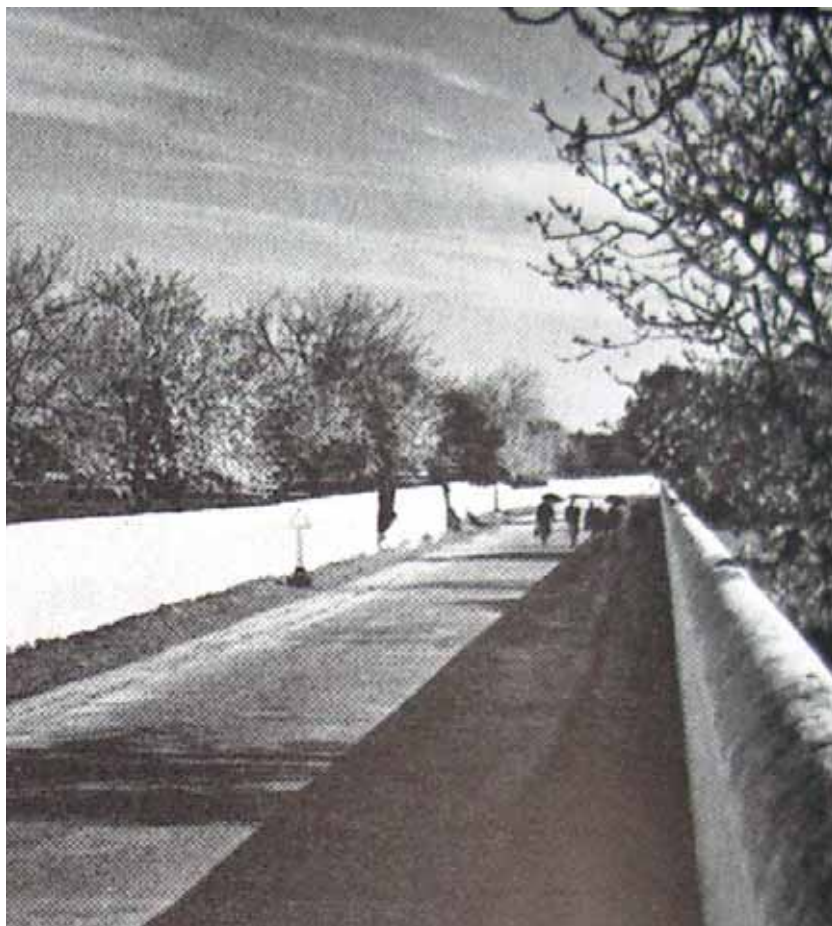
Muros de suporte em pedra solta. São Faustino, Loulé.

2.3.4 OS MUROS DE ALVENARIA DE PEDRA E OS MUROS DE TAIPA

No espaço rural do Barrocal, para além dos muros de pedra solta, a tipologia dominante para a vedação da propriedade agrícola, encontram-se outros tipos de construção murária vernacular, mais precisamente: muros de alvenaria de pedra; muros de taipa; menos comuns são os muros de adobe e muros de tijolo.

De entre estas tipologias predominam os muros de alvenaria de pedra e os muros de taipa - tecnologias que recorrem ao material imediatamente disponível no local. O uso de muros de alvenaria e de muros de taipa é mais limitado, encontrando-se principalmente em torno dos morgados, quintas e alguns montes, nas propriedades de maiores dimensões portanto.⁴⁵ Por vezes, podem ainda ser encontrados em hortas, derivado da necessidade de protecção dos primores.

Os muros em alvenaria de pedra para a vedação dos terrenos são geralmente de aparelho irregular, e realizados com recurso à pedra disponível no local ou na proximidade. Para a sua fundação é feito um sulco entre 0,20 a 0,30 m no terreno, colocando-se as pedras de maiores dimensões nos alicerces. Apesar da irregularidade do aparelho, é necessário garantir o encaixe e travamento das pedras que formam o muro. Em relação às argamassas de assentamento são, geralmente, feitas a partir de cal aérea e barro, já



Limites em muros de alvenaria. Imagem adaptada de Dan Stanislawski, *Portugal's Other Kingdom: The Algarve*. 1963.

⁴⁵ Cf. Sebastião Trigos, *ob. cit.*, pág. 88.

⁴⁶ Cf. *Idem, ibidem*, págs. 88-89.

⁴⁷ Veja-se acerca do sistema construtivo em taipa no concelho de Silves: José Alberto Alegria – *Itinerários da Terra: Inventariar o Património de Arquitectura em Terra - Contributo Para um Inventário no Concelho de Silves*, 2002. Acerca de tipologias de construção murária veja-se os levantamentos referentes à região algarvia na seguinte obra: Gabriella Casella, *ob. cit.*

na argamassa de revestimento substitui-se o barro pela areia.

Por sua vez, o muro de taipa revela-se um método de vedação vantajoso onde existe pouca pedra, reunindo a economia da sua construção à solidez e duração. Com apenas alguns cuidados de manutenção a sua duração é quase igual à do muro de alvenaria de pedra.⁴⁶

No processo de construção de um muro em taipa, antes de mais, deverá ser tida em atenção a escolha da terra. Geralmente, a terra utilizada é a disponível no sítio, à qual se poderá adicionar outros componentes; no caso do Barrocal esta é preferencialmente a terra argilosa, que por si já contém algumas partes de cal, à qual ainda se poderá adicionar cascalho, por forma a melhorar as características da taipa.

A fundação, ou pé, de um muro em taipa tem cerca de 20 cm de profundidade e deve-se elevar cerca de 0,30 a 0,50 m acima do terreno, esta é feita em alvenaria de pedra e com espessura igual ou superior ao do futuro muro em taipa. Tem por objectivo esta fundação de alvenaria, para além de procurar garantir a estabilidade do muro, evitar o contacto directo da taipa com o solo, por forma a mantê-la afastada da humidade, o que a degradaria. É ainda importante que a última camada de alvenaria de pedra não seja totalmente regular para que a primeira fiada de terra encontre ponto de ligação com a estrutura subjacente.

Feita a fundação cria-se uma cofragem de madeira – o taipal - para o enchimento com a terra previamente preparada, esta será calcada com um malho. A construção é faseada, assim que se termina o enchimento de um taipal desloca-se este lateralmente, e assim que estiver concluída a fiada horizontal com o comprimento pretendido e endurecida o suficiente, esta servirá de suporte a uma segunda fiada que lhe é sobreposta, em que a junta é desencontrada para um melhor travamento. Por vezes, utiliza-se camadas de cal e areia para melhorar a ligação entre os vários taipais.⁴⁷

Em ambos os muros é feito um capeamento triangular ou semi-circular no topo, ou ainda, por vezes, em pedras irregulares, de modo a evitar a acumulação de águas e dificultar, ou dissuadir, a intrusão de estranhos na propriedade. Por fim, é realizada a caiação de todo o muro.

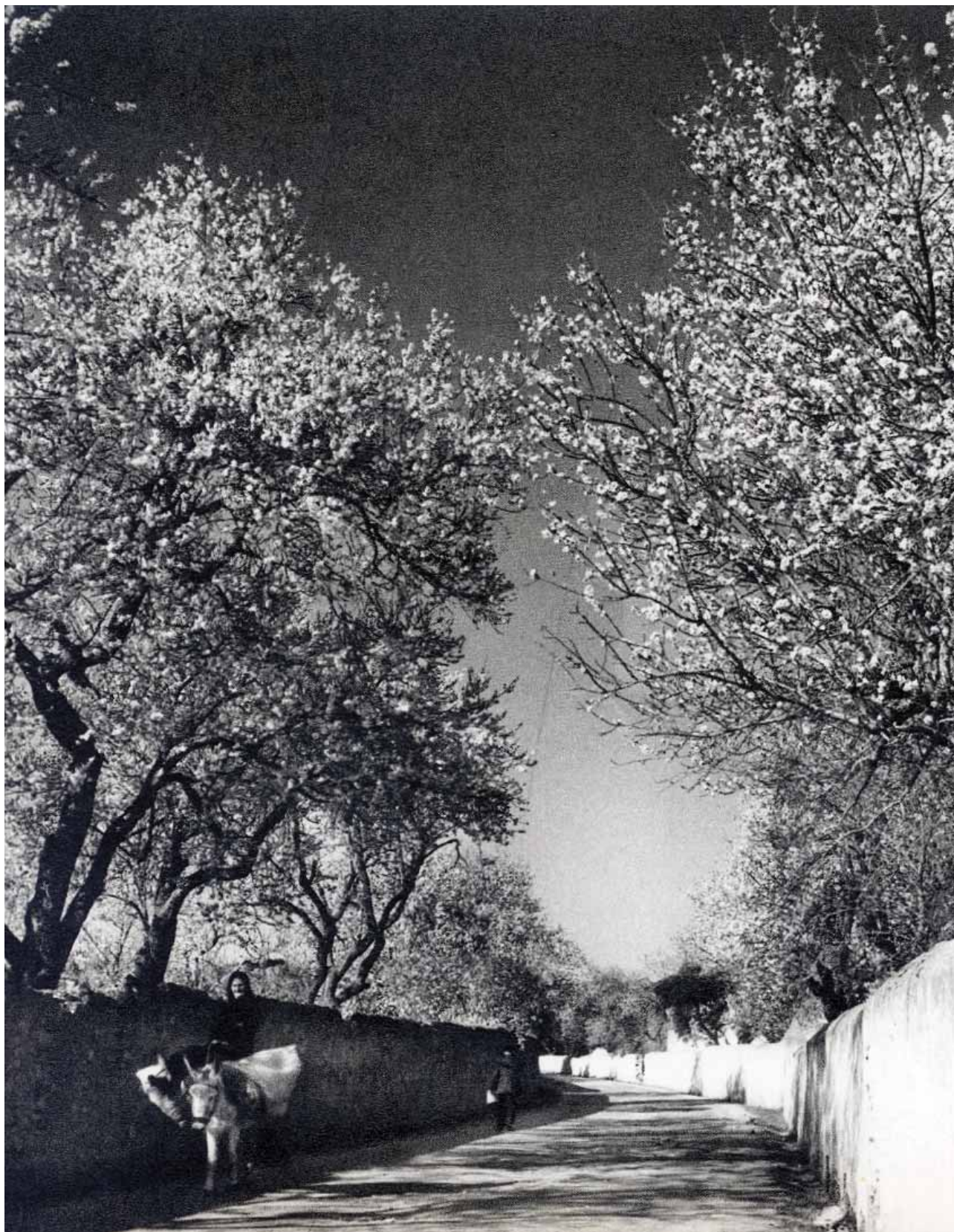


Muro em alvenaria de pedra. Aljoz, Silves.



Muro de taipa. Aljoz, Silves.





Limites em muros de alvenaria. Imagem adaptada de Artur Pastor, *Algarve*, 1965.

2.4 REDE VIÁRIA

Em 1841, João Baptista da Silva Lopes descrevia os meios de transporte e as estradas do Algarve no seguinte modo:

«Os transportes fazem-se no Algarve em muares ou jumentos, porque não ha estradas; apenas na beira-mar, e arredores de Silves até S. Bartholomeo se usa de carros de bois, e muitos poucos de bestas [...]»⁴⁸ Prosseguindo, «As estradas no Algarve são menos más na beira mar, no barrocal porém peiores, e na serra pessimas. Algumas das povoações apenas se communicão entre si por veredas: no interior só admite carretas o caminho que sahe de S. Bartholomeo de Messines para E. e O., carecendo todavia de serem reparadas as transversaes que d'alli sahem para Silves e Faro.»⁴⁹

Entenda-se por estrada, ou caminho, a faixa de terreno destinada ao trânsito e onde era possível a circulação de carros de tracção animal. Assim, a rede viária no Algarve, antes do uso de veículos motorizados, parece ser constituída por duas tipologias principais: a vereda e o caminho, aos quais se acrescenta uma terceira tipologia, mais efémera, ou seja, o trilho.

Os caminhos e veredas são geralmente definidos por vários tipos de limites, desde muros de pedra solta, a muros de alvenaria ou de taipa, a valados e sebes. Por vezes encontram-se ladeados por renques de árvores, que têm como principal objectivo no nosso clima dar sombra e fresco aos homens e animais que por eles transitam.

São estes limites que nos permitiram determinar as suas dimensões e definir cada uma das suas tipologias. Já os trilhos, como veremos, não são necessariamente definidos por limites. Na óptica de complementar esta informação, procurou-se igualmente saber as formas de transporte que cada uma destas tipologias comportava.

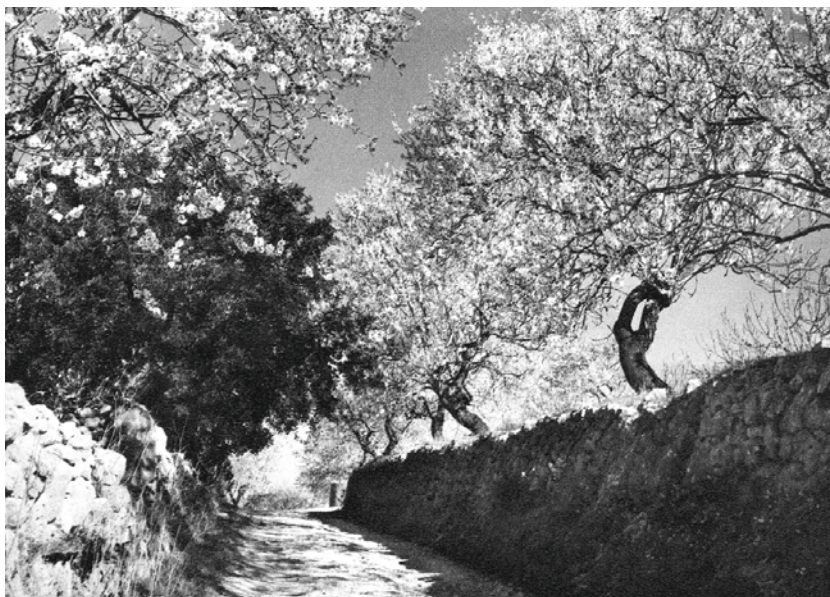


Caminho limitado por muro de alvenaria e renque de piteiras. Imagem extraída de Artur Pastor, *Algarve*, 1965.

⁴⁸ João Baptista da Silva Lopes, *ob. cit.*, pág. 33.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, pág. 75.

Caminho limitado por muros de pedra solta e marginado por renques de amendoeiras. Imagem extraída de Artur Pastor, *Algarve*, 1965.



2.4.1 O TRILHO

O trilho, ou caminho de pé posto, é um carreiro estreito marcado pela repetida circulação pedestre.

Ao contrário do caminho e da vereda, o trilho raramente se encontra definido por limites ou renques de árvores, é informal e desenhado de forma espontânea e natural pela necessidade do utilizador, podendo atravessar propriedades. A sua largura é dada pela passagem sucessiva dos transeuntes, situando-se em cerca de 0,40 a 0,60 m.

2.4.2 A VEREDA

A vereda, por sua vez, pode ser entendida como um caminho mais estreito fora da estrada comum, sendo, assim, de uso mais restrito. Considerando o caminho como uma faixa de terreno destinada ao trânsito entre dois lugares, a vereda, por sua vez, servirá para encurtar a distância entre eles.⁵⁰

As veredas têm de largura de plataforma entre 1,50 e 2 m, e comportavam, principalmente, a circulação pedestre e transporte a lombo animal.

2.4.3 O CAMINHO

«O caminho é uma faixa de terreno destinada ao trânsito entre dois lugares, localidades ou regiões»⁵¹ que permitia a circulação de veículos de tracção animal.

Dentro dos caminhos distinguem-se dois tipos: num primeiro encontram-se os caminhos de 2,50 a 3 m, que parecem ser de circulação mais restrita, fazendo a aproximação às propriedades e casas; num segundo estão os caminhos de 3,50 a 4 m, que parecem constituir a rede de circulação comum. O primeiro permitia a circulação de uma carroça apenas, enquanto o segundo, já mais largo, permitia a passagem de duas simultaneamente.

⁵⁰ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, 2001, p. 3729.

⁵¹ *Idem, ibidem*, pág. 650.



Vereda 0,60m. Algoz, Silves.





Vereda 1,50m. Tunes, Silves.



Vereda 2,00m. São Faustino, Loulé.



Caminho 2,90m. Guia, Albufeira.



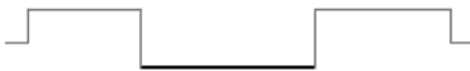
Caminho 3,50m. Guia, Albufeira.



Trilho 0,40 a 0,60m



Vereda 1,50m



Vereda 2,00m



Caminho 2,50 a 3,00m



+



Caminho 3,50 a 4,00m



+



0 0,5 1m

Quadro síntese - tipologias da rede-viária.



III

A CASA POPULAR RURAL - DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS

3.1 OS ESTUDOS SOBRE ARQUITECTURA POPULAR VERNÁCULA - DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS

Ao longo do século XX foram vários os estudos realizados que abordaram o tema da arquitectura vernácula algarvia, registando e documentando este património.

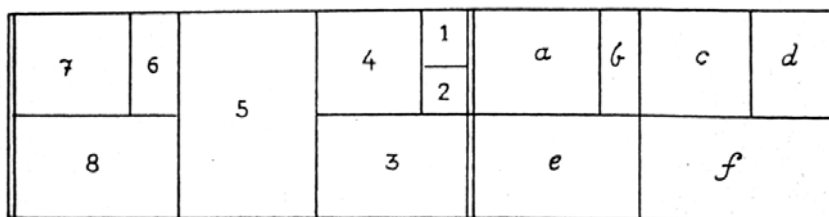
Até meados do século os estudos publicados foram realizados, sobretudo, por etnólogos, antropólogos e geógrafos, dos quais se destaca o trabalho do etnólogo José Leite de Vasconcelos; de Ernesto Veiga de Oliveira com o arq. Fernando Galhano, igualmente de teor etnográfico; e, por fim, do geógrafo Orlando Ribeiro. Contudo, é em 1961 que se edita a obra mais marcante sobre arquitectura popular, a *Arquitectura Popular em Portugal*, pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. Nos últimos anos têm sido ainda publicadas várias obras pela CCDR Algarve, por municípios e por associações locais da região, na sua maioria de carácter específico a partes do Algarve.

Procuraremos salientar em cada um destes estudos os aspectos e tipologias habitacionais referentes à casa popular rural do Barrocal, já que nenhum deles se dedica exclusivamente a esta área do Algarve.

Página anterior, casa em pomar de sequeiro com sebe de piteiras. Imagem adaptada de Artur Pastor, *Algarve*, 1965.



Casa em Pechão. Olhão. Desenho extraído de Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 1992.



⑨

FIG. 268

3.1.1 A PESQUISA DE MEADOS DO SÉCULO XX

Tipo de uma casa de lavrador meio remediado, no Barlavento e no Sotavento: 1-galinheiro (coberto); 2-pocilga (coberta); 3-casa de despejo (celeiro, arrecadação) (coberto); 4-chiqueiro (descoberto); 5-curral (descoberto); 6-cavaliçã (coberta), também se diz cabana; 7-palheiro (coberto); 8-ramada (coberta); 9-forno; a-cozinha; b-chaminé; c e d-quartos; e-entrada; f-despensa, etc. Come-se em e ou a. Desenho extraído de José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, 1975, pág. 285.

Os escritos de José Leite de Vasconcelos, realizados ao longo da primeira metade do século XX, foram reunidos e publicados na obra *Etnografia Portuguesa*. No volume VI, em *Casas do Algarve*, encontra-se talvez a primeira tentativa de elaboração sistemática dos principais tipos de casa algarvia.¹ Uma primeira parte é dedicada às *Habitações de carácter primitivo*, que englobam as casas de palha e junco e as cabanas feitas de madeira com cobertura de colmo, onde vivem os pescadores. São referidos vários casos ocorridos em povoados da faixa costeira, mais concretamente: Boliquireme; Olhão; Quarteira; arraiais de Forte Novo a leste de Quarteira; de Armação nova, a leste de Forte Novo; de Maria Luísa; Fuseta; Cabanas da Conceição e Monte Gordo. Numa segunda parte dedicada à *casa rural* e à *casa popular de vilas e cidades*, encontra-se uma planta funcional tipo da *casa de lavrador meio remediado no Barlavento e no Sotavento*, bem como exemplos de casas em várias cidades algarvias, tais como: a *casa dos arredores de Lagos*; as *casas de Alvor*; as *casas de Monchique*; as *casas de Alportel*; as *casas de Albufeira*; as *casas de Faro*; as *casas de Olhão* e as *casas de Tavira*. Incidindo os apontamentos na organização, funções, mobiliário e objectos de cada um dos espaços.

Por Oliveira e Galhano, encontra-se na obra *Arte Popular em Portugal (s/d [1959])* o capítulo dedicado à arquitectura popular portuguesa, trabalho que foi posteriormente revisto e ampliado e do qual resultou a obra *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992). No que se refere à *Zona Algarvia*, encontramos um trabalho orientado, sobretudo, para a recolha nas áreas rurais do Algarve, composto por vários apontamentos desenhados a ilustrar o texto, bem como plantas funcionais e perspectivas. Aqui caracterizam-se os elementos considerados mais representativos da arquitectura algarvia, como a chaminé, a açoteia e as platibandas, assinalando-se, também, algumas evoluções tipológicas referentes às habitações da parte central do Baixo Algarve.

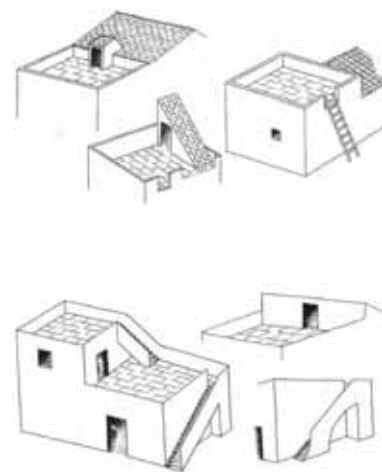
No exemplo apresentado de uma construção de 1883 (que parece ser representativa de modelos mais antigos), a planta apresenta uma sala para a frente, a partir da qual se acede a duas alcovas situadas ao fundo, estas normalmente abobadas, sobre a abóboda destas duas divisões situa-se a açoteia. Da sala acede-se ainda à cozinha, estando esta ligada à cabana (estábulo) e ao palheiro (este situa-se muitas vezes sobre a cabana, através da divisão em dois pisos por um sobrado de madeira).

¹ Cf. José Manuel Fernandes; Ana Janeiro, *A Casa Popular do Algarve, Espaço Rural e Urbano, Evolução e Actualidade*, 2008, pág. 24.

Um tipo mais recente e generalizado de casa é a que apresenta dois quartos na fachada (o que já veio a permitir a ventilação dos quartos) separados por um corredor, atrás fica a cozinha e quarto (ou *casa de jantar*). Podendo-se acrescentar, para um dos lados, uma ou duas divisões – armazém ou celeiro à frente, e estábulo atrás. A fachada apresenta duas janelas e a porta ao meio, pela qual se que acede ao corredor, este por sua vez dá comunicação às diferentes divisões. As três divisões da metade frontal são cobertas por vigas de madeira e ladrilhos que formam o pavimento da açoteia. A partir da cozinha pode-se aceder ao estábulo e palheiro, sendo também da cozinha que parte a escada de acesso à açoteia.

Por fim, a mais recente evolução deste tipo de casa é um modelo que se difunde pelo Barlavento, mas com grande destaque, sobretudo, no centro e Sotavento algarvio. Neste surge já a aplicação do betão na execução da cobertura do andar térreo, a sua fachada é profusamente decorada com cunhais e guarnições, molduras, platibandas ornamentadas e coloridas, etc..

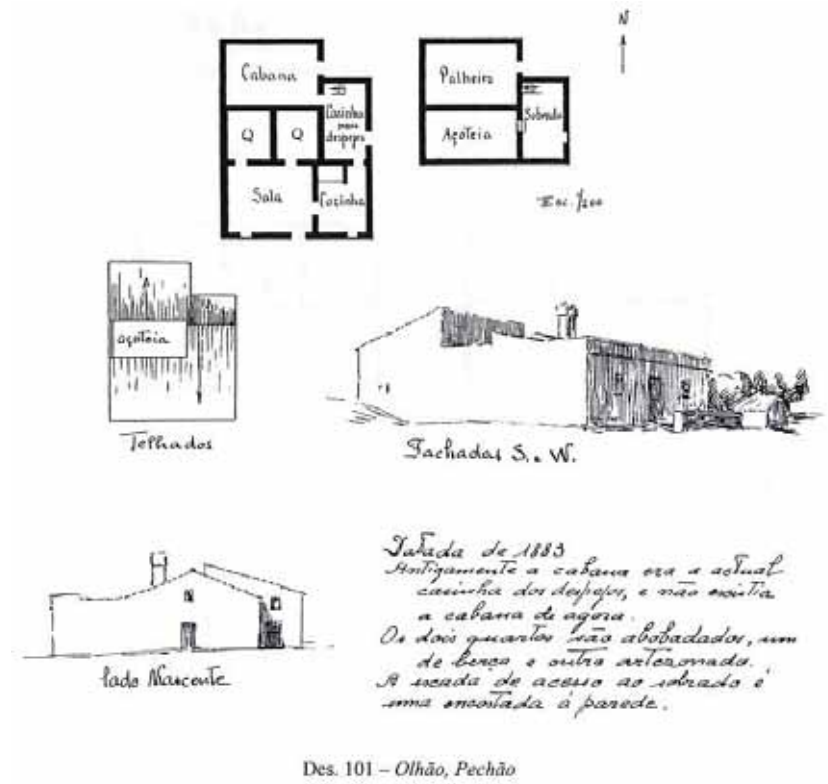
Em *Açoteias de Olhão e Telhados de Tavira - Influências Orientais na Arquitectura Urbana* (1961),² Orlando Ribeiro caracteriza algumas tipologias da casa urbana e da casa rural no Algarve, contudo a atenção é dedicada ao caso das açoteias e telhados, aos quais dedica especial atenção às *açoteias de Olhão* e aos *telhados de tesouro de Tavira*. Apontando possibilidades da sua origem, assim como a sua distribuição pelo território. Para o caso dos telhados de *tesouro* é feita uma reflexão sobre a problemática da *viagem tipológica* das formas do habitat, sobretudo da portuguesa pelos países da expansão marítima.



Sistemas de acesso às açoteias em casas rurais.

Desenhos extraídos de Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização*, 1961.

² Capítulo inserido na obra: Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização*, 1961.



Em cima, construção de 1883, parece ser representativa de modelos mais antigos.

Ao lado, tipo de casa mais recente, em que já se utiliza o corredor e na qual os quartos se situam na fachada. Desenhos extraídos de Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 1992.

Construída há menos de 12 anos,
 pela mulher, com o dinheiro man-
 dado pelo homem, de Sfarrocos.
 Tipo de casa espalhadinha de Loulé a Sfarrocos e a Faro

Des. 106 - Loulé, Goncinha

3.1.2 O INQUÉRITO À ARQUITECTURA REGIONAL PORTUGUESA

A obra mais marcante produzida no século XX sobre a arquitectura vernacular portuguesa foi a *Arquitectura Popular em Portugal* (1961), desenvolvida entre 1955 a 1960. Resulta do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, sugerido pela primeira vez em 1949, ideia que foi acolhida e posta em prática pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, então sobre a presidência do arq. Francisco Keil do Amaral.

Trata-se de um extenso trabalho de investigação e de campo, acerca das tipologias da arquitectura habitacional popular tradicional, bem como da morfologia dos povoados, urbanos e rurais, do qual resultaram vários levantamentos desenhados e fotográficos. Este trabalho procura «evidenciar a importância das relações entre o homem e o seu meio – social, económico e geográfico – na formulação das arquitecturas como sequência de processos de construir longamente depurados que tem a ver com situações concretas bem definidas».³

A área do Algarve insere-se na *Zona 6* do inquérito, tendo ficado a cargo dos arquitectos Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres. O resultado, em síntese, foi um quadro da distribuição das várias tipologias na região, no qual é possível confirmar as principais técnicas de habitat e de organização espacial das casas algarvias, assim como a sua adaptação aos aspectos geo-climáticos e à cultura histórica própria da região.⁴

A partir da leitura do *mapa tipológico* publicado na obra, referente, portanto, a meados do século XX, parece ser possível constatar a intrínseca relação entre as diferentes tipologias habitacionais com cada uma das *sub-regiões*, ou sub-unidades de paisagem, algarvias. Assim, observa-se que as duas primeiras tipologias, a *Habitação no Baixo Algarve* e a *Habitação no Algarve Central*, são as mais difundidas em grande parte do Barrocal e do Litoral (estas tipologias haviam sido já referidas por Oliveira e Galhano). Já as restantes quatro tipologias assinaladas são mais restritas a zonas específicas da região, como é o caso da *Habitação na encosta noroeste de Monchique*; das *Habitações em profundidades e em fila nas vilas de Olhão e Fuseta*; da *Habitação de pescadores nas encostas arenosas*; e, por fim, da *Habitação junto do vale do Guadiana*.

Contudo, segundo José Manuel Fernandes, a estas seis tipologias poderiam ser acrescentadas outras duas: a *casa de planta circular e cobertura cônica* da área da Serra do Caldeirão, para pastores, e as *casas urbanas de plantas rectangulares e de telhados múltiplos / telhados de tesoura*, que têm como principais centros Lagos, Faro e Tavira.⁵

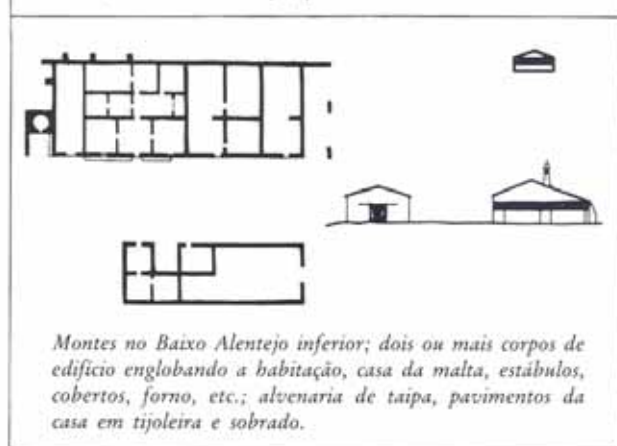
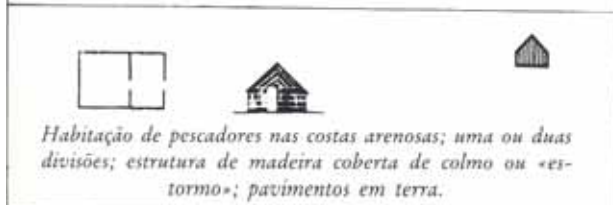
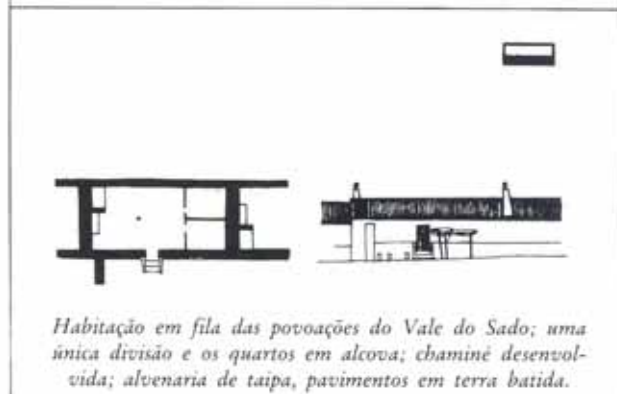
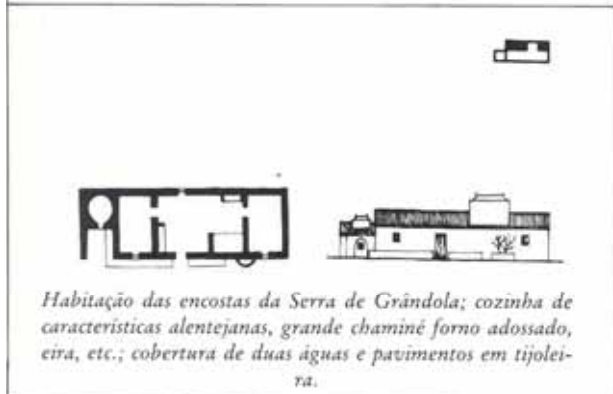
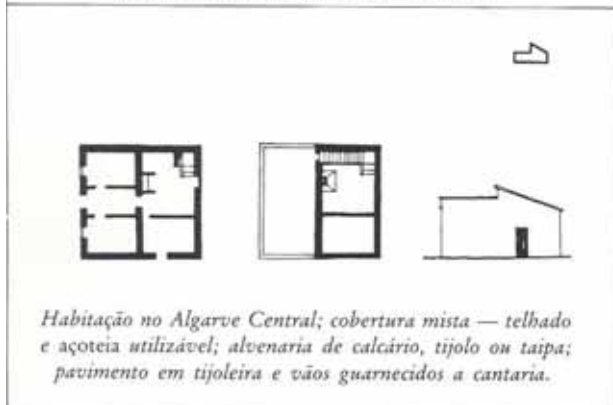
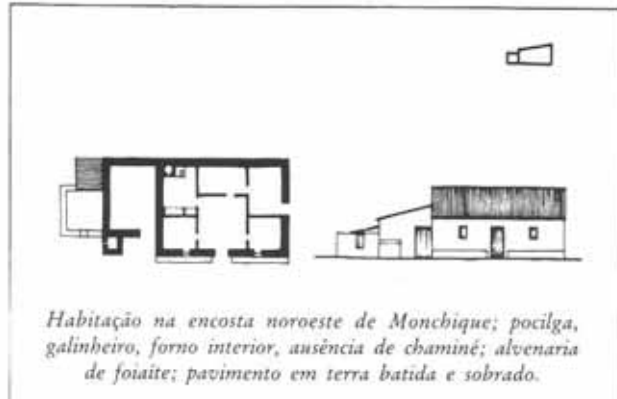
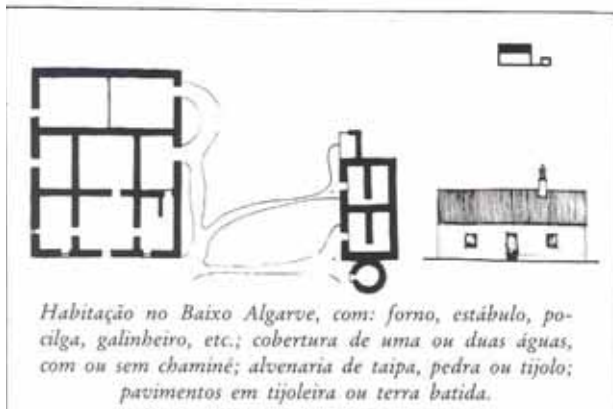


Mapa de distribuição tipológica da Zona 6. Extraído de AAP, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1980 (1ªed. 1961).

³ Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1980 (1961), pág. X.

⁴ Cf. José Manuel Fernandes; Ana Janeiro, *ob. cit.*, pág. 27.

⁵ Cf. *Idem, ibidem*, pág. 29.



3.1.3 ALGUMAS EDIÇÕES RECENTES

Nos últimos anos a CCDR Algarve tem publicado algumas obras de divulgação sobre o património arquitectónico vernacular. Abrangendo todo o território algarvio editou a obra *Arquitectura no Algarve: dos Primórdios à Actualidade, uma Leitura de Síntese* (2005), da autoria do arq. José Manuel Fernandes, que procurou fazer uma primeira síntese histórico-geográfica da arquitectura e do urbanismo na região. No seguimento deste trabalho encontra-se o livro *A Casa Popular do Algarve, Espaço Rural e Urbano, Evolução e Actualidade* (2008), do mesmo autor, desta vez dedicado especificamente à arquitectura tradicional popular, onde se dá especial atenção à área do Barrocal e da Serra, apoiando-se nas publicações existentes sobre o tema e apresentando tanto casos já documentados e descritos como novos exemplos, explorando as tipologias, os materiais e técnicas construtivas tradicionais.

De carácter específico a determinadas áreas da região, a CCDR Algarve editou estudos sobre o concelho de Silves e a serra do Caldeirão. Em *Itinerários da Terra: Inventariar o Património de Arquitectura em Terra – Contributo para um Inventário no Concelho de Silves* (2002), apresentam-se casos e levantamentos de arquitectura em terra no concelho de Silves, descrevem-se os métodos e técnicas do sistema construtivo em taipa e adobe recolhidos no local. Para a área da serra do Caldeirão referimo-nos à obra *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o Estudo da Arquitectura Vernácula da Região Oriental da Serra do Caldeirão* (2009), resultante do trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento (GTAA), onde se pretende divulgar a arquitectura tradicional popular da área, destacando o papel dos materiais e das técnicas de construção tradicional na óptica da sustentabilidade.

Outros estudos de carácter específico tem sido publicados por diversas entidades recentemente, é o caso dos dedicados a Alte e Loulé, com autoria da arq.^a Isabel Raposo, ou sob sua coordenação, e de duas obras publicadas pela Associação Odiana.

Em *Alte na Roda do Tempo* (1995), na parte referente à arquitectura vernácula, encontram-se uma série de levantamentos desenhados por Luísa Góis. Estes encontram-se divididos em dois grupos; o primeiro dedica-se aos tipos de casas do espaço rural da freguesia, no qual apresentam-se casos da Serra e do Barrocal; o segundo refere-se aos tipos de casa da povoação de Alte. Ainda dentro do grupo referente às *casas antigas* da povoação é feita a sub-divisão em três categorias, nomeadamente: *casas do tipo rural*; *casas do tipo rural de lavradores abastados - século XIX*; *casas de tipo urbano: popular e burguês*.

Pela Associação Odiana⁶ foi editado *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (2004) e *Baixo Guadiana – Caminhos do Património* (2004), duas obras que alargam o conhecimento sobre a arquitectura tradicional popular e a paisagem rural e urbana do Sotavento algarvio. A segunda obra, mais abrangente, dá a conhecer o património histórico, protegido, natural, cultural, sócio-económico e construído da região. Apresenta vários

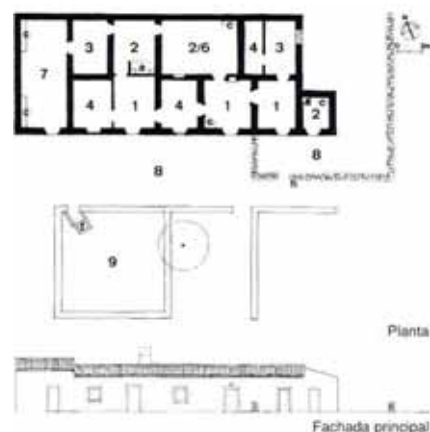


Fig. 26: "Monte" de dois irmãos casados, pequenos lavradores, na Texugueira - hoje desabitado



Fig. 27: Casa no sítio da Rocha Amarela

Em cima, *Monte* da Texugueira, exemplo típico da habitação de pequenos lavradores do barrocal, construído no século XIX foi ampliado no século XX para servir de residência a dois irmãos casados que ali viveram até aos anos sessenta.

Em baixo, casa no sítio da Rocha Amarela, casa de pequeno lavrador construída na primeira metade do século XX, já inclui corredor, em vez de «casa de fora» e a cobertura em açoteia assente sobre placa. Extraído de Isabel Raposo, *Alte na Roda do Tempo*, 1995.

⁶ A Associação Odiana é uma associação privada sem fins lucrativos, formada pelos Municípios de Castro Marim, Vila Real de Santo António e Alcoutim, em 2 de Novembro de 1998. A Odiana tem por objectivo o desenvolvimento e promoção da região do Baixo Guadiana.

⁷ João Vieira Caldas, *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, 2007, Vol. I, pág. I.

⁸ Idem, *ibidem*, capítulo V - *A Arquitectura do Algarve e do Mediterrâneo*, Vol. I.

capítulos dedicados à arquitectura da casa tradicional, aos muros de pedra que organizam o território, aos moinhos de vento e de água. Já na primeira obra podemos encontrar um registo gráfico e oral do principal património rural popular do Baixo Guadiana, onde se analisam muitos dos mais interessantes exemplos de *montes*, cortes, hortas e quintas rurais do território em estudo, de cada um apresenta detalhada documentação desenhada (levantamentos, plantas específicas e de conjunto), fotográfica e escrita.

Ainda não publicado encontra-se talvez o estudo mais abrangente e detalhado realizado sobre a arquitectura rural no Baixo Algarve, resultante da dissertação de doutoramento de João Rosa Vieira Caldas, intitulada: *A arquitectura rural do antigo regime no Algarve* (2007). Segundo o próprio autor, «esta dissertação é o resultado de um estudo sobre a arquitectura rural do Baixo Algarve (Litoral e Barrocal) erigida durante o Antigo Regime, na sua relação com o território em que se insere. Interessam os assentamentos rurais de propriedades situadas em zonas de povoamento disperso e com uma produção agro-pecuária autónoma, correspondentes a um leque social que vai do pequeno lavrador ao grande proprietário ausente, embora se esteja no domínio preferencial do lavrador abastado».⁷

Será, ainda, interessante de destacar a *tentativa de comparação* da casa algarvia com a arquitectura rural das regiões vizinhas, nomeadamente o Alentejo e a Andaluzia, assim como com outras regiões que, embora mais afastadas, comungam no facto de pertecerem ao espaço mediterrânico relativamente próximo, neste caso referimo-nos a Marrocos, à Sicília e à Provença.⁸

Por fim, o segundo volume da dissertação é constituído por fichas de levantamento a inúmeros casos de casas que se constituem como centro de uma unidade de produção agro-pecuária, sendo o universo da amostra apresentada abrangente e distribuído por toda a zona do Baixo Algarve. Os exemplos encontram-se classificados nos seguintes tipos: *Torre ou casa torreada*; *bloco quadrangular compacto de dois pisos*; *casa solarenga*; *casa rectangular de dois pisos*; *outras casas rurais de dois pisos*; *monte elementar*, *monte comum*; *monte complexo*; *monte com dois telhados paralelos*.



IV

O MONTE DO PENEDO GORDO - CASO DE ESTUDO

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O *Monte* do Penedo Gordo localiza-se a cerca de 1,5 km para este da povoação de Tunes [Silves], no sítio que lhe dá o nome – o sítio do Penedo Gordo.¹ A povoação de Tunes é de fundação relativamente recente, facto que está relacionado com o traçado da linha de caminho-de-ferro que ali determinou o cruzamento entre a linha vinda de Lisboa, Linha do Sul, e a Linha do Algarve, tendo o primeiro comboio circulado por esta povoação em direcção a Faro no ano de 1889.² A casa assinala na sua chaminé a data de construção de 1902.

O *monte* insere-se numa área agrícola onde até há poucas décadas predominava o pomar de sequeiro. Este podia encontrar-se combinado com o cultivo de cereais (o trigo, a cevada, a aveia e o centeio) e leguminosas (das quais se destacam a ervilha e fava). Embora com menor expressão, encontravam-se, ainda, pequenas parcelas irrigadas de hortas, de vinhas e de pomares de citrinos. Actualmente, as explorações de monocultura intensiva de citrinos e de vinha tem vindo a ganhar terreno em relação ao pomar de sequeiro tradicional.

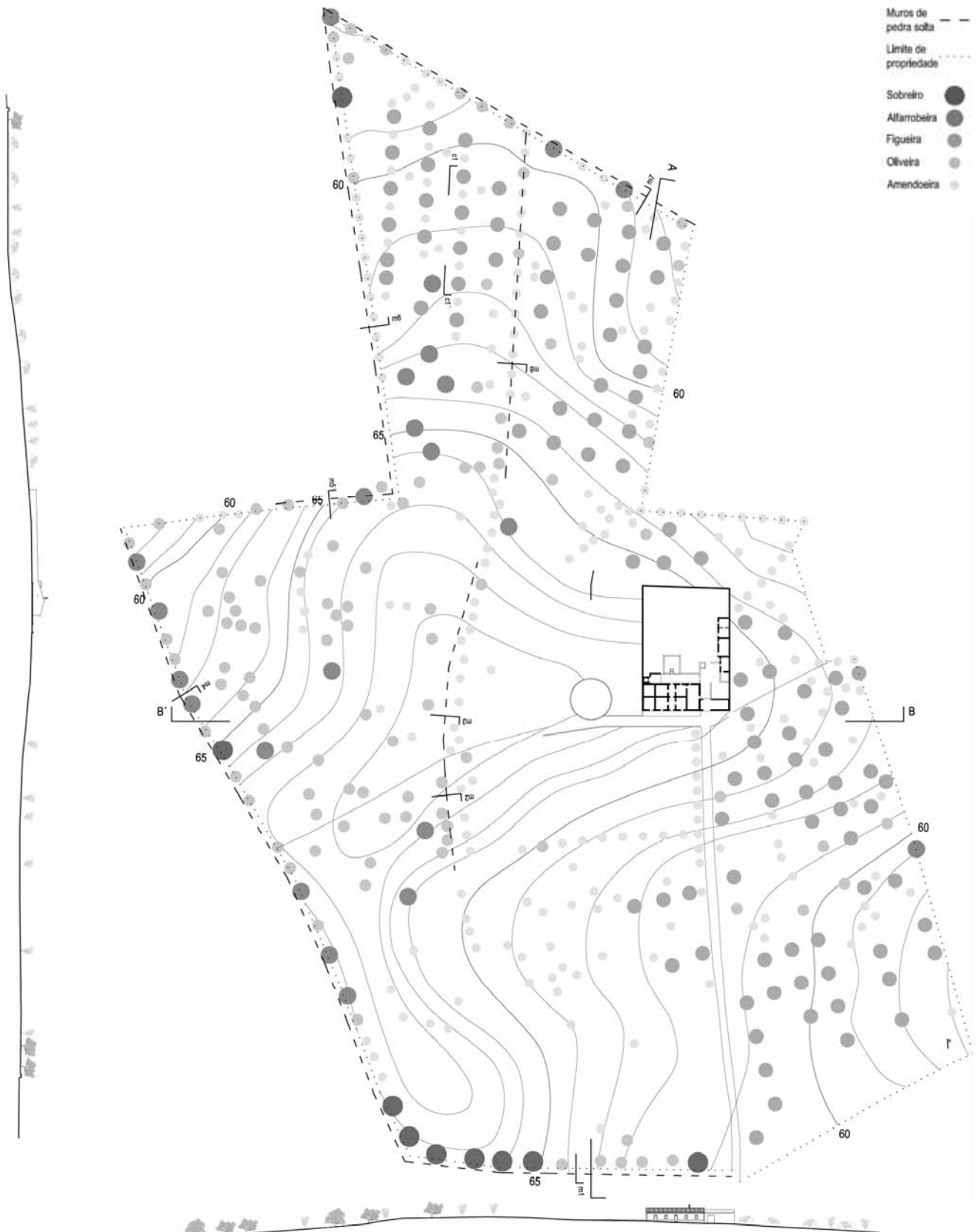
A área total da propriedade do *Monte* do Penedo Gordo é de 6 hectares, o que atendendo às classes dimensionais dominantes na zona (como se pode constatar na Carta Cadastral 1.2000) e mesmo no Algarve (onde predomina a pequena propriedade situada entre 1 a 10 hectares),³ corresponderá a uma propriedade de dimensão média. A quase totalidade da sua área é dedicada à cultura agrícola do pomar de sequeiro, sendo que apenas no seu núcleo edificado se encontra um pequeno pomar irrigado, culturas hortícolas e produção pecuária.

Página anterior, ortofoto *Monte do Penedo Gordo*. Tele Atlas 2010.

¹ Dado não termos conseguido apurar o nome do *monte* junto dos herdeiros, baptizamo-lo com o nome do sítio onde se insere.

² Cf. www.cp.pt, na sub-secção *Cronologia*, inserida em *História*.

³ Cf. Jacinto Palma Dias, Caras e Coroas: Acerca das Platibandas na Arquitectura Popular do Algarve, *Arte Ibérica*, págs. 29-30. DGOTDU, *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, 2004, Vol. V, pág. 190.



Planta e cortes da propriedade. Esc. 1.2000



Topografia, edificações e rede viária. Esc. 1.4000. Realizado com base na Carta Cadastral 1.2000 [anos 60].



Estrutura fundiária e tipos de culturas agrícolas. Esc. 1.4000. Realizado com base na Carta Cadastral 1.2000 [anos 60].

CULTURAS AGRÍCOLAS

A quase totalidade da propriedade do *Monte do Penedo Gordo* é dedicada ao cultivo do pomar de sequeiro, sendo que apenas junto à habitação se encontra uma pequena parcela de culturas hortícolas irrigadas.

A partir do levantamento das espécies arbóreas dos campos de sequeiro, encontramos, num universo total de 464 árvores, 9 sobreiros, pertencendo as restantes 455 árvores ao grupo de espécies constituintes do pomar de sequeiro. Para estas últimas obtivemos os seguintes valores: 23 alfarrobeiras (5,05%); 99 figueiras (21,75%); 103 oliveiras (22,64%); 230 amendoeiras (50,55%).

Para além de se constatar a predominância da amendoeira e a pouca expressão do sobreiro e da alfarrobeira na propriedade, podemos ainda assinalar que apenas se encontram árvores ligadas a algum tipo de produção – a cortiça, a alfarroba, o figo, a azeitona e a amêndoa.

Em relação à distribuição e implantação das árvores, encontramos os sobreiros concentrados no limite sul da propriedade. As alfarrobeiras são as que aparentam ter implantação mais irregular, o facto de estas puderem nascer de forma espontânea também poderá contribuir para tal. Já as figueiras, pelo contrário, são as que apresentam uma maior disciplina e regularidade na implantação, apresentando um compasso de 12 m, encontrando-se, sobretudo, na vertente norte e parte este da vertente sul. As oliveiras apresentam-se distribuídas com aparente aleatoriedade, contudo há que assinalar a sua maior concentração na parte oeste da cumeada. Por sua vez, a amendoeira encontra-se sobretudo na vertente sul, assinalando-se também na vertente norte a sua combinação em fiadas regulares intercaladas com as figueiras.

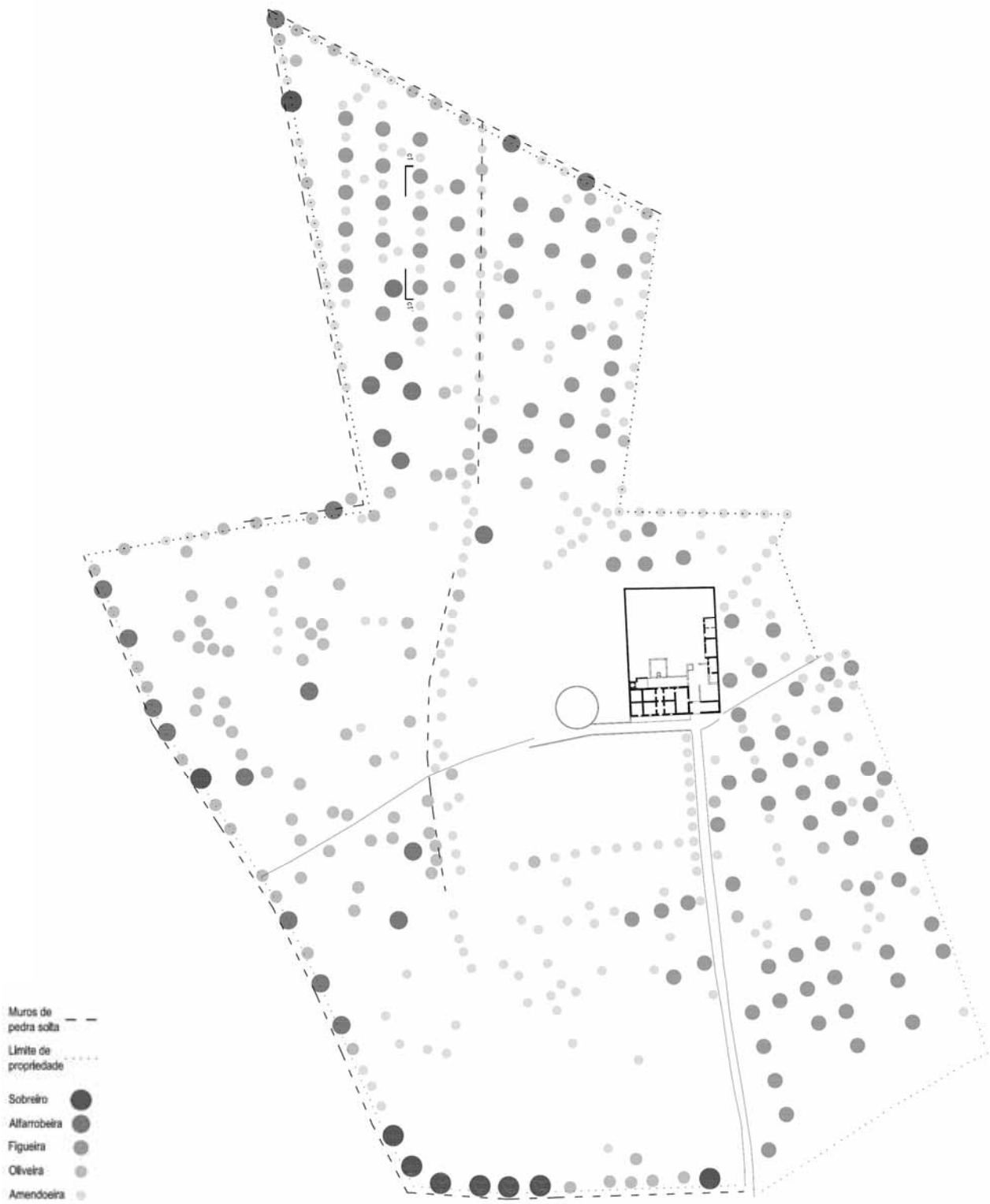
Sob as copas das árvores do pomar podia-se, ainda, encontrar o cultivo de cereais e leguminosas, porém a área por excelência para o cereal parece ter-se encontrado no espaço aberto da cumeada em torno da eira.

Na área de produção hortícola encontra-se um pequeno canavial e seis espécies arbóreas, todas elas associadas a algum tipo de produção, à semelhança do que acontece na restante propriedade. Num universo de 17 árvores, temos: 7 ameixeiras (41,18%); 3 romãzeiras (17,65%); 2 nespereiras (11,76%); 2 laranjeiras (11,76%); 2 amendoeiras (11,76%); 1 limoeiro (5,88%). Neste espaço cultivavam-se também diversas espécies de hortaliças e legumes que não nos foi possível determinar.⁴

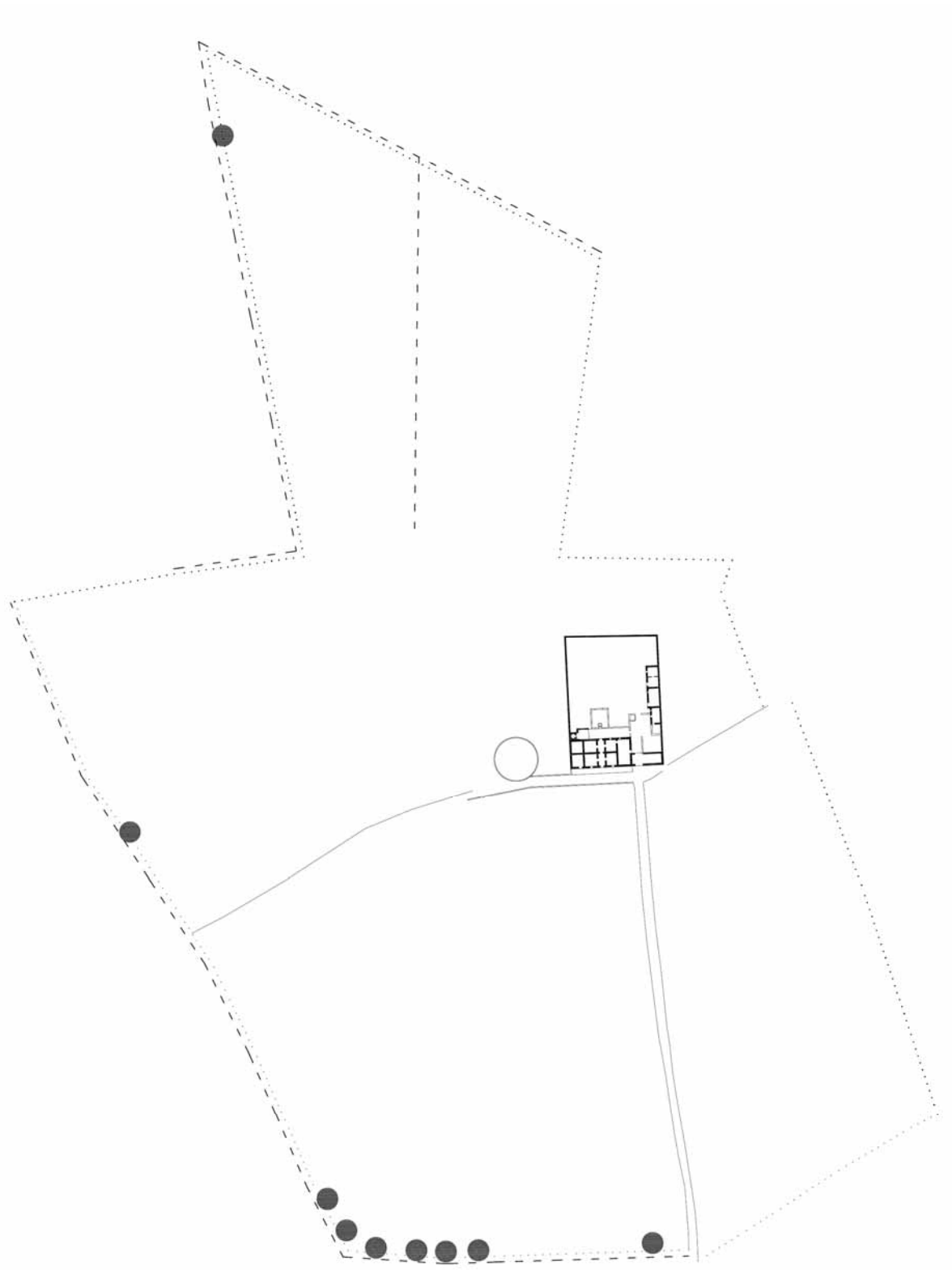


Sobreiros na extremidade sul da propriedade.

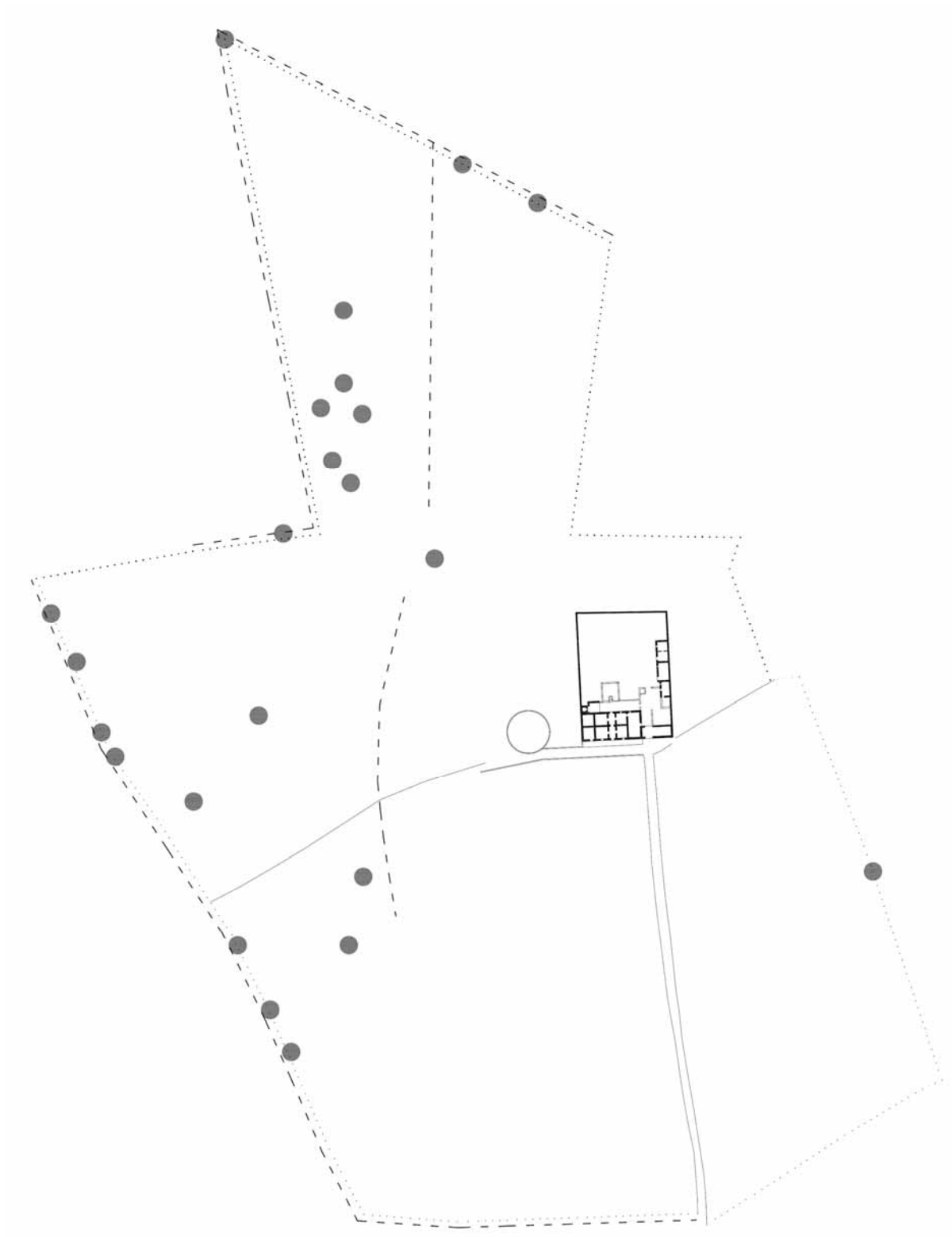
⁴Dado o último ocupante da casa ter falecido recentemente e os seus herdeiros desconhecerem o elenco vegetal aqui cultivado. Contudo, o calendário agrícola para as áreas irrigadas da pág. 36 pode-nos dar a ideia de algumas das espécies aqui cultivadas.



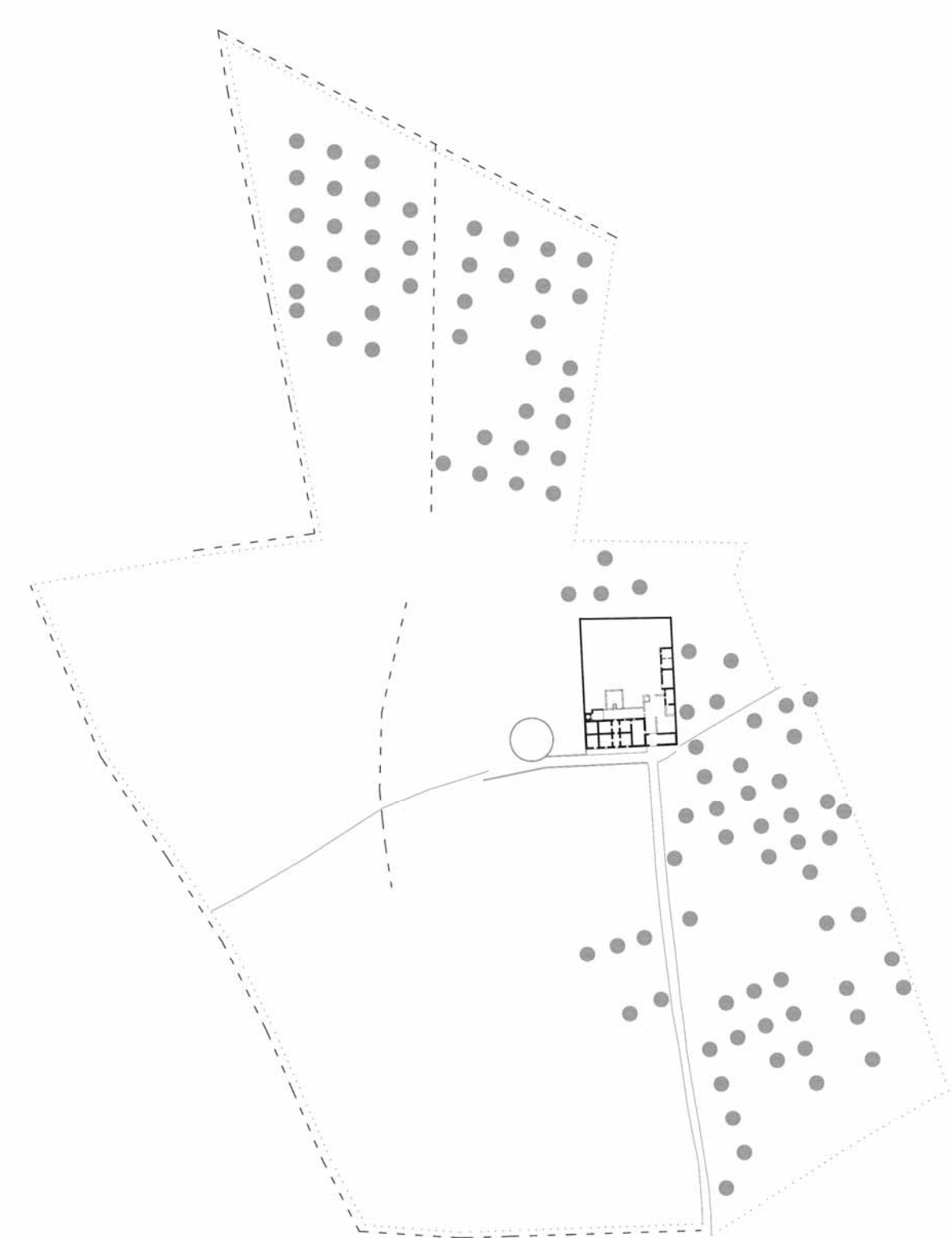
Levantamento das espécies arbóreas existentes na propriedade. Esc. 1.2000



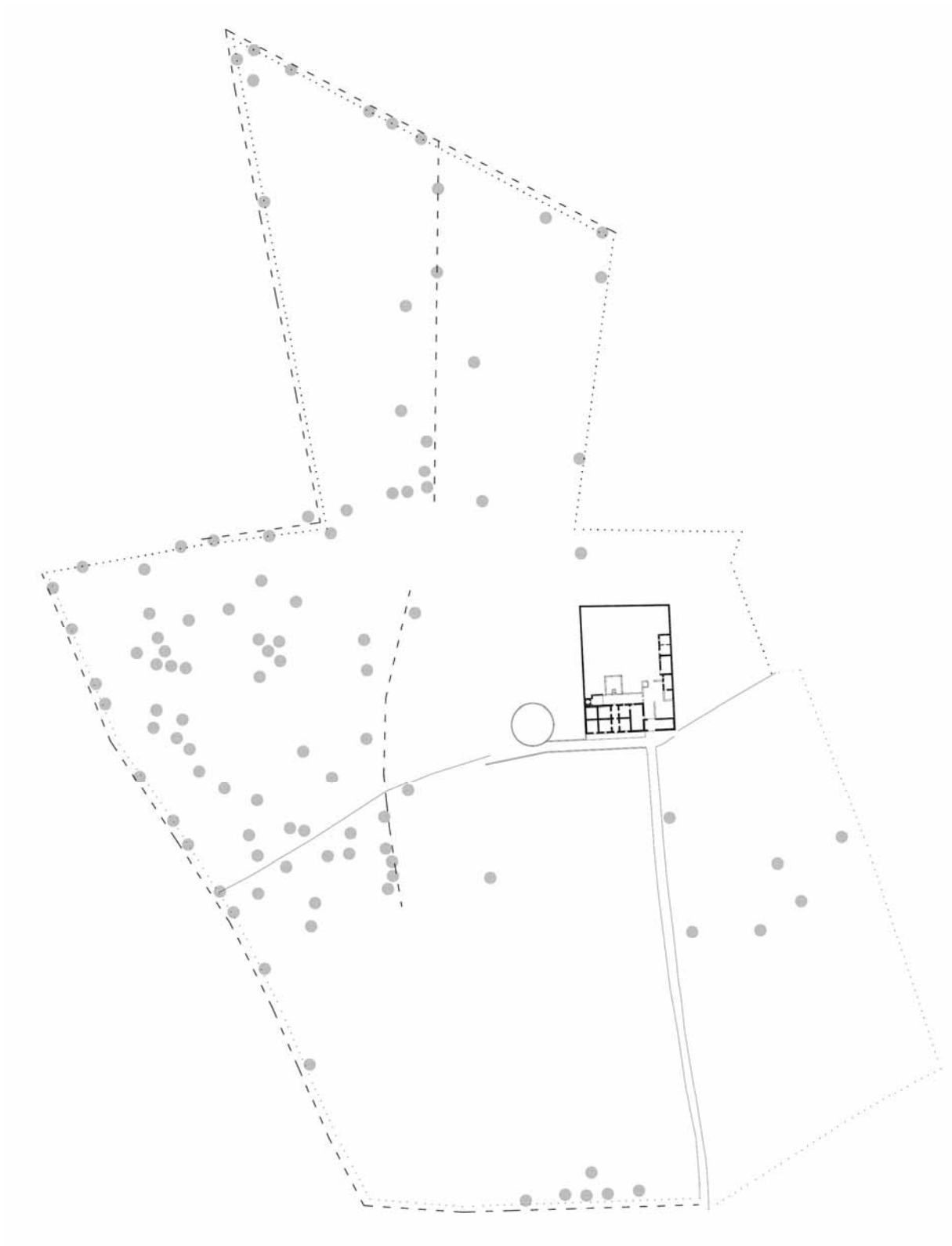
Distribuição dos sobreiros. Esc. 1.2000



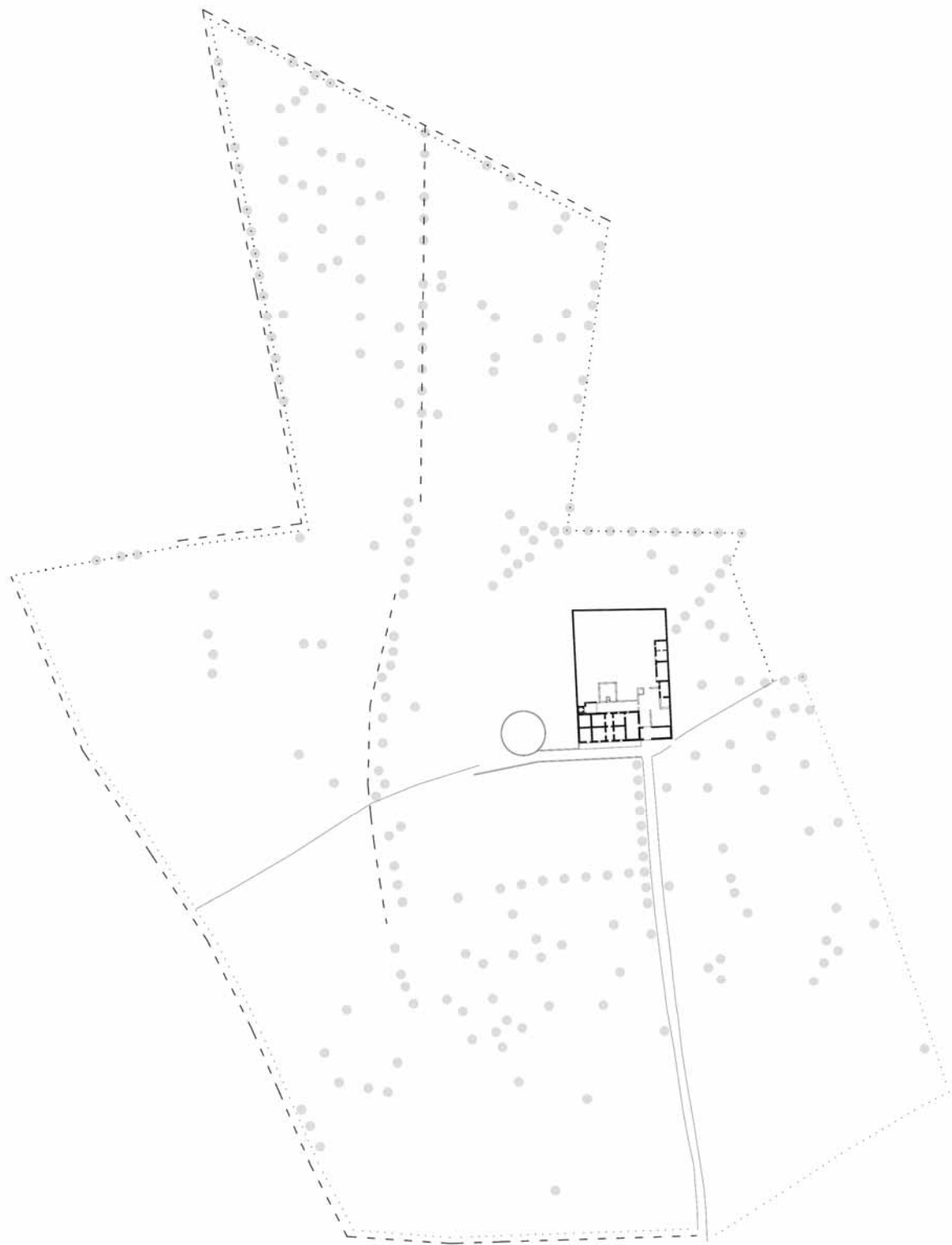
Distribuição das alfarozeiras. Esc. 1.2000



Distribuição das figueiras. Esc. 1.2000



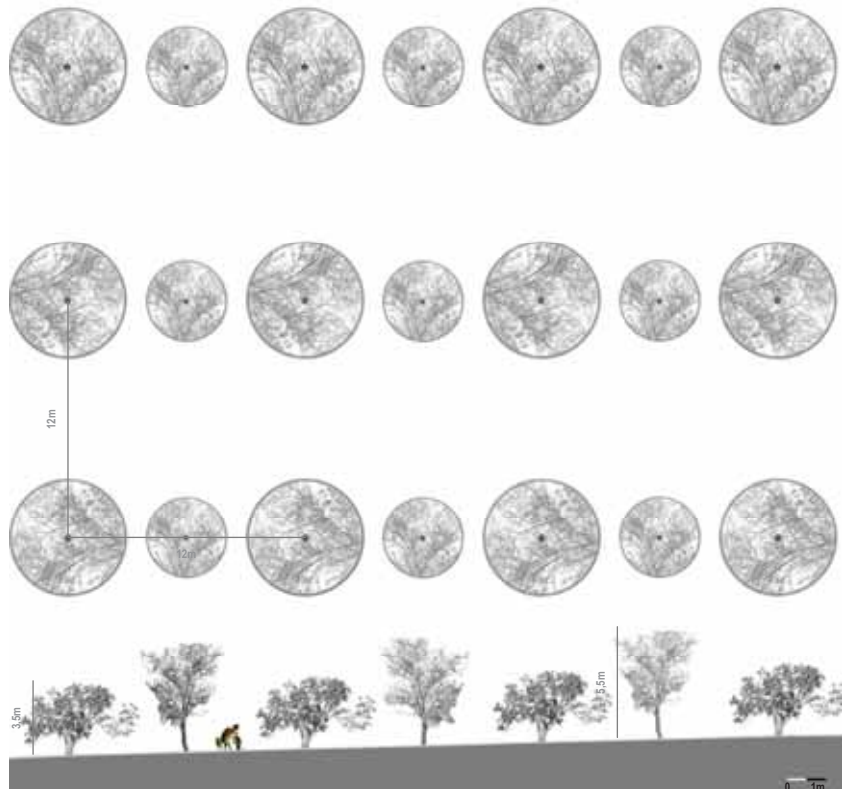
Distribuição das oliveiras. Esc. 1.2000



Distribuição das amendoeiras. Esc. 1.2000



Figueiras com compasso de 12x12 m intercalado com fiadas de amendoiras.



Corte C1-C1'.



Alfarrobeiras na vertente norte da propriedade.



Figueiras na vertente norte com compasso de 12x12m.



Oliveiras situadas na cumeada.



Amendoeiras na vertente sul.

LIMITES

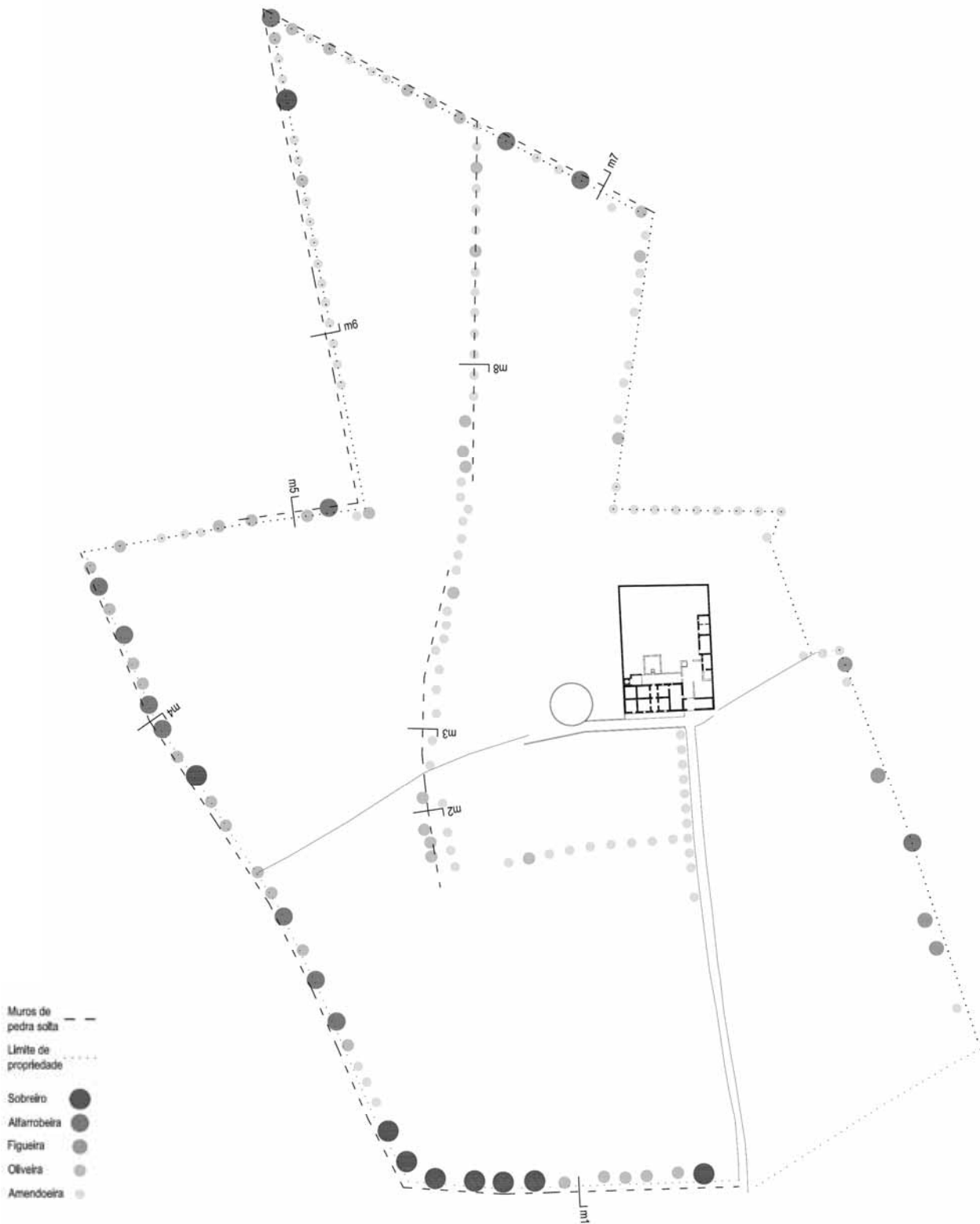
Relativamente aos limites da propriedade regista-se a utilização de muros de pedra solta em pelo menos metade do seu perímetro, sendo o restante aberto. Assinalam-se, ainda, em relação a este tipo de muros, dois outros casos que não estão ligados à delimitação da propriedade: um primeiro na vertente norte em que se encontra um troço de muro para contenção de terras; e um segundo que define parte da extremidade oeste do espaço de cultivo do cereal na cumeada.

As espessuras dos muros de pedra solta da propriedade variam entre 1 a 1,40 m. Contudo, assinalam-se dois troços nos quais esta medida é de 0,60 m, neste caso ambos possuem capeamento, por forma a garantir uma maior estabilidade e protecção contra possíveis choques por parte de animais ou pessoas, feito com recurso a uma pedra maior em toda a sua largura. Em relação às alturas dos muros variam entre os 0,60 m a 0,90 m, assinala-se apenas uma excepção, que embora não se possa considerar como muro, na medida em que não cria uma barreira física, faz porém a marcação intencional de um limite através do depósito de pedras miúdas ao longo de uma linha, não ultrapassando neste caso os 0,30 m de altura.

No caso das espécies arbustivas presentes nos limites da propriedade predominam o carrasco e as aroeira, já para as espécies arbóreas encontra-se o sobreiro e as espécies do pomar de sequeiro. Os sobreiros surgem no seu maior conjunto agrupados em linha na extremidade sul da propriedade. Em relação à alfarrobeira cerca de 50% do número total de indivíduos presente no *monte* encontra-se aqui, nos limites, sendo igualmente assinalável o número de oliveiras nesta situação, já para a figueira não se registam casos. Por fim, em relação à amendoeira destacamos as fiadas encontradas a definir alguns troços dos limites, assim como a definir o espaço aberto em torno da eira, neste caso o compasso dado situa-se em cerca de 5 m.



Muro de limite



Levantamento dos tipos de limite da propriedade. Esc. 1.2000



Muro *híbrido*. M1 - 1,00x0,70 m (interior 0,30 m).



Muro de *limite*. M2 - 0,60x0,70 m (interior 0,80 m).





Marcação de limite. M3 - 1,50x0,30 m.



Muro de *limite*. M4 - 1,00x0,70 m (interior 0,60 m).

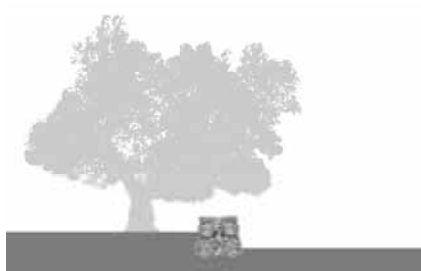


Muro de suporte. M5- 0,60x0,60 m (interior 0,25 m).



Muro de *limite*. M6 - 1,20 a 1,50x0,80 m (interior 0,60 m).





Muro de limite. M7 - 0,90x0,80 m (interior 0,40 m).



Muro de limite. M8 - 1,40x0,90 m (interior 0,65 m).

REDE VIÁRIA

A rede viária da propriedade é constituída por duas tipologias: o caminho e o trilho. O caminho dá acesso à propriedade, ligando a casa (mais especificamente a área da cocheira) ao caminho de distribuição comum entre as várias propriedades, este último liga as várias propriedades aos povoados mais próximos – Tunes a este, Algoz a oeste. Já o trilho desenha-se paralelo à fachada da casa, formando dois atalhos: um primeiro, para oeste, leva à casa vizinha mais próxima (este trilho parece ter sido anteriormente um caminho que permitia a circulação de carroças); um segundo, para este, liga-se ao caminho de acesso da propriedade vizinha, constituindo-se como um atalho para o caminho comum na direcção de Tunes.

Ainda em relação ao caminho de acesso à propriedade, assinala-se na parte final do troço, à chegada a casa, a utilização de renques de amendoeiras a ladeá-lo, parece este caminho ter sido utilizado preferencialmente para circulação de veículos de tracção animal (carroça), tendo de largura de plataforma cerca de 2,50 m.⁵ Por sua vez, o trilho estaria mais ligado às necessidades de circulação pedestre e a lombo animal, encurtando as distâncias, e desenhando-se com menos constrangimentos relativamente ao caminho. O troço oeste do trilho ainda existe parcialmente, já o segundo troço, que conecta a Tunes, apenas podemos constatar a sua existência nas Cartas Cadastrais 1.2000 dos anos 60.

⁵ O caminho apresenta já o uso do veículo motorizado, contudo alguns troços de pedras nos seus limites parecem-nos permitir assinalar a sua largura aquando utilizado por veículos de tracção animal.



Caminho de acesso à propriedade 2,30-2,50m, utilizado originalmente para veículos de tracção animal (carroças).



Caminho de acesso à propriedade 2,30-2,50 m.



A CASA

A casa situa-se no cabeço de uma colina, que corresponde sensivelmente à cota mais alta da propriedade, estando a fachada ligeiramente orientada a sudeste.⁶ Constitui-se a casa como pólo central de uma unidade de lavoura, onde predomina, como já referido, o pomar de sequeiro. O seu núcleo edificado, para além da habitação em si, agrega duas áreas distintas: a de produção animal e a de produção hortícola. A unificar todo este conjunto encontra-se um muro em alvenaria de pedra.

Ligada à casa por um murete está a eira, ou seja, o espaço onde os cereais eram malhados e peneirados. Implanta-se na cota mais elevada da propriedade, dado ser aqui que o vento corre melhor, ajudando, assim, à separação dos grãos de cereais dos detritos.

Em relação à casa apresenta uma planta rectangular, cuja distribuição é feita a partir de um corredor central, desdobrando-se simetricamente a partir do eixo transversal. Na fachada à direita situa-se o quarto e à esquerda a casa de jantar (esta parece já ter correspondido a um quarto); ao fundo e à direita está a cozinha (casa de fogo) com a chaminé, da cozinha pode-se aceder directamente à cabana (estábulo), a qual tem dois pisos formados pelo sobrado (estrado de madeira), em cima está o palheiro; ao fundo à esquerda encontra-se a casa de despejo, que serviria para arrumos e depósito de provisões, daqui acede-se ainda ao celeiro. Já no exterior da casa existem dois pátios, um na fachada e outro nas traseiras, deste último tem-se acesso à casa do forno, à horta, à cisterna e



⁶ Segundo dados apresentados pelo estudo preliminar de «Ordenamento Paisagístico do Algarve» (1967), realizados pelos arquitectos paisagistas Viana Barreto, Frazão Castello Branco e Ponce Dentinho, «*mais de metade da construção algarvia expõe-se a Sudoeste. Conjunga-se também tal exposição com a orientação do terreno mais ocupado*». Veja-se: Viana Barreto; Alvaro Dentinho; Albano Castello Branco, Ordenamento Paisagístico do Algarve. *Arquitectura*, 1971, pág. 126.

Vista da fachada principal.



Vista da fachada oeste.

à área de produção animal.

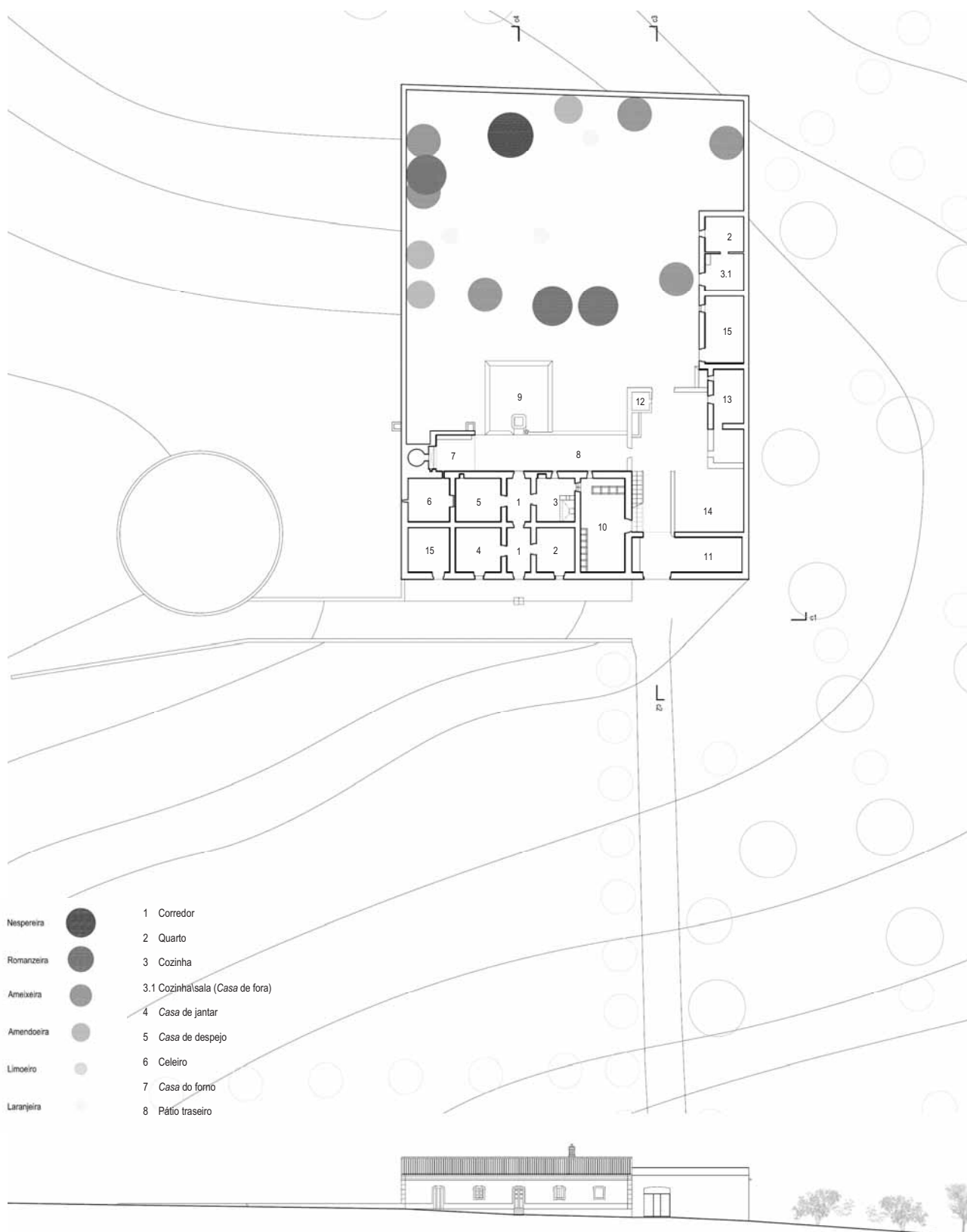
As paredes da casa são em alvenaria de pedra irregular rebocada a argamassa de cal e areia, com acabamento a pintura de cal. Já as coberturas são em estrutura de madeira com forro de cana, ou encançado, e telha de canudo. Em relação aos pavimentos são de ladrilho, à excepção da cabana, em calçada, e da casa de despejo, em argamassa.

Quanto à área de produção animal situa-se a este, aqui encontra-se a cocheira (estrutura alpendrada onde se guardava a carroça); a pocilga; a estrumeira, ou nitreira, que constituía um depósito de fertilizante para a agricultura; e o acesso à cabana. A partir desta área acede-se por escada à açoteia, que para além de formar um terraço elevado, era utilizada como espaço de secagem do figo, as escadas dão ainda acesso ao palheiro. Por fim, assinala-se a existência de um bebedouro para os animais nesta área, o seu enchimento era feito junto da boca da cisterna a balde, sendo a água canalizada para o bebedouro através de um tubo, formado por duas telhas, localizado no interior do murete que faz a separação entre o pátio traseiro da casa e o terreno hortícola.

Na área de produção hortícola encontra-se uma casa de arrumos agrícolas e uma pequena habitação, que possivelmente terá sido destinada ao caseiro ou a membros do agregado familiar. Esta é formada por duas divisões apenas, mais precisamente, pela casa de fora, que serviria como cozinha e espaço de estar e receber, e pelo quarto.

Por fim, como elemento fulcral e catalizador da casa e dos espaços de produção animal e hortícola, encontra-se a cisterna. Numa área de recursos aquíferos reduzidos, a recolha e armazenamento das chuvas assumiu-se de forma fulcral para o seu povoamento. Neste caso a recolha das chuvas era feita a partir do eirado da cisterna (plano que também servia para a secagem de frutos no Verão), bem como através da captação das águas das coberturas. Neste último caso a sua recolha era feita a partir de caleiras recuadas em relação ao beirado, sendo conduzida para a cisterna por tubagens, feitas com telhas, e localizadas nas paredes exteriores. Ao contactar com o terreno a canalização era interrompida por caixas de derivação e decantação onde, devido ao desnível entre a boca de entrada e de saída, ocorria o assentamento das partículas arrastadas pela água antes da sua entrada na cisterna.

Na casa da horta e na casa do forno a recolha das águas pluviais era feita por uma caleira avançada, sendo que no primeiro caso era depositada para um pequeno tanque, já no segundo para a cisterna.



Corte c1 - planta e alçado principal da casa. Esc. 1:500



No topo, vista da fachada principal. Em cima, vista da fachada oeste.



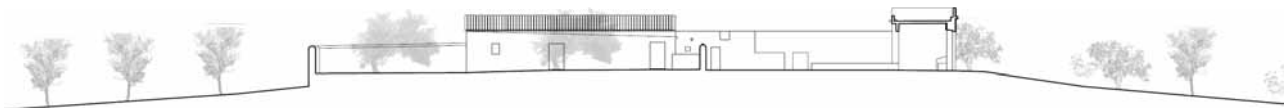
No topo, vista da escada que conduz à açoteia e da porta de acesso ao palheiro. Em cima, pátio traseiro com casa do forno ao fundo.



No topo, vista interior da cabana. Em cima, vista interior do palheiro (situado por cima da cabana).



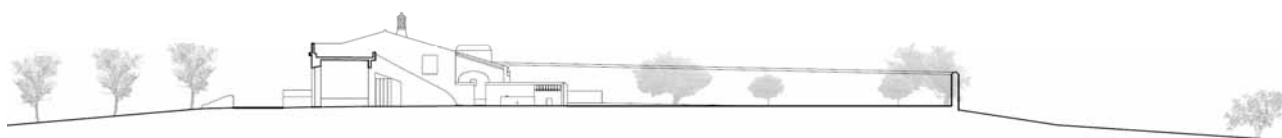
Vista a partir da horta com a casa do caseiro à esquerda e a cocheira ao fundo.



Corte c2. Esc. 1.500



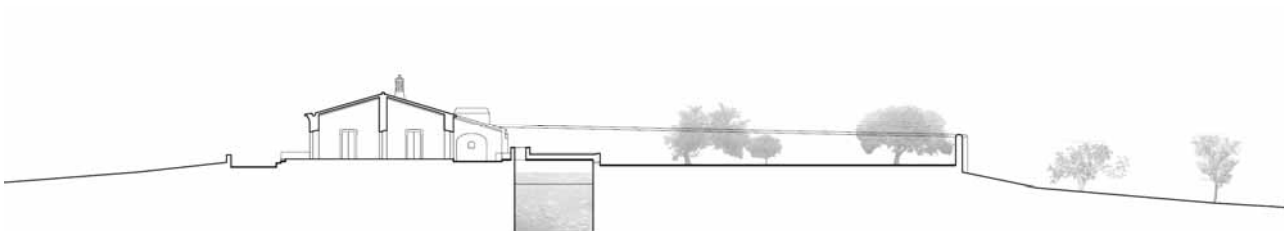
Vista a partir da açoteia para a horta, à esquerda encontra-se a porta do palheiro.



Corte c3. Esc. 1.500

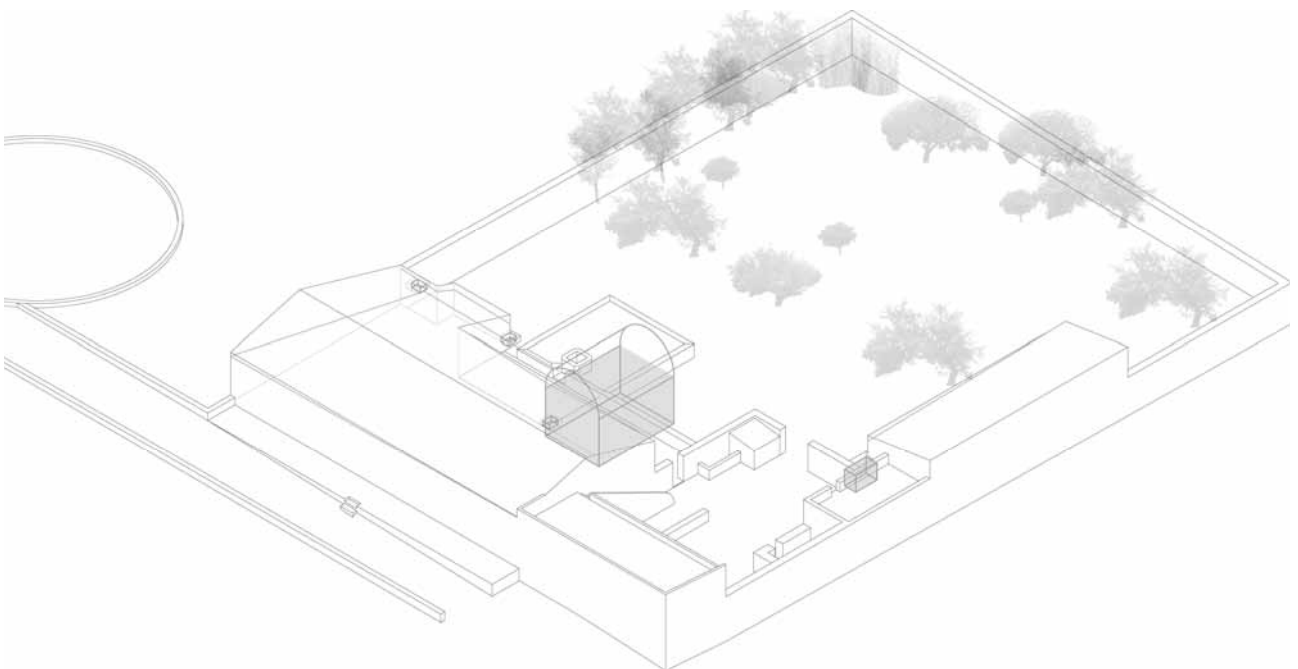


Cisterna e eirado com a horta ao fundo.



Corte c4. Esc. 1.500

Caleira avançada na casa do forno.



Axonometria - captação, condução e armazenamento das águas pluviais.



Vista do eirado da cisterna.

CONCLUSÃO

Constata-se que a paisagem do Barrocal é na sua quase totalidade uma construção, concebida em função de uma economia agrária, onde a acção contínua do Homem sobre solos pobres e acidentados, procurou adaptar, numa íntima relação entre a actividade humana e a natureza, o espaço às necessidades agrícolas de tipo mediterrânico que este território suporta. As características do terreno são aproveitadas de forma exemplar, com a modelação da paisagem em socacos, preservando-a da erosão e permitindo o cultivo do pomar de sequeiro.

Muitos dos elementos morfológicos que compõem esta paisagem resultam do contacto e do cruzamento entre várias civilizações do mundo mediterrânico, por vezes até de contactos mais distantes, que por via de um processo de selecção, adaptação e assimilação, ao longo dos séculos, culminaram na síntese que melhor se adaptou às condições geográficas e necessidades humanas locais. O resultado é um todo integrado e sinérgico – uma *unidade* - facto para o qual em muito contribuem dois factores: em primeiro lugar, a multifuncionalidade dos elementos e dos próprios espaços que compõem esta paisagem (situação oposta à simplificação resultante da sectorização e agrupamento por áreas funcionais a que se assiste actualmente); em segundo, a simbiose da casa com as áreas de função produtiva agro-pecuária.

Em relação à multifuncionalidade destacamos no caso dos pomares de sequeiro e das hortas tradicionais a predominância da policultura, em que num mesmo espaço se combinam árvores de fruto com cereais e leguminosas sob as suas copas; já um muro delimita, mas é também uma maneira de arrumar a pedra que impede a aragem do terreno; uma sebe delimita, mas ao mesmo tempo protege os campos dos elementos naturais prejudiciais às culturas, fornece alimentos, produtos farmacêuticos, químicos para curtimenta de peles e para tinturaria, bem como materiais para o fabrico de utensílios e para a construção; um renque arbóreo que ladeia o caminho dá sombra e abrigo a quem por ele transita, mas também fornece frutos. Já a casa que se assume como pólo central de uma unidade agro-pecuária, agrega na sua propriedade um conjunto de funções ligadas à produção vegetal e animal, bem como de recolha e armazenamento de água, que trabalham em simbiose com os recursos disponíveis e ciclos da natureza, garantido deste modo o seu auto-sustento e uma relativa independência face a factores externos.

Esta paisagem que nos chegou até meados do século XX, e cujo valor é desde há muito reconhecido, encontra-se em substituição por explorações agrícolas intensivas de monocultura nos vales, contudo o pomar de sequeiro ainda predomina nas áreas de encosta. Muitas das antigas casas populares, que se constituíam como centro de uma unidade de exploração agro-pecuária, estão hoje sujeitas a uma crescente pressão imobi-

liária e a serem substituídas por uma nova tipologia desenraizada e descontextualizada de concepção urbana – a *vivenda* (muitas delas destinadas a turismo de residência).

Um maior conhecimento do Barrocal permite uma maior consciência e informação ao operar neste território que mudou. Com este trabalho pretendeu-se criar bases para uma reflexão sobre a necessidade de salvaguardar a paisagem do Barrocal - como legado material e cultural - numa perspectiva não de estrita conservação, mas de actualização. A partir do estudo da arquitectura vernácula (no sentido amplo da construção de um território) cremos ser possível extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza, tendo como referência o desenvolvimento integrado e sustentável que actualmente está a surgir. Não se tendo optado pela realização de um trabalho de projecto, pretendeu-se contudo levantar questões e criar um conjunto de registos que possam oferecer-se como base operativa para pensar projecto.

Para futuras investigações deixamos alguns pontos em consideração, tais como: a necessidade de um levantamento exaustivo e aprofundado das tipologias e sistemas de construção dos característicos muros de pedra solta (que apresentam variantes locais), o que poderá constituir uma preciosa ferramenta de valorização e divulgação deste património, bem como no auxílio a projectistas e futuros cursos de formação profissional neste ofício, hoje praticamente esquecido; o levantamento da rede de caminhos e veredas tradicionais, nos seus vários escalões, estudando-a em conjunto com os seus limites ao nível da implantação, perfil, e cortes, procurando desta forma divulgar, preservar e criar redes de percursos com fins lúdicos (passeios, caminhadas, desportos) e educativos; o inventário das construções da casa vernacular destinadas às actividades de produção, de armazenamento, e de conservação alimentar, devendo estas serem estudadas em conjunto com os métodos e técnicas ligadas à produção agrícola, pecuária, e de gestão da água; o estudo e levantamento da casa vernácula rural no seu conjunto com a propriedade agrícola tendo em atenção a dimensão de ambas as partes e o número de indivíduos que sustenta, total ou parcialmente, a sua produção.

Por fim, parece-nos possível constatar, para a unidade de paisagem do Barrocal, estarmos perante uma paisagem cultural, e que dadas as suas características poderia vir a ser estudada e promovida à semelhança de outras paisagens agrárias de reconhecido valor, tais como a *Paisagem Vinhateira do Alto Douro* e a *Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico*, ambas, actualmente, património mundial da UNESCO na categoria das paisagens culturais.

CRONOLOGIA

1797-1799: Link e o conde de Hoffmanssegg empreenderam a sua primeira viagem por Portugal, tendo passado pelo Algarve. O seu parecer sobre o estado da agricultura algarvia é que esta regista expressão considerável apenas na faixa litoral, sobretudo nos arredores das povoações, não se estendendo mais que duas léguas para o interior.

1822: Constituição de 1822, onde o liberalismo declara que todos os portugueses são iguais perante a lei. A legislação elimina privilégios judiciais, fiscais e morgadios das ordens nobiliárquica e clerical. Por sua vez o arranque económico vem proporcionar novas fontes de riqueza e promoção à classe burguesa.

26 de Dezembro de 1849: Inauguração da primeira estrada de macadame em Portugal. Este método, constitui a maior evolução na construção de estradas desde a época romana.

13 de Dezembro de 1852: É adoptado o Sistema Métrico Decimal em Portugal.

1875: Gerardo Péry, em *Geographia e estatística geral de Portugal e Colónias* (1875), indica que a zona litoral, dum largura variável entre 5 a 15 quilómetros e com um relevo muito pouco acidentado, está toda cultivada. Estima a superfície inculta do Algarve em 236 000 hectares (47,2% da área do distrito).

1874: Estabelecimento de um serviço de navegação regular entre Lisboa e os portos do Algarve, com escala em Sines, pela Empresa de Navegação por Vapor para o Algarve e Guadina.

1875: Primeira utilização da lavoura a vapor no Algarve, se não em Portugal, com a introdução de duas locomóveis Fowler, que permitem a utilização de charruas, grades, arroteadoras e do cultivador, em 400 hectares de terrenos cedidos pelo Governo à Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal em Castro Marim. (cf. RADICH, 2007: 53-54)

1890: Instalação da moagem a vapor no Algarve, numa fábrica de moagens e massas em Tavira. (cf. RADICH, 2007: 54-55)

1 de Julho de 1889: Chega o primeiro comboio de passageiros a Faro, com a abertura à exploração do troço entre Faro e Amoreira, troço este que faz parte da Linha do Sul (vinda de Lisboa).

15 de Fevereiro de 1903: Inauguração da estação ferroviária de Vila Nova de Portimão, situada no actual apeadeiro de Ferragudo-Parchal.

1906: Assinala-se a utilização dos adubos químicos na agricultura algarvia. (cf. RADICH, 2007: 56)

14 de Abril de 1906: A Linha do Sul chega a Vila Real de Santo António.

1914-1918: Primeira Guerra Mundial. Esta favorece as produções algarvias, desde as conservas de peixe aos frutos secos, devido ao crescimento das suas exportações para os países em guerra.

30 de Julho de 1922: Inauguração das estações Ferroviárias de Lagos e de Portimão (nova), concluindo-se assim o Ramal de Lagos.

1939-1945: Segunda Guerra Mundial. A guerra favorece novamente as produções algarvias. Porém, depois da Segunda Grande Guerra a crise acentua-se e os anos 60 assistem, também, no Algarve, à emigração para a Europa e da migração para as áreas metropolitanas.

anos 50: O turismo de massas começou a desenvolver-se na década seguinte à II Guerra Mundial, com a generalização das férias às classes trabalhadoras, no quadro de recuperação económica europeia do pós-guerra. «O «sul» ganha um renovado fascínio e a triologia sun, sand & sea passa a estar ao alcance de todos, em pacotes de férias organizados. Surgem novos empreendimentos turísticos, moldados pela crescente pressão urbanística sobre o litoral, abrindo a oportunidade de se explorarem diferentes conceitos no planeamento de núcleos de veraneio» (Lobo, 2008: 18)

1951: Segundo dados do *Plano de Fomento Agrário* (1951), a superfície não cultivada do Algarve corresponde apenas a 12% da sua área total.

1956: Conclusão da barragem do Aráde, em Silves.

1958: Conclusão da barragem de Odeáxere, em Lagos.

1959: Publicação da obra *A arte popular em Portugal* (que inclui o capítulo dedicado à arquitectura popular portuguesa).

Anos 60: Expandem-se as hortas e pomares irrigados e generaliza-se a rega gota a gota.

1961: Publicação da obra *Arquitectura popular em Portugal*.

Abril de 1962: Decisão da construção do Aeroporto de Faro.

1962: «Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve», relatório realizado por Keil do Amaral por encomenda da Direcção Geral das Obras Públicas. Em que chama a atenção para a urgência de se proceder ao planeamento da valorização turística da costa algarvia, face a uma «liberalização tendenciosa da iniciativa privada». «Um planeamento que, em linhas gerais, defina as zonas a valorizar e os critérios que devem presidir a essa valorização; as reservas naturais a conservar e as zonas de protecção a certos sítios, vistas, acidentes da Natureza, ou núcleos urbanos; as vias de interesse turístico a criar ou melhorar; as necessidades de alojamento e os tipos mais adequados para forasteiros; o equipamento turístico conveniente; as obras públicas indispensáveis para a valorização prevista, etc. Um planeamento realista, objectivom feito o mais possível em permanente contacto com os sítios e as realidades locais». (LOBO, 2007: 18-25)

1963: «Plano de Valorização Turística do Algarve», realizado por Paulo Cunha para o Secretariado Nacional de Informação. Tinha «como objectivos a demarcação de realizações urbanísticas, a protecção dos quadros típicos das cidades e aldeias e o estabelecimento de prioridades de investimentos», que incluíam «áreas de desenvolvimento turístico» de preferência segregadas dos núcleos produtivos. (LOBO, 2007: 18-25)

1964: Carta de Veneza. A qual abre o reconhecimento efectivo da importância da arquitectura tradicional, ao aplicar o conceito de monumento histórico «quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas» enquanto testemunho vivo das suas «tradições seculares». (AA.VV, 2009: 15)

17 de Julho de 1965: Inauguração do Aeroporto de Faro

1965: Em resposta às novas solicitações turísticas, a LUSOTUR – Sociedade Financeira de Turismo, SARL, adquire, a antiga Quinta da Quarteira para aí implantar uma verdadeira «cidade de lazer». Nesse sentido é realizado o «Anteplano de Urbanização de Vilamoura», por Carver L.Baker & Associates, GEFEL, S.E.T.A.P. e LNEC, cujo Plano Geral e Planos Sectoriais seriam desenvolvidos por uma equipa coordenada pelo engenheiro Manuel da Costa Lobo. (LOBO, 2007: 18-25)

1966: «Plano Regional do Algarve», desenvolvido por uma equipa de técnicos italianos coordenados por Luigi Dodi. Procurava «orientar um surto turístico em grande escala, atendendo às consequências na estrutura social e económica algarvia», prevendo, a partir de um zoneamento que defendia a salvaguarda de valores ambientais, paisagísticos e históricos, a valorização turística de determinadas localidades e a integração de zonas rurais e florestais, a evolução da capacidade turística da região. (LOBO, 2007: 18-25)

1967: Estudo preliminar de «Ordenamento Paisagístico do Algarve», realizados pelos arquitectos paisagistas Viana Barreto, Frazão Castello-Branco e Ponce Dentiño para a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, no qual se aponta «a defesa e valorização da paisagem como objectivo primário de planeamento em estudos de carácter regional». (LOBO, 2007: 18-25)

Construção de grandes hotéis: 1960: Hotel Vasco da Gama, de Monte Gordo; 1964: Hotel do Garbe, em Armação de Pêra, de Jorge Chaves e Frederico Sant'Ana; 1965: Hotel Sol e Mar, de Albufeira; 1967: Hotel da Balaia, Praia Maria Luisa, pelo Atelier Conceição Silva e Maurício Vasconcelos. Construção de grandes hotéis de luxo: 1966: Penina Golf Hotel; 1967: Hotel Algarve, na Praia da Rocha, de Raúl Tojal; 1967: Hotel D. Filipa de Vale do Lobo, bem como o campo de golf de Vale do Lobo.

1969: Publicação da obra *Construções primitivas em Portugal*.

1970: Criada a Região de Turismo do Algarve (RTA).

1977: Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território. Onde é reconhecida pela primeira vez a singularidade do património rural, não só relativa aos seus valores estéticos mas também ao seu carácter de testemunho de uma sabedoria secular, englobando «todas as construções isoladas ou agrupadas que estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico e pitoresco; e se integrem na paisagem de modo coerente», elementos que constituem e conformam as «pequenas aglomerações» cuja importância a Declaração de Tlaxcala de 1982 virá reafirmar. (AA.VV, 2009: 15)

Janeiro 1991: Aprovado o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Algarve.

1995: Publicação da obra *Alte na roda do tempo*.

1999: Carta sobre o Património Construído Vernáculo. Reconhece a sua singularidade enquanto “expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, expressão da diversidade cultural do mundo», representando o «meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat» em resultado de um «processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante aos constrangimentos sociais e ambientais.». «Continuação de estados temporários de um espaço em permanente mutação», o património rural caracteriza-se pela heterogeneidade dos elementos que o constituem, que vão desde «os modos de existência materiais aos objectos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social» e integram «a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitectónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, etc.) agrupados no termo *pequeno património* (...), tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer». Agrupando o essencial da produção arquitectónica popular – essa *arquitectura com raízes* intimamente ligada à natureza que constitui o seu berço e erguida «sem mais experiência do que a tradição, nem mais ajuda que a da própria comunidade» - a aldeia rural, mais antiga forma de aglomeração e forma social cuja «unidade espacial, resulta de uma simbiose profunda entre a paisagem e a obra humana» e em torno da qual se construiu a história da sociedade rural, constitui assim um quase prolongamento da paisagem, emanação física mas também simbólica do território a que se vincula e no qual profundamente se enraíza. (AA.VV, 2009: 15-16)

2002: Publicação da obra *Itinerários da Terra: inventariar o património de arquitectura em terra - contributo para um inventário no concelho de Silves*.

2004: Publicação da obra *Património rural construído do Baixo Guadiana*.

24 de Maio de 2007: Aprovada a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Onde «*considera-se necessário que a identidade do tradicional Barrocal seja preservada*», chamando a atenção para a “*necessidade de combater e inverter os processos que transpõem os modelos urbano-turísticos do Litoral para o Barrocal. Há necessidades de encontrar novos modelos integráveis e adaptados ao Barrocal, mas que não passam pela transposição ou imposição de modelos de «vida rural» a populações que, cada vez menos, com eles se identificam. Contudo, estes modelos não deverão pôr em causa os modelos viáveis e sustentáveis de agricultura ou de outros usos que ocorram na zona do Barrocal*». (MAOTDR, 2007, vol. 1: 57) Aponta, ainda, a necessidade de proceder à identificação das áreas de maior interesse paisagístico existentes no Barrocal, com o intuito de estabelecer regimes de protecção específicos para os valores em causa - matos de encosta e áreas de policultura com muros de despedrega, hoje em abandono.

2008: Publicação da obra *A Casa popular do algarve, espaço rural e urbano, evolução e actualidade*.

2009: Publicação da obra *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. - *Património Rural Construído do Baixo Guadiana*. Vila Real de Santo António: Odiana, 2004.
- AA.VV. - *Baixo Guadiana - Caminhos do Património*. Vila Real de Santo António: Odiana, 2004.
- AA.VV. - *Guia de Campo – As Árvores e Arbustos de Portugal Continental*. Lisboa: Jornal Público / Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento / Liga para a Protecção da Natureza, 2007, vol. 9.
- AA.VV. - *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo Para o Estudo da Arquitectura Vernácula da Região Oriental da Serra do Caldeirão*. Faro: CCDR Algarve/Edições Afrontamento, 2009.
- ADRAGÃO, José Victor – *Algarve*. Lisboa: Editorial Presença: 1989.
- ALEGRIA, José Alberto – *Itinerários da Terra: Inventariar o Património de Arquitectura em Terra - Contributo Para um Inventário no Concelho de Silves*. Faro: CCDR Algarve, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES – *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: AAP, 1980 (1ª ed. 1961).
- BARRETO, Viana; DENTINHO, Alvaro; BRANCO, Albano Castelo – Ordenamento Paisagístico do Algarve. *Arquitectura*. Lisboa: ICAT. Nº 121-122 (1971) p. 123-127.
- BASTOS, Cristiana – *Os Montes do Nordeste Algarvio*. Lisboa: Cosmos, 1993.
- BLUTEAU, Raphael - *Vocabulário Portuguez & Latino: Aulico, Anatomico, Architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728.
- BRANCO, Jorge Freitas – A Fluidez dos Limites: Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal. *Etnográfica*. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE). Vol. 36, Nº 1 (1999), p. 23-48.
- BRITO, Sérgio Palma – *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa: Edições Colibri/Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, 2009.
- CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro – *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999 (1ª ed. 1960).
- CABRAL, Manuel Villaverde – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. 2ª ed. Lisboa: Edições A Regra do Jogo, 1977 (1ª ed. 1976).
- CABRAL, Manuel Villaverde – *Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal – Séc. XIX e XX*. Porto: Editorial Inova, 1974.
- CABREIRA, Tomás – *O Algarve Económico*. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1918.
- CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2ª ed. Porto: Faup Publicações, 1999.
- CALDAS, João Vieira – *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa: IST, 2007. Tese de doutoramento.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição – *Da Essência do Jardim Português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese de doutoramento.
- CASELLA, Gabriella – *Gramáticas de Pedra: Levantamento de Tipologias de Construção Murária*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 2003.
- CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: As Vilas, o Campo e o Mar*. Faro: Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 1976.
- CORREIA, José E. C. Horta – *Arquitectura Algarvia do Século XVI ao Século XIX. Tentativa de Caracterização*. In *Comunicações ao 4º Congresso do Algarve*.

Silves: Racal Clube, 1986. p. 197-202.

CORREIA, José E. C. Horta – A Arquitectura do Algarve Como Expressão Priviligiada da sua Especificidade Cultural. In *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. Lisboa: INIC, 1989. 1 vol. p.135-146.

DIAS, Jacinto Palma – Caras e Coroas: Acerca das Platibandas na Arquitectura Popular do Algarve. *Arte Ibérica*. Lisboa: Editora Arrábida. Nº 49 (2001) p. 28-30.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Editorial Verbo, 2001.

DOMINGUES, Álvaro – A Paisagem Revisitada. *Finisterra*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Vol. 33, Nº 72 (2001), p. 55-56.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO - *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU, 2004, vol. 5.

FEIO, Mariano – *Le Bas Alentejo et l' Algarve*. 2ª ed. Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, 1983 (1ª ed. 1949).

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana – *Arquitectura no Algarve: dos Primórdios à Actualidade, uma Leitura de Síntese*. Faro: CCDR Algarve, 2005.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana – *A Casa Popular do Algarve, Espaço Rural e Urbano, Evolução e Actualidade*. Faro: CCDR Algarve, 2008.

FOSTER, G. R. - Terraces and Terracing. *Encyclopedia of Soil in the Environment*. Academic Press, 2004. 4 vol. p.135-143.

FREITAS, Miguel – *Plano Estratégico Para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve*. Faro: CCR Algarve, 2002, vol. 1.

GASPAR, Jorge – *A Ocupação e Organização do Território: Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas – Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, vol. 1.

GASPAR, Jorge – *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993.

GIESE, Wilhelm – *O Problema da Çoteia Algarvia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

GOMES, Carlos J. Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P. Paiva – *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira – Portimão)*. Faro: CCDR Algarve, 2005.

GOUVEIA, Medeiros – *Algarve: Aspectos Fisiográficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1938. Tese de Doutoramento.

JORGE, Filipe - *Algarve Visto do Céu*. Lisboa: Edições Argumentum, 2005.

LOBO, Susana – A Colonização da Linha de Costa: da Marginal ao «Resort». *Jornal Arquitectos*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da OA. Nº 227 (2007) p. 18-25.

LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve*. Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa: 1841.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero – *Algarve Económico Durante o Século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

MANTAS, Vasco – *As Civitaeas*: Esboço da Geografia Política e Económica do Algarve Romano. In *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, 1997. p. 283 - 309.

MANTAS, Vasco – Os Caminhos da Serra e do Mar. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR, 1997. p. 311 - 325.

MENDONÇA, Nuno – *Para uma Poética da Paisagem*. Évora: Universidade de Évora, 1989. Tese de doutoramento.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*, 2007.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura*. In *A Arte Popular em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, s/d [1959], vol. 1. p. 13-138.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia, 1969.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- PERY, Gerardo A. – *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- PESSOA, Fernando Santos; PINTO, José Rosa; ALEXANDRE, José Rocha – *Plantas do Algarve com Interesse Ornamental*. 2ª ed. Faro: CCDR Algarve/Edições Afrontamento, 2007 (1ª ed. 2004).
- PESSOA, Fernando Santos – *Algarve: Paisagens e Espaços Naturais*. Faro: CCDR Algarve, 1999.
- PLANO DE FOMENTO AGRÁRIO – *A Utilização do Solo na Província do Algarve*. 1951.
- RADICH, Maria Carlos – *O Algarve Agrícola: Notícias Oitocentistas*. Lisboa: Centro de Estudos de História de Contemporânea Portuguesa, 2007.
- RAPOSO, Isabel – *Alte na Roda do Tempo*. Alte, [Loulé]: Casa do Povo de Alte, 1995.
- RAPOSO, Isabel; SILVA, Vanda – *Espaço Cultural de Alte: Guia do Construtor*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2004.
- RAPOSO, Isabel (coord.) – *Guia de Reabilitação e Construção: Cidade de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé/FAUTL, 2007.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 7ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998 (1ª ed. 1947).
- RIBEIRO, Orlando – *Geografia e Civilização*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1961.
- SILVA, Antonio de Moraes - *Dicionário da Língua Portuguesa - Recompilado dos Vocabulários Impressos até Agora, e Nesta Segunda Edição Novamente Emendado e Muito Acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SOARES, João Gabriel Candeias Dias – *Territorio di Paesaggi, Scenari per il Turismo in Algarve*. Veneza: Istituto Universitario di Architettura di Venezia. 2004. Tese de Doutoramento.
- STANISLAWSKI, Dan – *Portugal's Other Kingdom: the Algarve*. Texas: University of Texas Press, 1963.
- TRIGOSO, Sebastião - Sobre os Terrenos abertos, o seu prejuizo na Agricultura, e sobre os diferentes methodos de Tapumes. In *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e as suas conquistas*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1815, tomo 5.
- VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1936, vol. 2.
- VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia portuguesa. Tentame de Sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, vol. 6.
- VILLANOVA, Roselyne de; LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel – *Maisons de Rêves*. Paris: Éditions Créaphis, 1993.

